

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS

VIVIANE CRISTINA PINTO

Políticas públicas para a cultura do campo no Brasil

São Paulo

2015

VIVIANE CRISTINA PINTO

Políticas públicas para a cultura do campo no Brasil

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 15 de outubro de 2015. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Área de Concentração:

Estudos Culturais

Orientador:

Prof. Dr. Pablo Ortellado

São Paulo

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Pinto, Viviane Cristina

Políticas públicas para a cultura do campo no Brasil / Viviane
Cristina Pinto; orientador, Pablo Ortellado. – São Paulo, 2015
126 f.

Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-
Graduação em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e
Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão corrigida

1. Política cultural - Brasil. 2. Políticas públicas - Brasil.
3. Ação cultural - Brasil. 4. Zona rural - Cultura - Brasil. 5.
Vida rural - Brasil. I. Ortellado, Pablo, orient. II. Título.

CDD 22.ed. – 306.20981

PINTO, Viviane Cristina

Políticas públicas para a cultura do campo no Brasil

Dissertação apresentada à Escola de Artes,
Ciências e Humanidades da Universidade de
São Paulo para obtenção do título de Mestre
em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação
em Estudos Culturais.

Área de Concentração:

Estudos Culturais

Aprovado em: ___ / ___ / _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Julgamento: _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Julgamento: _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Julgamento: _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Agradecimentos

São tantas, tantos. Na urgência do tempo da produção, permito-me: aos muitos. Do início e base de tudo, a toda a família Silva e Pinto. Ao companheiro de vida e de luta cotidiana e toda a família que a gente ganha. Às amizades distintas, nas suas singularidades. Aos que alimentam e vivificam a vida! À orientação, pela sabedoria em lidar com os processos humanos, nos seus limites e potências. Da teoria à prática, a todos: mestres, professores, especialistas, conhecedores dos assuntos do campo e da cidade. Imensa gratidão às contribuições na caminhada.

*Muitas vezes a gente se revolta
Não que falte a paciência de lutar
Muitas vezes a gente se revolta
Por incapaz de não se revoltar.*

(Mário de Andrade, *Café*, 1942)

RESUMO

PINTO, Viviane Cristina. **Políticas públicas para a cultura do campo no Brasil**. 2015. 126 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Versão corrigida.

Esta pesquisa partiu da seguinte pergunta matriz: existem políticas públicas para a cultura do campo no Brasil? O trabalho exigiu um entendimento de natureza teórico-conceitual sobre as *políticas culturais* e a *cultura do campo*, partindo de referenciais dispersos, que possibilitariam um olhar crítico para o que pudesse ser encontrado em um trabalho empírico. Os referenciais utilizados foram articulados na perspectiva de uma consciência das relações de poder e dominação que influenciam e desafiam a realidade sociocultural analisada. Por sua vez, o trabalho empírico procurou levantar e discutir as ações culturais do Estado brasileiro que abrangem ou estão voltadas para as populações rurais. Verificou-se, na pesquisa, que não há no país nenhuma política sistemática pensada especificamente para a cultura do campo; o que existe são ações e programas com objetivos de outra natureza que acabam abrangendo o desenvolvimento cultural das populações camponesas. Considerando que cerca de 30 milhões de pessoas vivem no campo, pode-se afirmar que: i) os apoios existentes às práticas culturais rurais são escassos perto da demanda existente e enfrentam inúmeras dificuldades para se desenvolver; ii) as políticas culturais predominantes – as leis de incentivo à cultura – são distantes da realidade das populações rurais; iii) há caminhos consistentes para o desenvolvimento da dimensão cultural do campo, que precisam ser crescentemente e continuamente aprofundados no sentido de promover mudanças culturais reais, com capacidade de transformar as estruturas de dominação e de exploração da realidade brasileira.

Palavras-chave: Políticas culturais. Cultura do campo. Ação cultural. Organização cultural. Políticas públicas.

ABSTRACT

PINTO, Viviane Cristina. **Public policies for the countryside culture in Brazil**. 2015. 126 p. Thesis (Master of Philosophy) – School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2015. Corrected version.

The research started from the following matrix question: are there public policies for the countryside culture in Brazil? The work required an understanding of theoretical-conceptual nature of cultural policies and the rural culture, from scattered references that would enable a critical look at what could be found in an empirical research. The references it used were articulated from the perspective of an awareness of the relations of power and domination that influence and challenge the reality analyzed. In turn, the empirical research sought to raise and discuss the cultural actions of Brazilian State that include or are focused on rural populations. The research found that there is no systematic policy in the country designed specifically for the rural culture. There are only actions and programs, with other goals, that end up covering the cultural development of peasant populations. Considering that around 30 million people live in the countryside, it can be stated that: i) the existing support to rural cultural practices are scarce in relation to the existing demand and face many difficulties to be developed; ii) the prevailing cultural policies – laws to encourage culture – are far from the reality of rural communities; iii) there are consistent paths for the development of the cultural dimension of the countryside which need to be increasingly and continuously deepened so as to promote cultural changes with the capacity to transform structures of domination and exploitation within Brazilian reality.

Key-words: cultural policies, countryside culture, cultural action, cultural organization, public policies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CGIB	Comitê Gestor da Internet no Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COGIN	Coordenação de Gestão da Informação
Conec	Comissão Nacional de Educação do Campo
Conjuve	Conselho Nacional de Juventude
CPC	Centro Popular de Cultura
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FCP	Fundação Cultural Palmares
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GESAC	Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MC	Ministério das Comunicações
MCP	Movimento de Cultura Popular
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
MinC	Ministério da Cultura
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PNCV	Política Nacional de Cultura Viva
PNERA	Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária
PPA	Plano Plurianual
ProCultura	Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura
ProExt	Programa de Extensão Universitária

Pronac	Programa Nacional de Apoio à Cultura
Pronera	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SCDC	Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SID	Secretaria de Inclusão Digital
SID	Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
TCU	Tribunal de Contas da União
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. O ENIGMA DA SIGNIFICAÇÃO: IDEIAS E PALAVRAS-CHAVE	17
2.1 Cultura, estado e sociedade	17
2.2 Poder político e capital	22
3. DEMOCRACIA CULTURAL: PENSANDO AS POLÍTICAS CULTURAIS	26
3.1 Das ideias de democracia	26
3.2 Das formas de ação cultural do Estado.....	28
4. CONTEXTO POLÍTICO-CULTURAL NACIONAL.....	33
4.1 Relações com o passado colonial	34
4.2 Inauguram-se as políticas culturais brasileiras	36
4.3 Um novo contexto	42
4.4 Tradições de uma sociedade autoritária.....	44
4.5 A reorganização cultural da sociedade e a ascensão neoliberal	46
4.6 Uma nova e contraditória fase.....	49
5. CULTURA DO CAMPO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....	56
5.1 Cultura: para pensar o mundo rural	58
5.2 Ação cultural: teoria e método.....	64
5.3 Ações culturais do Estado no âmbito rural	71
5.3.1 Cultura Afro-brasileira	73
5.3.2 Cultura Viva	79
5.3.3 Brasil Plural.....	87
5.3.4 Inclusão Digital	92
5.3.5 Pronera e Residência Agrária.....	96
5.3.6 PAJUR.....	106
5.3.7 Resumo das informações.....	108
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	119
ANEXO I.....	126

1. INTRODUÇÃO

[...] essa vida campestre tem muitos significados: em termos de sentimentos e de atividades; no espaço e no tempo.

Vale dizer logo de início, porém, que, pra mim, a questão sempre foi pessoal, [...]. E, como a relação entre campo e cidade é não apenas um problema objetivo e matéria de história como também, para milhões de pessoas hoje e no passado, uma vivência direta e intensa, não julgo necessário justificar esta causa pessoal, ainda que faça questão de mencioná-la. (Williams, 2011c: 13-14)

Esta pesquisa é fruto de uma busca por conhecer e atuar com as *políticas culturais* e a *cultura do campo*. Para dizer como cheguei às temáticas seria preciso recorrer a uma aproximação com o mundo rural que teve seu ponto de partida na experiência prática e teórica com a administração pública, em um contato direto com ações organizativas de juventude (da sociedade civil e do poder público) no município de Araraquara.¹

A especialização e o trabalho em gestão cultural, na mediação de grupos e coletivos artístico-culturais com órgãos da administração pública para elaboração e realização de projetos, configuraram o interesse inicial desta pesquisa de mestrado, de aprofundar o conhecimento sobre as políticas culturais. Por sua vez, a experiência prática com a organização de uma produção cultural no assentamento Bela Vista do Chibarro, especificou esse interesse, trazendo-me questões acerca do universo *político cultural rural*.²

¹ No ano de 2007, durante a formação em administração pública e a atuação nessa área no município de Araraquara (interior do estado de São Paulo), pude vivenciar a organização institucional e extra-institucional da juventude do campo e da cidade. A organização institucional se deu com o processo da criação da Assessoria Especial de Políticas de Juventude (AEPJ), no âmbito da administração pública municipal, impulsionando iniciativas dialógicas (do poder público e da sociedade civil), como pesquisas, encontros e debates nos quais se buscava compreender os problemas que envolviam os jovens e pensar em soluções e ações para superá-los, no caminho para o desenvolvimento do que se entende por *políticas públicas de juventude*. Quanto à organização extra-institucional, no assentamento Bela Vista do Chibarro, constituiu-se o Movimento Pé Vermelho. A partir de perspectivas da educação popular como potencial de conscientização e de emancipação social, alguns jovens que passaram pela formação universitária em Pedagogia da Terra (curso nacionalmente difundido como Educação do Campo) moviam-se para uma organização local. A experiência desses jovens, ao estudar e conhecer o contexto em que estavam inseridos, ressignificou a relação com o espaço em que viviam e tornou-se o impulso principal para o compartilhamento de sentimentos e de conhecimentos adquiridos em seus processos formativos. Um exemplo desta ressignificação local é a identidade que o próprio nome do movimento busca afirmar: o que antes era motivo de vergonha e submissão (dos que tinham que ir à cidade para completar o ensino médio e eram conhecidos como os “pé vermelho”), agora passa a ser a força que une os jovens a pensar perspectivas de construção de seus projetos de vida no campo.

² Vale dizer que essa experiência produtiva, vivida concomitantemente ao processo de realização desta pesquisa de mestrado, potencializou a tomada de consciência dos assuntos relativos à realidade cultural rural. A experiência se configurou em uma ação cultural realizada de forma coletiva e dialógica, agregando diferentes conhecimentos, interações e abordagens para uma pesquisa sobre as histórias de vida e de luta no campo, a partir

Naquele contexto rural de tantas potencialidades – a partir de um trabalho com a memória, o patrimônio histórico, a cultura em suas diversas dimensões e formas de ação e de desenvolvimento local –, por que as condições estruturais de realização das iniciativas culturais pareciam ser mais escassas e distantes daquela realidade? Essa percepção partia não apenas da verificação das dificuldades de viabilização das iniciativas culturais naquele contexto, como também da experiência em lidar com os mecanismos de fomento existentes e consolidados, tanto na esfera estadual quanto federal – as leis de incentivo à cultura –, reconhecendo seus limites quanto à burocracia e aos procedimentos técnicos necessários para acessar os recursos públicos, e quanto à sua forma de funcionamento, dependente das demandas e interesses das empresas patrocinadoras.

Para a pesquisa aqui desenvolvida partimos de uma pergunta matriz que orientou o caminho do pensar: *existem políticas públicas para a cultura do campo no Brasil?* Iniciamos com as hipóteses de que não havia apoio por parte do Estado, em âmbito federal, para as práticas culturais dos povos e comunidades que vivem no campo, e de que as políticas culturais existentes eram distantes da realidade dessas populações. O trabalho exigiu um entendimento de natureza teórico-conceitual sobre as políticas culturais e a cultura do campo, partindo de referenciais dispersos que possibilitariam um olhar crítico e em perspectiva histórica para o que pudesse ser encontrado em um trabalho empírico.

Os referenciais utilizados e que trouxeram sentidos nessa trajetória, foram articulados na perspectiva de uma consciência das relações de poder e dominação político-econômicas que influenciam e desafiam a realidade sociocultural analisada. Por sua vez, o trabalho empírico procurou levantar e discutir as ações culturais do Estado brasileiro que abrangem ou estão voltadas para as populações rurais, ou seja, ações governamentais, e não propriamente o que se entende por políticas públicas para a cultura do campo, a partir do legado da educação e da cultura popular em um contexto democrático e participativo.

No trabalho teórico-conceitual, inicialmente articulamos sentidos, usos e características de algumas palavras-chave que fundamentam o conhecimento do universo desta pesquisa – tais como *cultura, sociedade, estado, capital* –, no movimento de reconhecer intenções sociais, valores e significados organizados e vividos concretamente. O contexto democrático pós-segunda guerra mundial, de mudanças e reorganizações da sociedade, traz marcos teóricos e

do contexto específico desse assentamento rural. Esta ação cultural resultou na produção do vídeo “*O pouso da gralha azul*” e na publicação “*Pratos e prosas: história, cultura e culinária no Assentamento Bela Vista do Chibarro*”.

práticos fundamentais para repensar o modo tradicional e restrito de entender a cultura, como dispositivos para uma crítica que considere também aspectos econômicos, políticos e sociais. Este contexto influencia o pensamento das políticas culturais com ideias e ações voltadas para a diversidade e a democracia cultural, que são fundamentais para se enfrentar os desafios históricos relativos à supressão dos conhecimentos e das formas de expressão popular.

A partir de uma perspectiva histórica das políticas culturais brasileiras, procuramos pensar como a ação e a organização cultural do Estado e da sociedade se desenvolveram no contexto nacional, apreendendo certas características, mecanismos de funcionamento e desafios estruturais desse processo sociocultural. A elaboração tem como referência o pensamento sobre a organização da cultura, como proposto por Antônio Gramsci e desenvolvido por Nelson Coutinho para uma análise da cultura e da sociedade no Brasil. Tal perspectiva tem seu sentido de ser em meio à crescente desistorização do tempo, enquanto processo que desconsidera a história e os fatos reais, promovido por formas hegemônicas de representação da realidade, que instituem ideias e valores para a manutenção da estrutura social, política e econômica.

Na trajetória do conhecimento da cultura para pensar o mundo rural, partimos de uma perspectiva materialista, tendo como linha central o referencial teórico de Raymond Williams, compreendendo a cultura tanto como elemento de um processo de exercício do poder, que exerce pressões e fixa limites, atuando para controlar a consciência dos indivíduos, quanto como potencial de transformação da vida e da sociedade, capaz de atuar para superar a realidade da dominação.

Na leitura da teoria crítica dos Estudos Culturais, o materialismo cultural traz a dimensão da importância da “existência social real”, dos que vivem suas atividades, experiências e relações no campo, no sentido de fortalecer novas formas de consciência do mundo rural no tempo presente. Nesse sentido, a cultura do campo existe em um contexto de conformismos, resistências e ressignificações, com capacidade de enfrentar o sistema de representações e valores que legitimam e naturalizam a dominação política e a exploração econômica do campo e das populações camponesas.

A urgência de políticas públicas para a cultura do campo está inscrita em um quadro complexo e contraditório. As ideias e os sentidos articulados por uma ação cultural libertadora, de matriz dialógica, como desenvolvido por Paulo Freire, permitem não só a tomada de consciência da “realidade da dominação”, como um pensar e atuar em bases para a

sua transformação. Nessa perspectiva, o enfrentamento dos desafios históricos da realidade rural se dá com o processo contínuo de conhecimento do mundo e de conscientização para uma práxis autêntica e autônoma, no movimento de superar a “cultura da dominação”.

O conhecimento organizado sobre as políticas culturais e a cultura do campo é base para um olhar crítico sobre as ações culturais do Estado brasileiro que abrangem ou são voltadas para as populações rurais, considerando os dados e as informações que pudessem contribuir com a verificação da existência de políticas públicas para a cultura do campo. O detalhamento e as análises das ações partem de materiais diversos, na sua maioria institucionais e governamentais: relatórios, leis, decretos, publicações, além de entrevistas com especialistas relacionados aos principais programas.

Para a verificação da pesquisa, o que procuramos abordar e analisar nos dados e informações levantados sobre as ações culturais existentes no âmbito rural, foram seus objetivos, funcionamento, investimentos e se abrangem ou estão voltadas para as populações do campo, identificando desafios e perspectivas que surgiram como relevantes para pensarmos o desenvolvimento da ação e a organização cultural do campo, a partir desse contexto específico.

Segue um quadro com as ações culturais mapeadas, suas instituições de fomento e o ano em que surgiram³:

³ O ordenamento e o detalhamento das ações procurou agrupá-las a partir das instituições de fomento, iniciando pelo MinC, considerando o ano em que surgiram, apresentando primeiramente as ações culturais que abrangem as populações rurais (de 1 a 6) e, em seguida, as que são voltadas a elas (de 7 a 11).

Ação cultural do Estado		Instituição de fomento	Início
1	Programa Cultura Afro-Brasileira	MinC	2003
2	Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva	MinC	2004
3	Programa Identidade e Diversidade – Brasil Plural	MinC	2005
4	Programa Mais Cultura nas Escolas	MinC/MEC	2014
5	Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão – GESAC	MC	2002
6	Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades – Telecentros.BR	MC	2010
7	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA	MDA/Incra	1998
8	Programa Residência Agrária	MDA/Incra	2004 /2012
9	Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural (PAJUR)	SNJ	2014, com ações piloto desde 2011
10	Programa de Inclusão Digital da Juventude Rural	SNJ/MC	2011
11	Residência Agrária Jovem	SNJ/Incra/CNPq	2014

Com a pesquisa verificou-se que não há no país nenhuma política sistemática pensada especificamente para a cultura do campo; o que existe são ações e programas com objetivos de outra natureza que abarcam o desenvolvimento cultural das populações que vivem no campo. Entretanto, existem caminhos teóricos e práticos consistentes para o desenvolvimento da dimensão cultural do mundo rural, com os quais buscamos trabalhar.

2. O ENIGMA DA SIGNIFICAÇÃO: IDEIAS E PALAVRAS-CHAVE

De antemão, seria preciso considerar que o caminho do pensar está inscrito na busca permanente por decifrar o “enigma da significação”. (Milton Santos, 2004: 35)

Esta primeira parte do trabalho teórico-conceitual revela uma trajetória pelo conhecimento do universo desta pesquisa. A narrativa articula certas palavras-chave, seus usos, significados, características, campos e sistemas do pensamento, na perspectiva de uma consciência de suas especificidades e de seus aspectos estruturais ao longo do tempo. Trata-se da articulação de opções teóricas e conceituais que fizeram sentido na busca pelo conhecimento das *políticas culturais* e da *cultura do campo*, no movimento da compreensão de seus desafios históricos.

2.1 Cultura, estado e sociedade

“O fato é que as pessoas simplesmente não falam a mesma língua”. (Williams, 2007: 27)

Raymond Williams – pensador da teoria crítica da cultura, conhecido como um dos precursores dos Estudos Culturais –, no trecho abaixo, comenta a frase que trocara com um homem, quando falavam de suas preocupações com “esse mundo novo e estranho em torno de nós”. Mundo novo que encontraram ao retornar a Cambridge (Reino Unido) em 1945, depois do fim da Segunda Guerra Mundial, na qual ele estivera servindo como oficial do Exército Britânico.

Na nossa língua comum, em um país específico, podemos ter consciência das diferenças sociais [...], mas em geral usamos as mesmas palavras para a maioria das coisas e atividades cotidianas [...]. Quando dizemos que “simplesmente não falamos a mesma língua”, referimo-nos a algo mais geral: temos valores imediatos ou diferentes tipos de valoração, ou temos consciência, às vezes de maneira intangível, de formações e distribuições diferentes de energia e interesse. [...] Não há nenhum critério linguístico que estabeleça que um grupo esteja “errado”, ainda que um grupo temporariamente dominante possa impor seus próprios usos como “corretos”. O que na realidade ocorre mediante esses encontros críticos, que podem ser muito conscientes ou percebidos apenas com certa estranheza e desconforto, é um processo bastante central no desenvolvimento de uma língua quando, em certas palavras, tons e ritmos, há significados que se propõem, se buscam, se submetem à prova, se confirmam, se afirmam, se qualificam e se modificam. (Williams, 2007: 27-28)

O autor usa a frase e o comentário acima para introduzir seu interesse e sua busca pelo conhecimento das mudanças na palavra *cultura*, que naquele momento se iniciou como uma

“tentativa de entender diversos problemas contemporâneos urgentes” e que, com o tempo, se especificou. Antes da guerra, ele ouvira a palavra em dois sentidos, que no pós-guerra foram enfraquecidos: 1) “para marcar um tipo de superioridade social” (não apenas em termos de riqueza, posição, erudição, mas também “relacionada com o comportamento”); e 2) para falar de atividades nas artes (dos poemas, romances, filmes, pinturas). No pós-guerra ele passa a ouvir dois novos sentidos: um para indicar “uma formação central de valores”, usado nos estudos da literatura, que tinham “a *cultura* como um de seus termos centrais”; e outro usado em discussões mais gerais sobre a sociedade, como seu equivalente, para indicar “um *modo de vida* específico”. (Williams, 2007: 28-30)

No livro *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade* (1976) – em que organizou um vocabulário acumulado ao longo da busca por entender as mudanças culturais e os problemas sociais –, Williams afirma que em todos seus primeiros usos a palavra *cultura* “era um substantivo que se referia a um processo: o cuidado *com* algo”. Na etapa seguinte passa a ser usada por metáforização, e então “ampliou-se para incluir o processo de desenvolvimento humano, e esse [...] foi o principal sentido até o final do S18 e início do S19”. O autor enumera três categorias amplas e ativas de uso da palavra *cultura*: (1) como “substantivo independente e abstrato que descreve um processo de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético, a partir do S18”, usado como sinônimo de *civilização*⁴; (2) como “substantivo independente, quer seja usado de modo geral ou específico, indicando um modo particular de vida”, conhecido como o sentido antropológico, que teve seu “desenvolvimento decisivo” em inglês “no final do S19 e início do S20”; (3) como “substantivo independente e abstrato que descreve as obras e as práticas da atividade intelectual e, particularmente, artística”.⁵ (Williams, 2007: 117-122)

*

[...] Dada a sua realidade difusa, onipresente, e que, por vezes, não sentimos mais do que o ar que respiramos, a sociedade envolve-nos, penetra-nos, orienta-nos toda a vida. (Braudel, 1996a: 407)

Quanto à palavra *sociedade*, Williams afirma que desde seu significado primário (companheirismo), ela tem em si uma “tendência ao sentido geral e abstrato”. Seu uso

⁴ Usa-se o termo *civilização*, em geral, “para designar um estado ou condição consumada de vida social organizada”. O termo tornou-se comum no final do S18 e no S19 para indicar tanto um estado (uma “condição adquirida de refinamento e ordem”) quanto um processo – enfatizando o espírito Iluminista de “autodesenvolvimento humano secular e progressivo” –, sendo muito usado como sinônimo da palavra *cultura* (o que será revisto com as críticas românticas às “pretensões da *civilização*”). (Williams, 2007: 82-83)

⁵ S é uma abreviatura que Williams usa para designar século. (Williams, 2007: 49)

moderno e contemporâneo aponta dois sentidos principais: “como o termo mais geral para o corpo de instituições e relações no qual vive um grupo relativamente grande de pessoas; e como o termo mais abstrato para a condição na qual se formam essas instituições e relações”. (Williams, 2007: 379)

Para o historiador francês Fernand Braudel⁶, “toda realidade social, observada em si, se situa num conjunto superior” e a *sociedade* é o que ele chama, na falta de um termo melhor, de “o conjunto dos conjuntos”.

É portanto uma divisão banal distinguir, como fazemos, no interior do grande conjunto que é a sociedade, vários conjuntos e dos mais bem conhecidos: o econômico [...]; o social hierárquico ou o âmbito social [...]; o político; o cultural – decompondo-se cada um desses conjuntos, por sua vez, em subconjuntos, e assim por diante. Nesse esquema, a história global (ou melhor, globalizante, isto é, pretende-se total, tendente a sê-lo, mas nunca o conseguindo plenamente) é o estudo de, pelo menos, quatro “sistemas” em si mesmos, depois em suas relações, suas dependências, as suas sobreposições, sendo múltiplas as correlações e as variáveis próprias de cada grupo [...].(Braudel, 1996a: 409)

Ainda que a busca pelo conhecimento da realidade social deva buscar olhar para conjuntos mais restritos, para que se tornem acessíveis à observação, conserva-se em mente uma “visão globalizadora”, que “aconselhará a não acreditar numa falsa simplicidade da sociedade”. Desse modo, tem-se consciência de que essas divisões artificiais (em sistemas, conjuntos, subconjuntos) ou fragmentações do real, compõem processos explicativos para a compreensão dos problemas urgentes da realidade observada, sejam eles econômicos, sociais, políticos ou culturais. (Braudel, 1996a: 409)

Uma constatação do autor no que diz respeito à história e ao conteúdo essencial da palavra *sociedade*, como uma característica a ser observada, é a “hierarquia social”. Esta seria a “ossatura” ou “estrutura” daquela, como também a causa de eternas lutas e conflitos entre classes sociais. O que é facilmente reconhecido nessa ordem hierárquica estrutural das sociedades é uma “desigualdade visceral”: de um lado se tem a riqueza, o poder, a autoridade, a decisão da produção – é o lugar onde se alimenta uma “cultura da dominação”; de outro lado existe a miséria, a subalternidade, a obediência, a dependência – é o lugar onde se mantém uma “rede da ordem estabelecida”. (Braudel, 1996a: 411-415, 440) Segundo uma escala da riqueza e do poder, o autor afirma, em suas apreensões para uma história econômica da sociedade:

O que se vê imediatamente, no alto da pirâmide, é um punhado de privilegiados. Tudo converge normalmente para essa sociedade minúscula: cabe a eles governar,

⁶ Em seu trabalho *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*.

administrar, dirigir, tomar as decisões, assegurar o processo do investimento, portanto da produção; a circulação de bens e de serviços, os fluxos monetários convergem para eles. Abaixo deles escalam-se a multidão de agentes da economia, dos trabalhadores de qualquer categoria, a massa dos governados. E, abaixo de todos, um enorme detrito social: o universo dos que não têm trabalho. (Braudel, 1996a: 415)

Para uma análise complexa da realidade social seria preciso ter em mente também outras características da *sociedade* em si, por se tratar de um grande grupo de pessoas, de uma multidão: a diversidade, a pluralidade, a multiplicidade. Trata-se de considerar as várias sociedades coexistentes no tempo e no espaço que, por vezes, se mantêm atuantes como contraforças à ordem estabelecida. É neste conjunto diverso de forças em conflito que ela se organiza.

Em seu trabalho para o desenvolvimento do materialismo cultural, Williams ressalta que o olhar para a totalidade do processo social – que se opõe à noção da *sociedade* em “níveis” –, se busca o simples reconhecimento da “diversidade de práticas sociais”, se não traz a “noção de intenção”, corre o risco de ser vazio de sentido e conteúdo:

Pois embora seja verdade que qualquer sociedade é um todo complexo de tais práticas, também é verdade que toda sociedade tem uma organização e uma estrutura específicas, e que os princípios dessa organização e estrutura podem ser vistos como diretamente relacionados a certas intenções sociais, pelas quais definimos a sociedade, intenções que, em toda a nossa experiência, têm sido regidas por uma classe particular. (Williams, 2011a: 50)

*

Para falar da noção moderna da palavra *sociedade*, Raymond Williams recorre aos usos e sentidos da palavra *estado*, identificando sua relação histórica com o poder, e demarcando a distinção fundamental entre tais palavras:

A transição foi muito complexa, mas hoje pode ser vista com mais clareza se consideramos **sociedade** junto com *estado*. Desde seu sentido mais geral e contínuo de condição (estado de natureza, estado de sítio, do S13), *state* [estado] desenvolveu um sentido especializado que era quase intercambiável com *estate* [estado, condição, estamento, propriedade] (tanto *state* quanto *estate* vieram da p.i. *estat*, do francês antigo, e do latim *status* – condição) e, na prática, com *rank* [classe, condição ou posição]: “nobre estado” (1290). A palavra associou-se especialmente à monarquia e à nobreza, vale dizer, com um ordenamento hierárquico da sociedade: cf. “estado de sacerdotes, estado de cavaleiros e o terceiro é o estado dos comuns” (1300). Os *Estados* [*States* ou *Estates*] eram uma definição institucional de poder desde o S14, ao passo que *estado* [state] como a dignidade do rei foi comum no S16 e princípios do S17: “estado e honra” (1544); “vai com grande estado” (1616); “ao Rei [...] vossa Coroa e Estado” (Bacon, 1605). A partir desses usos combinados, *estado* desenvolveu um sentido político consciente: “governante do estado” (1538); “o Estado de Veneza” (1680). Contudo, *estado* amiúde ainda significava a

associação de um tipo determinado de soberania com um tipo determinado de condição. *Estadista* era um termo comum no S17 para designar um político, mas, no decurso das lutas políticas daquele século, um conflito fundamental passou a ser expresso no que no devido tempo seria uma distinção entre **sociedade** e *estado*: a primeira, uma associação de homens livres, baseada em todos os primeiros sentidos ativos; o segundo, uma organização de poder, baseado nos sentidos de hierarquia e majestade. A noção crucial de **sociedade civil** [...] foi uma definição alternativa para ordem social, e na reflexão sobre as questões gerais dessa nova ordem confirmou-se o termo **sociedade** em seus sentidos mais gerais e finalmente abstratos. Esse tipo de distinção persistiu através de muitas mudanças políticas subsequentes: **sociedade** é aquilo a que todos pertencemos, mesmo que seja também geral e impessoal; o *estado* é o aparato do poder.⁷ (Williams, 2007: 380-381)

No movimento da consciência do universo desta pesquisa, antes de entrar em certas especificações da organização do poder, uma consideração fundamental é que a “sociedade civil” constituiu a única ou a mais importante esfera disponível “para organizar a contestação cultural e política”. (Alvarez; Dagnino; Escobar, 2000: 39)

*

Completando sua busca teórica por uma “arqueologia do saber”, o filósofo francês Michel Foucault realiza uma “genealogia do poder” buscando explicar o surgimento dos saberes sobre o homem como peças de relações de poder. Nesse trabalho, procurando as relações entre governo, população e dispositivos de segurança, o autor define as grandes formas de poder no ocidente, que orientam a formação das sociedades:

[...] em primeiro lugar, o *Estado de justiça*, nascido em uma territorialidade de tipo feudal, e que corresponderia *grosso modo* a uma sociedade da lei; em segundo lugar, o *Estado administrativo*, nascido em uma territorialidade de tipo fronteiro nos séculos XV-XVI e que corresponderia a uma sociedade de regulamento e de disciplina; finalmente, um *Estado de governo* que não é mais essencialmente definido por sua territorialidade, pela superfície ocupada, mas pela *massa da população*, com seu volume, sua densidade, e em que o território que ela ocupa é apenas um componente. (Foucault, 2007: 292-293, *grifo nosso*)

Da Idade Média, caracterizada pelo Estado de justiça, há uma transição para o Estado administrativo com o aparecimento dos aparelhos de governo e da literatura sobre a “arte de governar”.⁸ E então, de um “regime dominado pela estrutura da soberania” passamos para um “regime dominado pelas técnicas de governo”, desenvolvidas por uma ciência política que surge com os conhecimentos do Estado e de seus diversos elementos. Esse processo foi pouco a pouco desenvolvendo um conjunto de instituições, aparelhos, procedimentos, saberes e

⁷ **p.i.** é uma abreviatura que o autor usa para designar precursora imediata de uma palavra, no mesmo idioma ou em outro. (Williams, 2007: 49)

⁸ Neste estudo, com o objetivo de tratar questões relativas ao “governo em sua forma política”, Foucault analisa a literatura da arte de governar, centrando-se na obra “O Príncipe” de Maquiavel. (Foucault, 2007: 278)

táticas de governo, que permitem exercer o poder e garantir a ordem social e política. (Foucault, 2007: 290)

2.2 Poder político e capital

Todas as civilizações, já a babilônica, já a grega, a romana e, sem dúvida, todas as outras às voltas com as necessidades e o litígios da troca, da produção e do consumo tiveram de criar vocabulários especiais cujas palavras, depois, não pararam de se deformar. (Braudel, 1996a: 201)

Capital, capitalista, capitalismo, três palavras surgidas nessa ordem que Fernand Braudel enumera. A palavra *capital* (do latim, *caput*, cabeça) “emerge ao redor dos séculos XII-XIII com o sentido de fundos, de estoque de mercadorias, de massa monetária ou de dinheiro que rende juros”. É detectada a partir de 1283 “no sentido de capital de uma sociedade comercial”, para designar o dinheiro de uma sociedade. No século XVIII, será utilizada como noção de dinheiro produtivo ou de valor de trabalho, ou ainda como meio e instrumento de produção, segundo “o sentido que Marx dará” à palavra. (Braudel, 1996a: 200-204)

A palavra *capitalismo* – de uso mais recente – surge “como antônimo natural de socialismo”, portanto, “uma palavra política”. (Braudel, 1996a: 206) Alguns teóricos censuram o uso desta palavra antes da era industrial. Entretanto, segundo a perspectiva de “longo prazo” de Braudel, bem antes de tal era já há sinais que o anunciam: “o desenvolvimento das cidades e das trocas, o surgimento de um mercado de trabalho, a densidade da sociedade, a difusão da moeda, o aumento da produção, o comércio longínquo [...]”. (Braudel, 1996b: 576) De todo modo, antes da Revolução Industrial do século XIX, é na esfera da “circulação” que o capitalismo “se sente mais em casa”. Depois, ele passará para a esfera da “produção” e ganhará outra dimensão: “Decerto seu campo de ação ampliou muito, uma vez que todos os setores da economia lhe servem e que, em particular, penetrou amplamente na produção”. (Braudel, 1996a: 200; 1996b: 578)

Segundo Braudel, é importante observar que, para além de um “sistema econômico”, o capitalismo: i) “vive da ordem social”, sendo importante mantê-la; ii) está “adversário ou cúmplice, em igualdade (ou quase) com o Estado”; iii) “tira proveito de todo o apoio que a cultura traz para a solidez do edifício social”; iv) “depende das classes dominantes que, defendendo-o, se defendem a si mesmas”. (Braudel, 1996b: 578-579)

Para pensar as sociedades econômicas, Braudel elabora um esquema interpretativo definido em três andares da “hierarquia do mundo mercantil”, formado segundo uma escala da riqueza e do poder. No topo da estrutura da sociedade mercantil (sugerida como a estrutura e andares de uma casa) estaria uma economia sofisticada, a “ação capitalista”; logo abaixo estaria a “economia de mercado” ou a circulação, a economia da troca; e na base da estrutura, a “vida material” ou a economia elementar, autossuficiente, rotineira. As zonas econômicas predominantes a cada andar são, respectivamente: a produção, o comércio e o consumo. Ainda que o autor tenha consciência de que se trata de uma divisão operatória para apreender certas regularidades e mecanismos do sistema econômico capitalista – e de diferentes formas explicita isso ao longo de sua obra –, ele afirma:

Estou certo de que essa divisão é tangível, que os agentes e os homens, os atos, as mentalidades não são os mesmos nos diferentes andares da construção. Que as regras da economia de mercado que se encontram em certos níveis, [...] atuam muito mais raramente sob o seu aspecto de livre concorrência na zona superior, que é a dos cálculos e da especulação. Aí começa uma zona de sombra, de contraluz, de atividades de iniciados que creio estar na raiz do que nos é dado compreender sob a palavra *capitalismo*, sendo este uma acumulação de poder (que baseia a troca numa relação de força, tanto e mais do que na reciprocidade das necessidades), um parasitismo social, inevitável ou não, como tantos outros. (Braudel, 1996a: 8, *grifo nosso*)

O autor destaca a posição estratégica da “ação capitalista” (produção), que detém os meios de modificar e criar as regras da “economia de mercado” (comércio) e da “vida material” (consumo). Por conta desta posição, a ação capitalista tem também o privilégio da informação e a cumplicidade do Estado que, por sua vez, depende do desenvolvimento desse sistema para o seu próprio funcionamento. Uma transição importante da relação do “poder político” com o “poder econômico” que precisa ser elucidada – segundo um intelectual que pensa com o esquema interpretativo de Braudel – “não é a do feudalismo para o capitalismo, mas a do poder capitalista disperso para um poder concentrado. E o aspecto mais importante dessa transição é a fusão singular do Estado com o capital”. (Arrigui, 1996: 11)

Os Estados-cidades que, adiantando-se aos Estados territoriais, desempenham os papéis principais até o início do século XVIII, são então instrumentos inteiramente nas mãos de seus mercadores. Para os Estados territoriais, cujo poder se constitui lentamente, as coisas são muito menos simples. Mas o primeiro Estado territorial a consumir-se como mercado nacional ou economia nacional, a Inglaterra, passa bem cedo ao domínio dos mercadores, depois da revolução de 1688. Não é de admirar, portanto, que na Europa pré-industrial um certo determinismo faça coincidir poder político e poder econômico. Seja como for, o mapa da economia-mundo, com a alta voltagem nas suas zonas centrais e as suas diferenças concêntricas, corre o risco de corresponder bastante ao mapa político da Europa. (Braudel, 1996b: 40)

Braudel definiu as economias que dominam o “ritmo do tempo material do mundo” como “economias-mundos”: “um pedaço do planeta economicamente autônomo, capaz, no

essencial, de bastar a si próprio”. Na história da sociedade econômica mundial, a partir da Revolução Industrial intensificaram-se as mudanças na organização dos processos de produção e troca, bem como as mudanças na configuração dos processos de acumulação do capital.⁹ A Inglaterra foi o centro (de poder) da economia-mundo até o início do século XX, quando, então, o principal investidor estrangeiro e intermediário financeiro na América Latina e em outras economias periféricas, nesse sistema de acumulação, passará a ser os Estados Unidos. (Braudel, 1996b: 12)

Com efeito, no centro da economia-mundo aloja-se sempre, forte, agressivo, privilegiado, um Estado fora de série, dinâmico, ao mesmo tempo temido e admirado. Já é o caso de Veneza no século XV; da Holanda no século XVII; da Inglaterra no século XVIII e mais ainda no século XIX; dos Estados Unidos atualmente.¹⁰ (Braudel, 1996b: 40)

Fernand Braudel encara “a emergência e a expansão do capitalismo como absolutamente dependentes do poder estatal”. (Arrigui, 1996: 10) Em sua análise do poder político descreve as principais funções que o Estado assume: i) “fazer-se obedecer” (manter a ordem); ii) “controlar de perto ou de longe a vida econômica” (direcionar uma política econômica); iii) “participar da vida espiritual, sem a qual nenhuma sociedade se mantém” (trata-se da participação na vida cultural da sociedade, pelo sentido em que o autor se refere à cultura, como processo de desenvolvimento da vida social). (Braudel, 1996a: 459-460)

*

Indo mais fundo na análise do poder político deduzida da economia: em sua genealogia do *poder* – buscando seus mecanismos, efeitos, relações e dispositivos “que se exercem a níveis diferentes da sociedade” – Foucault parte do “ponto em comum” entre duas concepções do poder político (a concepção jurídica ou liberal e a concepção marxista): o economicismo do poder. A concepção liberal do poder político parte do conjunto teórico jurídico clássico; nela o poder “é considerado como um direito de que se seria possuidor como de um bem e que se poderia, por conseguinte, transferir ou alienar, total ou parcialmente, por um ato jurídico” (que seria a “ordem do contrato”), para se “constituir um poder político, uma soberania

⁹ Entende-se a Revolução Industrial como o início de uma nova era, de transformações, alterações e reconstruções em todos os setores da vida: agricultura, demografia, transportes, técnica, comércio, indústria... A Revolução Industrial emerge na Inglaterra por volta dos anos 1750; entretanto, deve-se considerar que ela se insere num “*continuum* histórico” com outros atores e inventores e que “não pode ser por si só a totalidade da história do mundo moderno”, por mais maciça, invasora e inovadora que seja. (Braudel, 1996b: 497-499, 517-518)

¹⁰ O autor escreve até 1979; teóricos econômicos contemporâneos atualizam o quadro do século XXI trazendo um grupo de economias emergentes, os BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

política”. A concepção marxista do poder político parte do conjunto teórico entre “o poder e a riqueza” (uma economia política) e trata da “funcionalidade econômica do poder”, em que este teria o papel de “manter relações de produção” e de “reproduzir uma dominação de classe”. No primeiro caso, temos “um poder político que encontraria no procedimento de troca, na economia da circulação dos bens o seu modelo formal”, um “poder-contrato”, que corre o risco de se tornar opressivo quando abusa da soberania e “rompe os termos do contrato”. No segundo caso, “o poder político teria na economia sua razão de ser histórica, o princípio de sua forma concreta e do seu funcionamento atual”. Mas nada disso afasta a consciência dos problemas inerentes a esse “esquema economicista do poder”: o fato do poder ocupar uma “posição secundária em relação à economia” e o fato do poder ser “modelado pela mercadoria”. (Foucault, 2007: 174-175)

Nos seus questionamentos e caminhos pensados para uma “análise não econômica do poder”, Foucault parte de definições antigas (que compõem o discurso contemporâneo), de que o poder é: algo que se exerce; mais do que “manutenção e reprodução das relações econômicas”, é “uma relação de forças”; “essencialmente repressivo”, o que reprime “a natureza, os indivíduos, os instintos, uma classe”. Portanto, o poder deve ser analisado também em termos de “guerra” (silenciosa ou declarada), uma “guerra prolongada por outros meios”, uma dominação que tenta impor “paz na sociedade civil”. E o autor procura desenvolver tal análise através dos seguintes esquemas: “contrato-opressão” e “dominação-repressão ou guerra-repressão”. (Foucault, 2007: 175-177) Não nos aprofundaremos aqui na análise desses outros esquemas; importa-nos ter em mente esses diferentes caminhos interpretativos do poder político, o que permite uma maior clareza dos seus limites, na perspectiva de uma consciência da realidade analisada e das relações de dominação que a influenciam e desafiam.

3. DEMOCRACIA CULTURAL: PENSANDO AS POLÍTICAS CULTURAIS

O contexto democrático pós-segunda guerra mundial é um marco para a elaboração de um sentido amplo de cultura – como desenvolvido por Raymond Williams –, enquanto uma capacidade de desenvolvimento e um direito comum a todos os indivíduos. Esse contexto influencia o pensamento das políticas culturais com ideias voltadas para a diversidade e a democracia cultural. Esta parte do trabalho teórico-conceitual aprofunda o conhecimento sobre as políticas culturais, abordando ideias centrais para enfrentar as formas de atuação hegemônicas que funcionalizam a cultura para legitimar e naturalizar a estrutura desigual e de privilégios estabelecida.

3.1 Das ideias de democracia

Diante dos inúmeros conflitos decorrentes das transformações com o processo de industrialização e urbanização da sociedade moderna, a democracia surge como uma forma política capaz de reafirmar os princípios humanistas e as lutas contra as formas de dominação e desigualdade. A teoria da *democracia*¹¹ se desenvolveu em sintonia com as correntes ideológicas dominantes (o socialismo e o liberalismo), em que se verificam seus sentidos modernos. Segundo Williams:

Na tradição socialista, **democracia** ainda significava *poder popular*: um Estado no qual os interesses da maioria do povo eram preponderantes e exercidos e controlados na prática pela maioria. Na tradição liberal, **democracia** significava eleição aberta de representantes e certas condições (**direitos democráticos**, como liberdade de expressão) que mantinham o caráter aberto da eleição e da discussão política. (Williams, 2007: 128-129)

Após as duas guerras mundiais na primeira metade do século XX, o lugar central que a democracia assumiu no campo político foi através de sua forma hegemônica: a “democracia representativa elitista”. (Santos; Avritzer, 2005: 43) A proposta democrática de tradição liberal “implicou em uma restrição das formas de participação e soberania ampliadas em favor de um consenso em torno de um procedimento eleitoral para a formação de governos”. (idem: 39-40)

¹¹ Nas raízes do termo, no sentido da teoria clássica (aristotélica) *democracia* é o “governo pelo povo”. Ela estaria em duas formas de governo: a monarquia e a república. Entretanto, segundo Rousseau, o ideal republicano irá coincidir melhor com o ideal democrático. (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1994: 323)

Nesse contexto, surgem debates em torno da *democracia* que são importantes para entender os problemas contemporâneos. No debate que trata da “compatibilidade e incompatibilidade entre a democracia e o capitalismo”, há os que buscam se adaptar ao modelo hegemônico apostando que a tensão aí existente possa se resolver “em favor da democracia”, o que “colocaria limites à propriedade”, gerando “ganhos distributivos” aos setores excluídos. Há os que não acreditam nessa compatibilidade, uma vez que a solução descaracteriza a própria ideia de democracia. Esses vão buscar construir modelos alternativos ao liberal, como a democracia popular e participativa. No contexto político atual, vale dizer que o debate sobre as “virtualidades redistributivas da democracia”, assumido pela social-democracia, é posto em cheque com o “desmonte do Estado de bem-estar social” e com os cortes nas políticas sociais, diante das crises do sistema capitalista mundial. (Santos; Avritzer, 2005: 40-41)

Os modelos alternativos e contra-hegemônicos partem da ideia de *democracia*: i) “como forma de aperfeiçoamento da convivência humana”, que necessariamente reconhece a “pluralidade humana”; ii) como uma nova gramática social e cultural, “de organização da sociedade e da relação entre o Estado e a sociedade”, que entende “inovação social articulada com inovação institucional”. (Santos; Avritzer, 2005: 50-51)

Cabe ressaltar os avanços contemporâneos em torno dos modelos alternativos de democracia, que buscam estabelecer significativas formas de atuação, com mecanismos participativos para a construção de políticas públicas, como por exemplo, os sistemas, planos e os processos de conferências em âmbito nacional. Entretanto, é preciso ter em mente como a forma de governo hegemônica (que prevalece como única forma possível para democracias de grande escala, como a brasileira), por princípio, desencoraja a participação popular, a compreensão das relações de poder e a importância da esfera política. De fato, há muitos desafios a serem enfrentados para garantir a efetividade das políticas públicas e dos mecanismos de participação popular.

É sobre os modelos alternativos que se trava boa parte das lutas políticas dos movimentos sociais na atualidade, de reinvenção da emancipação social, de disputa dos parâmetros da democracia, do político, do cultural. Como procuramos especificar, as ideias articuladas pelos Estudos Culturais são capazes de “lançar uma luz nova sobre os objetivos culturais e políticos dos movimentos sociais na luta contemporânea pelo destino da democracia”. (Alvarez; Dagnino; Escobar, 2000: 16)

3.2 Das formas de ação cultural do Estado

Na busca por compreender o modo como existem e se manifestam as formas de ação cultural do Estado, nos detemos na especificação de duas correntes ideológicas, a saber, o liberalismo e a social-democracia, por terem “mais força nas disputas políticas contemporâneas” e, portanto, maior influência na orientação dos Estados no desenvolvimento das políticas culturais. (Lima; Ortellado; Souza, 2013: 12)

[...] por mais numerosos que possam ser os aspectos sob os quais se apresenta a doutrina liberal, [...] os aspectos fundamentais são o econômico e o político e, por isso, merecem estar sempre presentes. O Liberalismo é, como teoria econômica, fator da economia de mercado; como teoria política, é fator do estado que governe o menos possível ou, como se diz hoje, do estado mínimo (isto é, reduzido ao mínimo necessário). (Bobbio, 1986: 114)

Cabe ao Estado liberal assegurar a livre circulação das ideias e dos bens materiais, respectivamente, pela “emancipação do poder político do poder religioso” (por um Estado laico) e pela “emancipação do poder econômico do poder político”, (por um Estado do livre mercado). Neste caso, o Estado seria o “braço secular da burguesia mercantil e empresarial”, ao defender a bandeira da liberdade econômica, expressa na não intervenção estatal nessa esfera. (Bobbio, 1986: 115) O termo liberalismo, por ser polissêmico, pode indicar um partido, movimento político ou mesmo, como nos referimos, uma ideologia política. De todo modo, é um fenômeno histórico da Idade Moderna, que se manifestou de formas diversas dependendo do contexto sócio-institucional. (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1997: 689)

A social-democracia, como o próprio nome sugere, indica que a partir da democracia seus adeptos desejam chegar ao socialismo. Na prática, usa-se o termo para “designar os movimentos socialistas que pretendem mover-se [...] no âmbito das instituições liberal-democráticas, aceitando, dentro de certos limites, a função positiva do mercado e mesmo a propriedade privada”. Deve-se considerar que, para a social-democracia, o âmbito delimitado (por uma democracia de tradição liberal) é insuficiente “para garantir uma efetiva participação popular no poder”, o que de modo algum justifica não atuar pela soberania popular. (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1997: 1188)

Como uma “terceira via possível”, entre o “socialismo radical” e o “reformismo burguês”, a social-democracia se faz pela “colaboração institucionalizada e permanente entre o Estado, as empresas e os sindicatos dos trabalhadores”. (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1997: 1191) Seria preciso considerar uma atualização das organizações representativas dos interesses dos trabalhadores e da sociedade como um todo, tendo em vista sua pluralidade e diversidade. De

todo modo, trata-se de uma conciliação entre Estado-capital-trabalhador, que é, em si, contraditória e de interesses inconciliáveis. Ao Estado social-democrático, em sintonia com o Estado de bem-estar social, cabe atender às demandas sociais, sendo marcado por políticas compensatórias de assistência e de intervenção pública.

Essas correntes ideológicas, de diferentes maneiras, vão subordinar as políticas culturais a determinados objetivos políticos, influenciando o desenvolvimento de modelos e tipos específicos de intervenção pública. A formação ideológica da social-democracia, na “perspectiva da garantia de direitos por meio da criação de programas e ações estatais” irá se desenvolver através de dois paradigmas clássicos de intervenção: 1) o francês, no qual, por meio da ação direta do órgão público gestor, busca-se “promover o acesso às artes e ao patrimônio e garantir a proteção social dos artistas”; caracterizou-se, principalmente, pelo apoio a “grandes equipamentos culturais [...] concentrados na capital da nação”; 2) e o inglês, que busca “a excelência por meio da administração à distância” e caracterizou-se pelo apoio à produção cultural, por meio de “editais públicos e por processo de seleção por pares” submetido à avaliação de “um conselho ou comissão de especialistas” de notório saber. Os dois paradigmas partem do entendimento comum de que a cultura é patrimônio da humanidade e deve estar acessível a todos. (Lima; Ortellado; Souza, 2013: 12-14)

A ideologia liberal promove a não interferência do Estado no campo da cultura, com os mecanismos da “economia de mercado”, que ganharam força “nas décadas de 1980 e 1990 com a expansão do neoliberalismo”, por meio de incentivo, isenção ou renúncia fiscal. Esse modelo de intervenção do Estado na cultura, ainda que difundido amplamente pelos Estados Unidos de Ronald Reagan e pela Inglaterra de Margaret Thatcher, é “classicamente considerado como paradigma norte-americano”. (Lima; Ortellado; Souza, 2013: 7-13)

O princípio geral do incentivo fiscal é uma parceria que o Estado propõe à iniciativa privada. Na medida em que o contribuinte investe em uma área de interesse do Estado, este complementa o investimento por meio da dedução fiscal. No caso das artes, o objetivo é transferir para os indivíduos, as empresas e as fundações a escolha de qual arte e qual organização cultural deve ser fomentada. Essa forma de incentivo se diz a favor do fomento à diversidade cultural, ao tirar as decisões no campo da cultura da intervenção do Estado e, no argumento liberal, da interferência dos interesses políticos. No entanto, de acordo com os princípios e valores hegemônicos da economia de mercado, as preferências do investimento

voltam-se ao fomento de projetos culturais em conformidade com as necessidades e interesses do capital, quais sejam, de aumento da visibilidade e da acumulação de poder.

*

A classificação das políticas culturais a partir das ideologias estatais contribui com a compreensão da “dimensão política” das ações culturais do Estado, mas há também classificações que enfatizam as “especificidades dos objetivos da política pública”. (Lima; Ortellado; Souza, 2013: 2) Para tratar das práticas políticas que têm como objetivo a democratização cultural, faremos uma retrospectiva a outras influências nesse debate.

Com o processo de industrialização e urbanização, há uma profunda transformação da sociedade que a teoria social registra. O novo advento da *indústria cultural*¹² gera questões sobre a natureza das produções culturais massivas e sobre os efeitos do mercado à cultura: os críticos alertam para a pasteurização e a subordinação da produção cultural aos padrões mercadológicos.

O processo de industrialização das sociedades gera uma mudança determinante no campo da informação, que até então estava centrado no sistema educacional e familiar e agora passa a contar com os meios de comunicação de massa, como o rádio e a televisão. O entendimento comum da produção cultural da época (erudito) é confrontado com a produção cultural massiva (popular) e provoca reações diversas: i) do desprezo a uma indústria do entretenimento, vista como instrumento de alienação que, em geral, partia da ideia de uma “cultura legítima” que compõe a “verdadeira arte”, como posse de um grupo intelectual e erudito que deveria preservar e difundir os valores humanos por meio da educação; ii) ao interesse de uma minoria de intelectuais que, ao perceber as relações de dominação no alijamento histórico das formas de expressão popular, buscaram entender os processos culturais em transformação.

Como reação a essas mudanças sociais correspondem certas modalidades de ação do Estado no campo cultural. A teoria social clássica, nos anos 1940 e 1950, reage pela proteção da produção simbólica da “alta cultura” dos efeitos do mercado. Nesse caso, o Estado deveria

¹² Para referir-se “à produção cultural própria do capitalismo” – a produção de mercadorias culturais padronizadas com a intenção de formar percepções comuns “dirigidas ao consumo em larga escala” (massivo) – Adorno e Horkheimer propõem em 1947 o conceito de *indústria cultural*. (DIAS *apud* WILLIAMS, 2007: 431-432)

promover políticas de subsídio para a eliminação das barreiras de preço e, conseqüentemente, o acesso ao consumo. Busca-se uma emancipação da lógica do mercado, além do acesso às massas a esse tipo de expressão, inacessíveis a elas até então. A preocupação – “orientada pelos ideais iluministas” – gira em torno da universalização da cultura (entendida no âmbito das artes consagradas e do processo civilizatório) e da democratização do acesso (entendida na esfera do consumo). Para garantir e ampliar o acesso igualitário aos bens e serviços culturais tidos como patrimônio da humanidade, surgem ações culturais do Estado classificadas como “políticas de democratização cultural”¹³. (Lima; Ortellado; Souza, 2013)

As críticas à teoria social clássica levam aqueles que buscaram entender os processos culturais em transformação a questionar o conceito elitista de cultura, que parte do pressuposto de que a elite detém o saber e que as classes populares são desprovidas de cultura, precisando ser “guiadas” e “educadas”. Há questionamentos também quanto ao subsídio da produção e do consumo cultural restrito à classe dominante, em detrimento da sociedade como um todo. Os Estudos Culturais surgem nesse ambiente – na Inglaterra do pós-guerra – e estabelecem uma nova forma de fazer crítica cultural, que repensa o modo tradicional de entender a cultura, abrindo-se a estudos das culturas populares.

Nesse fazer crítico cultural, o pressuposto da “igualdade essencial de ser”, contra uma desigualdade crescente do modo de produção capitalista – que gradua os seres humanos e estrutura uma “crueldade, exploração e erosão da energia humana” –, será a base fundamental na qual Williams irá desenvolver o conceito de “cultura comum”. (Williams, 2011b: 341-342) Seu sentido está centrado na ideia de que “a cultura é de todos, em toda a sociedade e em todos os modos de pensar”, ou seja, a criação de significações e valores é comum a todos os indivíduos. Para tanto, o autor insiste na conjunção de dois significados, compreendendo a cultura tanto no domínio das práticas sociais – “os mais ordinários significados comuns” –, quanto no domínio das ideias, das artes e aprendizados, enquanto processos de descobertas e criações – “os mais refinados significados individuais”. Trata-se de reconhecer a diversidade das práticas simbólicas, democratizando a própria ideia de *cultura* – até então restrita ao domínio de uma minoria de homens cultos, sem desconsiderar a cultura por eles produzida. Nesse novo modo de pensar a cultura, até mesmo os mais refinados significados individuais

¹³ Como exemplo dos “instrumentos de intervenção” dessa modalidade de política cultural temos os “centros culturais orientados à difusão” e as “orquestras públicas com entradas subsidiadas”. (Lima; Ortellado; Souza, 2013: 10)

passam a ser considerados como uma capacidade de desenvolvimento comum a todos os indivíduos, desde que garantidas as “condições essenciais de ser”. (Williams, 1989: 4)

As ideias e conhecimentos articulados pelos Estudos Culturais tornaram-se fundamentais para estabelecer as bases de um entendimento ampliado de *cultura*, fortalecendo-a para um uso democrático. Nesse sentido, ganha força o pensamento sobre as condições essenciais de ser e existir, em que as ações culturais do Estado devem reconhecer e apoiar a produção, a difusão e a fruição simbólica da sociedade na sua diversidade.

No contexto global, por volta dos anos 1970 e 1980, período caracterizado pela “crítica ao elitismo” anterior, a preocupação está no reconhecimento da diversidade e da cidadania cultural, pela garantia dos direitos à expressão e produção simbólica dos diversos segmentos sociais. Essas ideias são a base do que conhecemos como “políticas de democracia cultural”: ações culturais do Estado que garantem a valorização e o fomento de práticas simbólicas autônomas e diversas da sociedade civil, considerando o alijamento histórico das formas de expressão e dos saberes populares. Tais políticas são fundamentais para enfrentar os desafios estruturais de nossa formação sociocultural, na disputa de valores pela “real participação dos indivíduos, grupos e comunidades” excluídos dos direitos à realização de suas práticas culturais. (Lima; Ortellado; Souza, 2013: 1-5)

4. CONTEXTO POLÍTICO-CULTURAL NACIONAL

A compreensão das questões urgentes no campo das políticas culturais demanda um pensar que busque as conexões subjacentes aos universos político, cultural, econômico e social, considerando as relações de poder e dominação existentes. Trata-se de uma busca pela consciência dos problemas estruturais que marcam nossa formação sociocultural, bem como das potências para a sua transformação.

Quando se fala em políticas culturais, o *sensu comum* é pensar a ação do Estado no campo da cultura, mesmo porque a ação governamental para a organização e a regulação do setor é o principal referente que temos em nossos registros e memórias. É o que podemos constatar pela definição adotada por um importante referencial no campo, a Unesco¹⁴, que entende as políticas culturais “como um conjunto de princípios operacionais, práticas administrativas e orçamentárias e procedimentos que fornecem uma base para a ação cultural do Estado”. (Unesco, 1969: 4, tradução própria)

Com o objetivo de conhecer a realidade das políticas públicas para a cultura no país, seus problemas estruturais e suas potências transformadoras, nessa parte do trabalho teórico-conceitual buscamos apreender como a ação e a organização cultural do Estado e da sociedade se desenvolveram no contexto nacional. Partimos de alguns registros existentes, procurando as interfaces desse processo com a história das políticas culturais brasileiras, tendo como referência o trabalho de Albino Rubim.¹⁵ Seria preciso considerar o desconhecimento e os poucos registros organizados sobre o papel dos distintos sujeitos, grupos e instituições da sociedade civil, que cada vez mais interferem e interagem, nesse processo de construção de políticas públicas de cultura.

¹⁴ Agência das Nações Unidas criada em 1946 para promover a colaboração internacional em educação, ciência e cultura.

¹⁵ Aqui, cabe ressaltar que a bibliografia existente sobre as políticas culturais brasileiras “caracteriza-se pela dispersão”, tanto por ser proveniente de áreas disciplinares diversas quanto por ter uma desigual quantidade de registros para “os diferentes momentos da história das políticas culturais nacionais”. Desse modo, são poucas, quase inexistentes, as tentativas “sistemáticas e rigorosas de compreender sua trajetória histórica”: um desafio necessário permanente. (Rubim, 2007: 12)

4.1 Relações com o passado colonial

Ainda que uma genealogia se oponha à pesquisa da origem, na trama histórica dos registros das políticas culturais brasileiras esta é uma primeira questão documentada. Alguns teóricos, como Marcio Souza (2000), irão identificar o surgimento das políticas culturais no final do período colonial, com o processo de independência do país.¹⁶ Já Rubim (2007) rebate tal identificação explicitando as marcas históricas desse período: colonização, perseguição, controle e dominação das culturas indígenas e africanas, censura e impedimento do desenvolvimento educacional e cultural da sociedade brasileira. A questão aqui não é negar as ações do Estado monárquico no desenvolvimento de uma “cultura” específica (colonizadora), mas sim colocar em questão os interesses, as relações de poder, as formas de dominação e exploração no processo de nossa formação sociocultural.

No período colonial brasileiro pode-se dividir a estrutura material da “sociedade tradicional”¹⁷ em três categorias: 1) uma “pequena minoria de proprietários” (diretos ou indiretos) da produção mercantil, centrada em atividades agrárias, destinada a abastecer os mercados externos (“como fornecedor de produtos primários tropicais”, entre eles o pau-brasil, o açúcar, o ouro, o algodão); 2) uma “grande massa de trabalhadores escravos”; 3) e “os simples desclassificados e marginais, subprodutos de uma sociedade rigidamente estratificada”. (Prado Junior, 1999: 38, 70) Para pensar a distinção social do período, própria da “Ilustração” (ou Iluminismo), Chauí afirma:

O Povo, de onde parte a república, é a burguesia. Sob esse aspecto, não causa surpresa o fato de que, durante a Revolução de 1817, em Pernambuco, ilustrados, empenhados na descolonização e na instalação de uma República, dividissem a si mesmos em três “classes” – nobreza, clero e povo –, excluindo desta última “classe” os pobres e os negros escravos. (Chauí, 1989: 16)

O Estado e a Igreja ocupavam o espaço de domínio dos valores econômicos e políticos, buscando consolidar um processo de desenvolvimento espiritual e intelectual no país. O processo civilizatório colonial brasileiro pode ser caracterizado por uma cultura invasora e

¹⁶ Um primeiro pensador histórico materialista brasileiro, Caio Prado Junior (1942), considera o início do processo de independência “com a transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil” (1808) e “os atos preparatórios da emancipação política do país”. (Prado Junior, 2011: 7)

¹⁷ Caio Prado denomina “sociedade tradicional” aquilo “que compreenderia genericamente todas as formas econômicas-sociais que precederam o capitalismo industrial”. (Prado Junior, 1999: 27)

eurocêntrica¹⁸, destinada a servir de campo de exploração aos objetivos da atividade mercantil europeia. (Prado Junior, 1999)

Um problema central da história da cultura brasileira, como identificado por Coutinho¹⁹ e datado desde o início da independência do país, resulta dos processos de transformação “pelo alto”, das mudanças do Estado (e de seus mecanismos de poder) sem a participação popular. Tendo em mente que a transformação social implica em uma transformação cultural, o autor afirma a inexistência, na época colonial brasileira, de uma “sociedade civil” no sentido gramsciano: enquanto uma “esfera social nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas [...]”, como, por exemplo, a função de garantir ou contestar a legitimidade de uma formação social e de seu Estado. (Coutinho, 2011: 14)

Se examinarmos o Brasil da época colonial, uma sociedade pré-capitalista (ainda que articulada com o capitalismo através do mercado mundial), veremos facilmente a completa inexistência de uma sociedade civil. Não tínhamos parlamento, nem partidos políticos, nem um sistema de educação que fosse além das escolas de catequese; não tínhamos sequer o direito de imprimir livros ou publicar jornais. Em suma: a organização da cultura, se é que se pode falar de “organização” nesse caso, era tosca e primitiva. (Coutinho, 2011: 19)

Na leitura de Coutinho, a “organização da cultura”²⁰ foi definida como “o sistema das instituições da sociedade civil cuja função dominante é a de concretizar o papel da cultura na reprodução ou na transformação da sociedade como um todo”. Para o autor pode-se dizer que “sem uma ‘organização da cultura’, não existe sociedade civil no sentido gramsciano da expressão”. Ele afirma que no Brasil colonial a grande maioria dos intelectuais estava ligada diretamente à administração da colônia e aos seus interesses colonizadores, de tal modo que evitavam “pôr em discussão as relações sociais de poder vigente”. De modo geral, tratava-se de uma organização marcada pelo incentivo a uma “cultura de fachada” ou “cultura ornamental” e elitista, que a política oligárquica apoiava e que não tinha uma incidência sobre os problemas reais da população. (Coutinho, 2011: 14-22)

Na história global, as fissuras na estrutura social colonial – que vão possibilitar o desenvolvimento das nações e nacionalidades – derivam da Revolução Industrial e

¹⁸ Aquela que fixa a cultura europeia no centro de todas as outras culturas existentes, fazendo com que prevaleça sua forma de desenvolvimento e de pensamento sobre o mundo.

¹⁹ Em *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. Expressão Popular, 2011.

²⁰ Expressão utilizada por Gramsci em “uma coletânea de seus escritos do cárcere” conhecida por “Os intelectuais e a organização da cultura”, que reúne “os textos relativos à questão dos intelectuais e da relação deles com os mecanismos de reprodução cultural da realidade (sistema educacional, jornalismo etc)”. (Coutinho, 2011: 13) Gramsci entende os intelectuais enquanto representantes de uma elaboração social “caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica”. Na questão da distinção entre intelectuais e não-intelectuais, o autor considera que “Todos os homens são intelectuais [...], mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais”. (Gramsci, [1982]: 7, 10)

tecnológica na segunda metade do século XVIII. O desenvolvimento do Estado-nação brasileiro nas diferentes dimensões (política, econômica, social e cultural) foi fruto de um processo de modernização fortemente condicionado pelo “sistema capitalista industrial-urbano”²¹ e pela formação de uma ordem social competitiva, própria da dinâmica de concentração de renda e de poder em uma “sociedade de classes”.

Foi nesse processo de modernização que a “sociedade civil” e a “organização da cultura” se constituíram no país – para legitimar ou para contestar nossa formação social –, e no qual as políticas culturais brasileiras se desenvolveram, como ferramenta de organização de uma identidade nacional, de um potencial econômico e como mecanismo de efetivação de direitos sociais. Como veremos, o desenvolvimento das políticas culturais brasileiras se dá em meio a contradições e desafios, próprios da ação que tradicionalmente funcionaliza a cultura para a manutenção da ordem social e política.

4.2 Inauguram-se as políticas culturais brasileiras

Os “dois grandes processos interdependentes da era [moderna]” foram definidos como “a criação de um sistema de Estados nacionais e a formação de um sistema capitalista mundial”, acrescentando-se, a esses, o de desenvolvimento da civilização e da cultura moderna. (Tilly *apud* Arrigui, 1996: ix) Tais processos vão impulsionar a transição histórica “da existência rural para a urbana”. Na vida econômica das sociedades, além da reprodução e acumulação ampliada do capital, há uma mecanização em larga escala da produção, alterando profundamente as relações de produção e trabalho. No desenvolvimento da civilização e da cultura moderna, sob influência do espírito Iluminista, a palavra *cultura* – que até então era utilizada na sua versão original, para significar o cultivo, o cuidado com algo –, passa a ser utilizada amplamente como sinônimo de *civilização* e a recomendar uma forma de vida a superar o barbarismo, a desfazer a rusticidade e atraso da vida rural. (Eagleton, 2005: 10)

No Brasil, os primeiros esboços da industrialização e da introdução na ordem internacional do capitalismo industrial se dão no século XIX, acentuando-se no início do século XX, sobretudo com a produção e comercialização internacional do café. Ainda em termos econômicos, a função exportadora da organização e da estrutura social do país adquire novo sentido e

²¹ Sistema de característica “dependente”, forma pela qual o capitalismo se consolidou como processo histórico-social brasileiro.

expressão: ganha relevância no abastecimento das matérias-primas utilizadas pela indústria e dos gêneros alimentícios destinados à subsistência das populações urbanas de que a industrialização necessita. (Prado Junior, 1999: 83-84) A centralidade da indústria e da lógica capitalista na vida econômica da sociedade moderna foi acompanhada pela valorização cultural da vida urbana. Em um processo civilizatório baseado nas revoluções científica e industrial, o “discurso competente”²² buscou afirmar “um padrão cultural único tido como verdadeiro e melhor para todos os membros da sociedade”. Processo pelo qual as culturas eruditas e acadêmicas se sobrepuseram aos conhecimentos e às culturas tradicionais e populares. (Chauí, 1980: 40)

A estrutura da vida econômica do período caracterizou-se pela formação de uma *sociedade de classes*, garantindo a reprodução das relações capitalistas de exploração.²³ De modo geral, enquanto relação econômica percebida, a formação social dividia-se em dois polos opostos que expressavam a concentração da riqueza e da expansão material da época: de um lado os donos dos meios de produção, os homens de negócios, proprietários e empresários²⁴; de outro, os detentores da força de trabalho, os trabalhadores (não mais escravos). (Prado Junior, 1999: 93)

²² Aquele “que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado”. (Chauí, 1980: 7)

²³ A palavra *classe* precisa ser especificada, por ser “uma palavra obviamente difícil, tanto em sua gama de sentidos como na complexidade de seu significado relativo a uma divisão social”. O desenvolvimento da palavra “no sentido social moderno, com denominações relativamente fixas para designar classes específicas (**classe baixa, classe média, classe alta, classe operária**, etc.)”, pertence ao “período da Revolução Industrial e da reorganização decisiva da sociedade”. Até “o final do S18 e avançando os S19 e S20, as palavras mais comuns” para expressar divisões sociais “eram *posição* [*rank*] e *ordem* [*order*], ao passo que *condição* [*estate*] e *grau* [*degree*] eram ainda mais comuns do que **classe**”. (Williams, 2007: 85-87)

A história essencial da introdução de **classe** como uma palavra que substituiria designações mais antigas para as divisões sociais tem relação com a consciência cada vez maior de que a posição social é construída e não simplesmente herdada. [...] Sob a pressão dessa consciência, aguçada ainda mais pelas mudanças econômicas produzidas pela Revolução Industrial e pelos conflitos políticos das Revoluções Americana e Francesa, o novo vocabulário de **classe** começou a se impor. (idem: 87-88)

As mudanças de sentido na palavra *classe* estão inscritas “em uma gama de discussões e controvérsias”; o “leque básico” dos sentidos controversos que Williams especifica são:

- (i) *grupo* (objetivo); categoria social ou econômica, em diversos níveis;
- (ii) *posição*; posição social relativa; por nascimento ou mobilidade;
- (iii) *formação*; relação econômica percebida; organização social, política e cultural. (idem: 95)

Para o objetivo desta pesquisa, é preciso ter claro o sentido consciente que o termo assume como “distinção produtiva, como percepção de um sistema econômico ativo”, que levou “a um sentido de **classe** que não é nem sinônimo de *posição* nem uma modalidade de agrupamento descritivo, mas uma descrição de relações econômicas fundamentais”. (idem: 92-93)

²⁴ Tratava-se de uma burguesia nascente, agente estruturadora das transformações do período, dependente recíproca do Estado em formação.

Nesse período de transformações, com o processo de modernização da sociedade brasileira, ainda que a “sociedade civil” estivesse em um estágio embrionário e a “organização da cultura” seguisse correspondendo à elite dominante e aos limites do Estado, elas se tornarão cada vez mais complexas: “começa assim a surgir, com a introdução do capitalismo, com o início das lutas operárias e com as agitações das camadas médias, um germe do que se poderia chamar de ‘sociedade civil’”²⁵. (Coutinho, 2011: 23-24)

Os anos 30 do século XX trazem alterações políticas, econômicas e culturais significativas. A velha república encontra-se em ruína. As classes médias e o proletariado aparecem na cena política. A emergente burguesia disputa espaço político com as oligarquias. [...] O novo regime representa um pacto de compromisso entre esses novos atores e as velhas elites agrárias, no qual inovação e conservação lutam sem embates radicais. (Rubim, 2007: 14)

Para o nosso objetivo, vale ressaltar que sob a economia escravista consolidou-se uma sociedade autoritária, hierárquica e desigual, baseada no liberalismo político, em que “não só o Estado aparece como fundador do próprio social, mas as relações sociais se efetuam sob a forma da tutela e do favor (jamais do direito) e a legalidade se constitui como círculo fatal do arbítrio (dos dominantes) à transgressão (dos dominados)”. (Chauí, 1989: 47-48)

*

No contexto global da virada do século XIX, o capitalismo tardio e dependente brasileiro (e seus desdobramentos sociais) coincidem com uma outra mudança semântica na ideia de *cultura*, que passa a ser utilizada como antônimo de *civilização*, palavra que adquire uma “conotação imperialista”, como “um termo valorativo”. (Eagleton, 2005: 20-22) Nesse novo sentido, *cultura* passa a ser usada pelo movimento romântico (anticolonialista) para uma crítica ao capitalismo industrial, de modo a diferenciar o desenvolvimento humano do material, opondo-se à inumanidade, ao racionalismo abstrato e ao caráter mecânico do processo de industrialização, tidos como causas do caos e da decadência social. Esse movimento enfatiza as culturas nacionais e tradicionais, trazendo uma nova perspectiva ao conceito de *cultura popular*. (Williams, 2007)

É interessante observar que a divergência entre Romantismo e Ilustração quanto ao conceito de Cultura reaparece na definição do Popular, ou, para usarmos a feliz distinção de Barbero, a divergência entre “*o popular na cultura*, posto em marcha

²⁵ Coutinho destaca algumas iniciativas que põem em discussão o modelo de dominação política, econômica e social existente, entre elas: a fundação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922; o romance nordestino, “um grande protesto literário contra o modo ‘prussiano’ de modernizar o país”; “a primeira tentativa séria de interpretar a história do Brasil à luz do marxismo”, de Caio Prado Junior. (Coutinho, 2011: 23-25)

pelo movimento romântico, e *o povo na política*, elaborado pela Ilustração”. (Chauí, 1989: 14)

Para entender a ideia de “o povo na política” da perspectiva Ilustrada, Chauí retoma a distinção romana entre *Populus* e *Plebs*: “entre o Povo como instância jurídico-política legisladora, soberana e legitimadora dos governos, e a Plebe como dispersão de indivíduos desprovidos de cidadania, multidão anônima que espreita o poder e reivindica direitos tácitos”. No polo oposto, “o popular na cultura” dos Românticos afirma a alma, o sentimento, a imaginação e a simplicidade populares; por isso buscam a visão do popular no “povo comunitário e orgânico”, na “vida camponesa e pastoral”. É desta última definição que partem os traços principais desse novo conceito: primitivismo (“ideia de que a cultura popular é retomada e preservação de tradições”), comunitarismo (ideia de que “a criação popular nunca é individual, mas coletiva e anônima”), purismo (ideia de que o povo “é o povo pré-capitalista, que não foi contaminado pelos hábitos da vida urbana”). No Brasil, as discussões (dos anos 1960 e 1980) oscilam entre esses pontos de vista (romântico e ilustrado) e em alguns casos tentam uma conciliação: “a Razão ‘vai ao povo’ para educar a sensibilidade tosca (eis o papel das vanguardas políticas), e o Sentimento ‘vai às elites’ para humanizá-las (eis o papel das vanguardas artísticas)”. (Chauí, 1989: 14-20)

As ideias de cultura popular dos Românticos e Ilustrados, “como totalidade orgânica, fechada sobre si mesma”, serão superadas pela *perspectiva materialista da cultura*, por esta ressaltar o essencial que aquelas perdem: “as diferenças culturais postas pelo movimento histórico-social de uma sociedade de classes”.²⁶ (Chauí, 1989: 24)

*

No processo dinâmico local em relação ao global, surgem duas iniciativas no campo das políticas culturais brasileiras, consideradas por muitos teóricos inauguradoras da ação do poder político no campo da cultura, porque alteraram significativamente o cenário. No entanto, inaugura-se também no país – “em decorrência de seu perfil autoritário e elitista” – uma problemática estrutural das políticas culturais brasileiras: a sua forte relação com governos autoritários, que as utilizam para legitimar a estrutura de poder da classe dominante e manter as bases fundamentais hierárquicas da sociedade. (Rubim, 2007: 14)

²⁶ A perspectiva materialista da cultura será detalhada em *Cultura: para pensar o mundo rural*.

A primeira iniciativa inaugural refere-se à atuação do Ministério da Educação e Saúde, de 1934 a 1945, durante o Estado Novo, tendo à frente Gustavo Capanema na tarefa de garantir o desenvolvimento educacional e cultural do governo Vargas. De modo geral, os projetos deste Ministério – de reforma do sistema escolar, do desenvolvimento das artes consagradas, bem como de ações orientadas ao grande público (como o rádio, o cinema, a música) –, tinham o objetivo de formar mentalidades para o compromisso com os valores e as regras da nação em construção, atuando no sentido de minimizar os conflitos sociais. (Schwartzman; Bomeny; Costa, 1984)

No período, inauguram-se as “políticas de democratização cultural”, orientadas pelos ideais iluministas, com ações voltadas para a universalização da cultura tida como patrimônio da humanidade. Para impedir que a nacionalidade fosse ameaçada por outras nações, com seus valores e formas de consciência – principalmente pelos Estados Unidos, que se consolidavam como novo centro da economia mundial capitalista –, temos também as “políticas de intervenção e regulação econômica” do setor, que deram impulso à indústria cultural nacional, aumentando a escala do poder de produção e emissão de determinado repertório simbólico às massas. Além disso, são fortalecidas ações voltadas à identidade e ao patrimônio cultural, para preservação e institucionalização de certas tradições culturais, bens materiais e artísticos representativos dos valores e símbolos da nação.²⁷ (Lima; Ortellado; Souza, 2013)

Para compreender as iniciativas que surgem nesse período, devem ser consideradas as complexidades do contexto político em que se inseriam, como parte de um programa maior de um governo contraditório, caracterizado por práticas populistas e conservadoras: um misto de ações afirmativas, com importantes legislações e institucionalizações; e de ações negativas, unidirecionais, com certa censura e opressão, próprias de um regime ditatorial. (Rubim, 2007: 16)

A política cultural implantada valorizava o nacionalismo, a brasilidade, a harmonia entre as classes sociais, o trabalho e o caráter mestiço do povo brasileiro. A potência desta atuação pode ser dimensionada, por exemplo, pela quantidade de instituições criadas [...]: Superintendência de Educação Musical e Artística; Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936); Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937); Serviço Nacional de Teatro (1937); Instituto Nacional do Livro (1937) e Conselho Nacional de Cultura (1938). Também não é mera casualidade que este período esteja entre os mais contemplados em termos de estudos. (Rubim, 2007: 16-17)

²⁷ Ainda que os registros apontem que as ações voltadas à identidade e patrimônio tenham surgido no movimento de centralização política e administrativa para a formação do Estado-nação (que no Brasil é marcado pelo processo de independência do país), somente nesse momento histórico elas irão compor o rol de intervenções sistemáticas e conjuntas do Estado no campo da cultura.

A outra iniciativa inaugural das políticas culturais brasileiras, simbolicamente a principal delas, mesmo tendo sido um experimento em âmbito municipal, refere-se às ações do Departamento de Cultura de São Paulo, entre 1935 a 1938. A iniciativa levou um grupo de intelectuais modernistas, tendo à frente Mário de Andrade, a buscar superar o momento em que viviam com esforços para a realização de um objetivo comum: a construção de uma “cultura nacional autônoma”.²⁸ Tal construção seria efetivada pela busca das raízes mais populares e vitais do povo, com vistas à superação dos artificialismos e formalismos da cultura erudita e acadêmica, transplantada de modelos culturais importados. Esta iniciativa acalentou a “utopia nacional-popular” daquele grupo, que pretendia configurar o que entendia da realidade brasileira e lançar propostas para o destino do país. (Barbato Junior, 2004) Entretanto, a experiência – apoiada pela aristocracia cafeeira paulista, que após a crise de 1929 perdeu crescentemente espaço na política nacional – logo seria suprimida por interesses da nova classe industrial em ascensão.

De todo modo, o pioneirismo da experiência do artista como homem público – principalmente no que se refere à orientação de ações de democratização nas esferas da cultura e da educação, abrindo um universo de possibilidades de criação e inovação – teve um impacto revolucionário para a época, ao propor outra forma de pensar e fazer cultura, que foi e ainda é base de uma matriz que vai sendo ressignificada ao longo do tempo. Segundo Rubim, Mário de Andrade inova em:

1. estabelecer uma intervenção estatal sistemática abrangendo diferentes áreas da cultura; 2. pensar a cultura como algo “tão vital como o pão”; 3. propor uma definição ampla de cultura que extrapola as belas artes, sem desconsiderá-las e que abarca, dentre outras, as culturas populares; 4. assumir o patrimônio não só como material, tangível e possuído pelas elites, mas também como algo imaterial, intangível e pertinente aos diferentes estratos da sociedade; 5. patrocinar duas missões etnográficas às regiões amazônica e nordestina para pesquisar suas populações, deslocadas do eixo dinâmico do país e da sua jurisdição administrativa, mas possuidoras de significativos acervos culturais (modos de vida e de produção, valores sociais, histórias, religiões, lendas, mitos, narrativas, literaturas, músicas, danças, etc.). (Rubim, 2007: 15)

²⁸ O *movimento modernista* pode ser definido como um projeto coletivo para a renovação da cultura nacional, que “não constituía tarefa de um único artífice nem se esgotaria num único grupo ou momento específico da história brasileira”. (Botelho, 2012: 39) Nas palavras de Mário de Andrade:

Pois essa é a melhor razão-de-ser do Modernismo! Ele não era uma estética, nem na Europa nem aqui. Era um estado de espírito revoltado e revolucionário que, si a nós nos atualizou, sistematizando como constância da Inteligência nacional o direito antiacadêmico da pesquisa estética e preparou o estado revolucionário das outras manifestações sociais do país, também fez isso mesmo no resto do mundo, profetizando estas guerras de que uma civilização nova nascerá. (Andrade, 1990: 34)

Pelos indícios histórico-culturais, a iniciativa em âmbito e impacto nacional parece estar mais condizente com a funcionalização da cultura para a mobilização de um ideário e um padrão cultural específico: erudito, modernizador, que atua para amenizar os conflitos sociais. Pode-se afirmar que o experimento municipal está mais afeito aos ideários anticolonialistas, que enfatizam a cultura de raízes populares, na busca pelo conhecimento do nacional-popular, traduzindo uma consciência crítica de nossa formação social em ações inovadoras para a democracia no campo político-cultural.

4.3 Um novo contexto

No cenário internacional, pós-segunda guerra mundial – em que a *democracia* assume lugar central como forma política e as críticas à ideia tradicional e restrita de cultura abrem espaço para um entendimento amplo e democrático –, há uma mudança precisa no debate sobre as ações do Estado no espaço sociocultural. Mudança pautada por reivindicações populares, que passam a entender que tais ações devem garantir os direitos humanos enquanto elementos centrais para a transformação do mundo contemporâneo. Essa guinada histórica foi fruto de uma imensa politização e atuação de diversas organizações e movimentos sociais, como o movimento camponês, operário, de mulheres, de contracultura.²⁹

O contexto democrático possibilitará a ampliação da rede de *organização cultural da sociedade* brasileira, criando para seus atores, além de condições de subsistência fora do aparelho do Estado, a possibilidade de se construir uma autêntica “sociedade civil”, capaz de pôr em discussão as relações de poder e dominação existentes.³⁰ (Coutinho, 2011) Nesse período, houve um desenvolvimento cultural em diversas áreas, despontando inúmeros movimentos, grupos, artistas e intelectuais que se utilizaram de novas formas, linguagens, temas e experiências, abrindo caminhos para outras perspectivas de produção cultural no país.³¹

²⁹No âmbito rural brasileiro, por exemplo, os trabalhadores passaram a se organizar mais solidamente na luta pela reforma agrária, tirando essa temática do âmbito exclusivo da academia e do poder político e transformando-a em instrumento de luta. Apesar de encontrarmos, na história nacional, registros de guerras e manifestações com a participação ativa dos trabalhadores rurais desde o final do século XIX (como a Cabanagem no Pará, a Balaiada no Maranhão) é a partir da década de 1950 que os trabalhadores rurais passam a se organizar mais sistematicamente criando as ligas camponesas por diversos Estados. (Ribeiro, 2010)

³⁰Como formas concretas da rede de organizações culturais do período destacam-se: “a publicação de jornais e revistas independentes, o aumento do número de editoras, uma crescente autonomia das recém-criadas universidades”. (Coutinho, 2011: 27)

³¹Para especificar, entre os grupos e movimentos destacamos o Teatro de Arena, o Grupo Oficina, o Cinema Novo.

Nesse momento de um crescente engajamento intelectual e artístico, a questão cultural e educacional ganha centralidade e deixa um legado prático e teórico fundamental para a *ação cultural* do Estado e da sociedade. Despontam importantes instituições da sociedade civil, introduzindo uma nova experiência de relacionar temáticas culturais, educacionais e políticas, no sentido de popularizar a arte e o conhecimento, atuando para transformar a estrutura social desigual, como é o caso do Movimento de Cultura Popular (MCP) e do Centro Popular de Cultura (CPC).

O MCP foi criado em Recife, em 1960, por intelectuais da cena pernambucana, entre eles Germano Coelho, Paulo Freire, Ariano Suassuna. Contando com apoio oficial da gestão municipal de Miguel Arraes, a atuação do MCP vinculou-se aos objetivos da Secretaria de Educação do Recife, tornando-se uma experiência fundamental e inauguradora das ações culturais para o campo. Os experimentos com ideias e princípios da educação popular serão as bases da pesquisa e atuação do MCP, que desenvolveu atividades cujo objetivo principal era um projeto pedagógico para a liberdade, para uma conscientização capaz de elevar o nível cultural da população e incidir na mudança de uma realidade com alto índice de analfabetismo e pobreza. Segundo relatos de participantes da experiência, utilizavam-se da arte, sobretudo do teatro, como meio para estabelecer um contato e aproximação com as comunidades camponesas, uma vez que a peça era montada a partir do diagnóstico dos problemas daquela realidade. Estabelecidos os canais de comunicação e conexão política, desenvolviam atividades para a alfabetização de jovens e adultos, além de ações na área de saúde.

A experiência do MCP foi referencial para uma outra iniciativa existente no período, criada em 1961 no Rio de Janeiro, o Centro Popular de Cultura (CPC), ligado à União Nacional de Estudantes (UNE).

O eixo do projeto do CPC se define pela tentativa de construção de uma “cultura nacional, popular e democrática”, por meio da conscientização das classes populares. A idéia norteadora do projeto diz respeito à noção de “arte popular revolucionária”, concebida como instrumento privilegiado da revolução social. A defesa do caráter coletivo e didático da obra de arte, e do papel engajado e militante do artista, impulsiona uma série de iniciativas. (Centro Popular de Cultura, Enciclopédia Itaú Cultural)

Reunindo artistas que trabalhavam com diversas linguagens, desenvolveram peças de teatro “em portas de fábricas, favelas e sindicatos”, “cadernos de poesia vendidos a preços populares”, “filmes auto-financiados”, além de “cursos de teatro, cinema, artes visuais, filosofia e a UNE-Volante, excursão de três meses pelas capitais do país para contatos com as

bases universitárias, operárias e camponesas”, em que foram criando CPCs em diversos Estados. (idem)

Em 1963 as atividades do MCP também ganhavam projeção para acontecer em um âmbito mais amplo com a vitória de Miguel Arraes para o governo do Estado de Pernambuco (1962), mas os projetos foram interceptados em 1964 pelo golpe militar. O contexto efervescente de ideias e iniciativas populares, potencialmente transformadoras na cena pública e política, reivindicando um projeto nacional e popular de mudanças profundas na estrutura social do país – que teve seu auge durante o governo de João Goulart (1961-1964) –, gera uma reação da classe dominante que atuará para manter a ordem estabelecida, destruindo a “frágil democracia brasileira”. (Rubim, 2007: 19)

4.4 Tradições de uma sociedade autoritária

O cenário estimulante para o desenvolvimento e a democratização da vida cultural nacional logo foi paralisado pela “aliança entre vários segmentos das classes dominantes” para a imposição de um regime ditatorial-militar, que retomou um problema central da história social brasileira: o movimento das transformações pelo alto, das mudanças do Estado pela força, domínio e repressão. O poder político “tentou por todos os meios destroçar o embrião de sociedade civil autônoma que se vinha esboçando”. (Coutinho, 2011: 28-29) Florestan Fernandes (1975) interpretou a ditadura militar brasileira como o ápice da autocracia burguesa, uma oposição à revolução democrática nacional e popular que estava em curso.

[...] o despotismo burguês nas famílias, nas fábricas, nas escolas, nos meios de comunicação cultural de massa etc., a repressão policial-militar e judiciária e a opressão política fecharam todas as vias que viessem a ir além da oposição consentida. (Fernandes, 1991: 42)

Seguindo uma tendência global desse período, de aumento da mobilidade geográfica do capital com a liberalização e expansão do comércio e da produção mundial – segundo a fase de reprodução ampliada da economia mundial capitalista, centrada e organizada pelos EUA –, o governo criou as condições políticas necessárias à passagem do capitalismo brasileiro para a etapa da dominação dos monopólios.

A ação cultural do Estado referenciada nos valores e mecanismos da economia de mercado foi impulsionada, estimulando crescentemente a lógica da indústria cultural, induzindo à produção e ao consumo de bens simbólicos como mercadoria. Um dado novo e complexo a ser observado, em relação aos períodos anteriores: agora grandes monopólios passam a

controlar os “meios de comunicação de massa” e a utilizá-los para fins propagandísticos e doutrinários, como instrumento de legitimação e de controle político das ideias, buscando uma integração simbólica nacional, reprodutora da ideologia oficial.³² (Coutinho, 2011)

Nesse período, intensificou-se também o processo de industrialização da agricultura. A adequação da estrutura agrária às necessidades do capital levou ao ponto de inflexão da existência rural para a urbana. Em termos demográficos, ao longo de um grande e crescente processo migratório, a configuração social do país mudou: de uma maioria da população que vivia na zona rural em 1960 (55%), para uma maioria da população vivendo na zona urbana nas décadas seguintes (56% em 1970; 68% em 1980; 84% em 2010, segundo censo do IBGE).

No plano da vida material, a fim de potencializar as transformações do desenvolvimento capitalista e aproveitando as facilidades para obtenção de crédito internacional, o regime militar se pautou em uma política de aceleração econômica dependente do capital externo. Isto se deu a partir da associação das burguesias industriais nacionais com a comunidade internacional dos negócios. O “milagre econômico” – período de 1968 a 1973, em que a economia do país cresceu a uma média de 11% ao ano – se deu por meio de um grande endividamento externo que, somado ao aumento do preço internacional do petróleo e ao aumento dos juros da dívida, levaram o país a uma grande crise e à recessão, a partir de 1979.

Na dinâmica social, os benefícios do desenvolvimento econômico limitaram-se aos estratos burgueses, enquanto que as classes subalternas foram silenciadas e os opositores políticos foram fortemente reprimidos por práticas de censura e terrorismo ideológico. No âmbito rural, as organizações foram destruídas e colocadas sob rigoroso controle, suas lideranças perseguidas, torturadas e assassinadas. A natureza reivindicatória de tais organizações foi anulada e substituída pela assistência social. (Ribeiro, 2010)

A ação do Estado foi marcada por grande centralização das políticas no governo federal e pouca autonomia para os demais entes da federação. Rubim (2007) divide a ação do regime ditatorial no campo da cultura em três momentos distintos: no primeiro, que vai de 1964 a 1968, os movimentos político-sociais são o alvo da censura e da repressão (ainda não sistemáticas); no segundo, de 1968 a 1974, a violência é brutal e sistemática, bloqueando efetivamente a efervescência anterior e gerando um enorme vazio cultural, preenchido pela

³² Sobretudo por meio da televisão, de boa parte da imprensa e do cinema brasileiro. Até então a televisão não tinha uma articulação em âmbito nacional; em 1965, surge a Rede Globo, que passará a cumprir essa função.

atuação da mídia monopolizada; no terceiro, de 1974 a 1985 – difundido pelos governistas como o momento de abertura política por meio de uma “transição lenta, gradual e segura” –, se deu a maior atuação e investimento do regime militar na cultura, com a realização de inúmeros eventos e a criação de diversas instituições³³.

4.5 A reorganização cultural da sociedade e a ascensão neoliberal

Segundo Florestan Fernandes (1975), a “transição lenta, gradual e segura” foi uma continuação da ditadura por outros meios. O movimento de “transição democrática” – que abrange o final do governo militar, o processo constituinte (1987-1988) e as eleições presidenciais de 1989 – foi caracterizado pela crítica da esquerda socialista como conservador, uma reforma da autocracia burguesa para permanecer no poder.

Durante a crise da ditadura houve o ressurgimento dos movimentos sociais e populares, fato que teve pouco relevo para a memória hegemônica da interpretação social, política e cultural do período, que manteve o foco nas ações do Estado.³⁴ Na realidade, diversos segmentos sociais contestaram o regime ditatorial na luta pela democracia, entretanto, com diferentes interesses: o empresariado, motivado pela redução da interferência do Estado na economia; a classe média, motivada pelas liberdades políticas e de imprensa (sobretudo pela anistia a presos e exilados políticos), pelo fim da violência policial e pela democratização dos serviços públicos (principalmente em educação e saúde); os trabalhadores, pelas liberdades políticas, por garantias trabalhistas, pela reforma agrária³⁵; os movimentos minoritários (como sexuais, dos negros, das mulheres) somaram-se com outros segmentos sociais na luta pelos direitos humanos, por eleições diretas, dentre outras demandas. (Chauí, 1989: 52-53)

Importantes questionamentos foram colocados por protagonistas da classe intelectual e artística para o recém formado Partido dos Trabalhadores (1980) – que, na época, se propôs a fortalecer e dirigir o movimento social em curso por uma transformação da ordem existente –,

³³ “Dentre elas: Fundação Nacional das Artes (1975), Centro Nacional de Referência Cultural (1975), Conselho Nacional de Cinema (1976), Radiobrás (1976), Fundação Pró-Memória (1979)”. (Rubim, 2007: 21)

³⁴ No contexto da pesquisa, destaca-se o surgimento, em 1984, de um dos principais movimentos político-sociais pela reforma agrária no país, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

³⁵ Vale ressaltar que é nesse contexto efervescente, de ressurgimento das lutas pela garantia de direitos sociais, que a solução clássica da questão agrária e camponesa (a simples redistribuição da propriedade fundiária) começa a se tornar insuficiente diante do acirramento das disputas territoriais históricas e da expansão do agronegócio. Aos poucos, as lutas de povos e comunidades do campo passam a não se restringir mais aos direitos territoriais, reivindicando direitos de ser e de existir no território em que vivem, na terra em que trabalham. (Sauer, 2013)

para pensar um projeto cultural democrático e alternativo à sociedade brasileira. Tais questionamentos se referiam: i) ao uso da política e da indústria cultural para a difusão e controle ideológico da classe dominante; ii) ao uso da força para que alguns exerçam a dominação sobre outros; iii) ao uso e controle privado do que é público. (Chauí [e outros], 1984: 8-11)

No contexto internacional, no campo das políticas culturais, vale ressaltar também os inúmeros encontros realizados pela Unesco (em 1970, 1972, 1973, 1975, 1978 e 1982), que estabeleceram princípios significativos para a orientação da ação dos Estados. A Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (Mondiacult), realizada em 1982 no México, entendendo a educação e a cultura como fundamentais para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade, define a importância: i) da afirmação da “identidade cultural”, para, entre outras coisas, fortalecer a libertação dos povos frente a qualquer forma de dominação; ii) da “dimensão cultural do desenvolvimento”, ressaltando, em busca da humanização do desenvolvimento, que o crescimento qualitativo tem maior relevância do que o quantitativo; iii) da democracia, entendendo o “direito cultural” como um direito fundamental humano, tendo o Estado que agir para implementá-lo, com vistas à participação de todos no processo de criação, difusão e produção simbólica.³⁶ (Unesco, 1982)

Em contrapartida à reorganização cultural da sociedade, a ideologia neoliberal – fatora do Estado mínimo difundido pelos preceitos da administração gerencial³⁷ –, será amplamente recomendada pelos centros da economia mundial capitalista como única forma de superar a crise financeira vivenciada em escala global, configurada como uma crise da dívida externa, para o Brasil e para a maioria dos países latino-americanos. Os países endividados serão forçados a aderir ao receiturário do Consenso de Washington:

[...] assim denominado por corresponder às perspectivas compartilhadas pelo governo americano, Banco Mundial e FMI –, que exigia a liberalização financeira e comercial, a desestatização, o ‘enxugamento’ do aparelho do Estado, e incentivos à exportação para garantir o pagamento da dívida externa. Assim inicia-se a profunda recessão nos países latino-americanos, que fez com que os anos 1980 ficassem conhecidos como “a década perdida” (Andrews, 2010: 87-88)

³⁶ Desde então, a Unesco passou a adotar uma definição ampla de *cultura*: “[...] deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Ela abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças” (Unesco: 1982, tradução própria).

³⁷ Na concepção neoliberal do Estado mínimo, “as instituições públicas deveriam se limitar à fiscalização do cumprimento de contratos e à proteção da propriedade privada.” (Andrews, 2010: 92)

O modelo do Estado interventor dará lugar ao modelo gerencial neoliberal, que prevê a redução da atuação direta do Estado através de processos de privatização, terceirização e publicização, difundidos como forma capaz de tornar a administração pública mais ágil, eficiente e flexível.³⁸ Políticas de ajuste estrutural, com cortes orçamentários nas áreas sociais, privatizações de empresas estatais e desregulamentação econômica, são marcas desse período em que surgem as leis de incentivo à cultura no país – no discurso oficial, vistas como solução da escassez de recursos para a área; por outro ponto de vista, como uma nova estratégia de mercado, que livra o Estado de suas responsabilidades socioculturais.

O governo de José Sarney (1985–1989) implementou a primeira lei brasileira de incentivo fiscal à cultura, conhecida por Lei Sarney.³⁹ O período é emblemático pelo estabelecimento de um importante marco regulatório do comportamento do Estado em relação aos direitos humanos e à cultura – definindo os direitos culturais como direitos fundamentais⁴⁰ –, bem como pela constituição de novas instituições da administração pública federal⁴¹. Apesar das relevantes mudanças normativas, o que marca esse período é a inauguração de uma nova dinâmica no modo do Estado brasileiro financiar a cultura, tendo o mercado como regulador do campo cultural. (Rubim, 2007; 2011)

No governo de Fernando Collor de Melo (1990–1992), além de ações que promoveram retrocessos na organização cultural brasileira⁴², destacam-se as alterações no mecanismo de funcionamento da lei de incentivo à cultura, com a criação do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), vigente até hoje. Conhecido popularmente como Lei Rouanet (Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991), o Pronac passa a permitir categorias de 100% de dedução fiscal às empresas. Nesse novo formato de funcionamento, característico do país, a iniciativa privada não precisa investir nenhum recurso próprio, apenas direcionar os impostos devidos para um projeto cultural de seu interesse particular.

³⁸ A publicização é a transferência de serviços (sociais, científicos) para o setor público não estatal, conhecidas como Organizações Sociais (OSs). (Andrews, 2010: 102)

³⁹ Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, que “Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.”

⁴⁰ A partir da Constituição Federal de 1988 o Estado deve garantir a todos o acesso, apoio e incentivo à valorização e difusão das expressões culturais, na sua diversidade.

⁴¹ Tais como: o próprio Ministério da Cultura (1985), “Secretarias de Apoio à Produção Cultural (1986); Fundação Nacional das Artes Cênicas (1987); Fundação do Cinema Brasileiro (1987); Fundação Nacional Pró-Leitura, reunindo a Biblioteca Nacional e o Instituto Nacional do Livro (1987); Fundação Palmares (1988)”. (Rubim, 2007: 24)

⁴² Como o fechamento de diversas instituições públicas, entre elas o próprio Ministério da Cultura, transformado em Secretaria vinculada à Presidência da República.

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995–2002), o programa do Estado neoliberal para a cultura brasileira ganhou grande impulso. Destaca-se a naturalização da cultura como um negócio.⁴³ Da relação intensa entre cultura e investimento, o modelo neoliberal fortaleceu o “marketing cultural”, processo em que as empresas vinculam as iniciativas culturais incentivadas às estratégias de construção e viabilização de sua imagem institucional.

No processo de promoção da dinâmica de substituição do Estado pelo mercado, a ideologia neoliberal expandiu as leis de incentivo à cultura por todo o país, tornando-as vitais para a economia da cultura brasileira. Essa prática de financiamento consolidou no imaginário brasileiro um problema estrutural para as políticas culturais contemporâneas: sua redução aos mecanismos de isenção fiscal. (Rubim, 2007; 2011) Com isso, os princípios do mercado – quais sejam, racionalismo, individualismo, competitividade, lucratividade – predominam na agenda pública, deixando de lado o desenvolvimento de ideias e práticas de valorização da cultura como um direito fundamental humano, que atendam à diversidade cultural da sociedade e não apenas a um setor reduzido de interesse do mercado.

4.6 Uma nova e contraditória fase

Uma nova fase se inicia com a vitória de um projeto cultural democrático e alternativo na sua concepção, inscrito na busca por enfrentar culturalmente a cultura da dominação. Tal enfrentamento se verifica em práticas políticas críticas ao conceito “elitista”, “mercadológico” e “funcionalista” da cultura, buscando adotar e difundir um sentido amplo, fundamentado e difundido nas suas dimensões antropológica (como um *modo de vida*), econômica (como *vetor de desenvolvimento*) e cidadã (como um *direito*). Esse entendimento amplo, somado a questionamentos dos privilégios da produção e do consumo cultural da classe dominante (e de suas consequências), serão bases fundamentais para ações afirmativas do Estado, buscando reconhecer e apoiar a produção simbólica da sociedade civil na sua diversidade, considerando o quadro de exclusões e desigualdades de nossa estrutura social e o alijamento histórico das formas de expressão populares.

⁴³ Como se pode constatar com a publicação mais famosa do Ministério da Cultura, durante a administração de Weffort (em 1995), intitulada *Cultura é um bom negócio* e com o quantitativo das empresas que se beneficiaram com o incentivo, comparado ao do governo anterior: “Enquanto no governo Itamar 72 empresas utilizaram as leis, no governo FHC e Francisco Weffort, este número cresceu para 235 (1995), 614 (1996), 1.133 (1997), 1.061 (1998) e 1.040 (1999).” (Rubim, 2011: 34)

Como marcos da gestão do Partido dos Trabalhadores – tendo Lula como presidente e Gilberto Gil e Juca Ferreira como representantes do MinC (2003-2010) – ressaltam-se as iniciativas de ações políticas pela democracia, cidadania e diversidade cultural. Isso porque as relações com os movimentos sociais demandaram a criação de novas políticas públicas de cultura, uma vez que não eram contemplados pela principal política existente, a lei de incentivo.

Uma política criada considerada referência é o Programa Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, que busca reconhecer a autonomia e o direito de todos à produção simbólica, valorizando grupos e indivíduos tradicionalmente excluídos do acesso aos meios de produção. Outra iniciativa é o Programa Identidade e Diversidade – Brasil Plural, voltado ao fomento a expressões culturais representativas da diversidade cultural brasileira, com ações inaugurais para as culturas populares, indígenas, ciganas, de idosos, da juventude, LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, e transgêneros).

Essa é uma nova fase também no estabelecimento de práticas para a descentralização administrativa e, conseqüentemente, dos serviços sociais – conforme previsto na Constituição de 1988, mas até então não efetivado estruturalmente –, redefinindo o federalismo brasileiro e ampliando o campo de ação dos governos locais. A maior participação dos municípios, dos estados e da sociedade civil, como agentes da formulação e do acompanhamento das políticas públicas, constitui uma base fundamental para o fortalecimento da democracia brasileira.

É notório, entre os agentes do campo cultural, como a área passou por uma série de ações referenciais no debate das políticas públicas de cultura, no esforço (simbólico e em alguns casos efetivo) de consolidá-las como políticas de Estado. Cabe especificar que as políticas de Estado buscam dar perenidade às ações do governo, independentemente das alternâncias de gestão, sendo fundamentais para garantir o desenvolvimento das ações culturais potencialmente transformadoras, que encontram inúmeras dificuldades de se consolidar.

Destacamos um avanço efetivo na construção democrática das políticas públicas de cultura: o Sistema Nacional de Cultura (SNC)⁴⁴, que estabelece um modelo de gestão compartilhada entre o Estado e a sociedade, organizando os meios institucionais e administrativos para a construção de políticas, com a participação ativa e conjunta da sociedade civil e dos entes da federação. Seu objetivo principal é “fortalecer institucionalmente as políticas culturais”. Sua

⁴⁴ Instituído pela Emenda Constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012.

estrutura é composta por órgãos gestores, conferências, conselhos, planos de cultura, sistemas de financiamento, sistemas setoriais e sistemas de informações e indicadores culturais, criados e organizados pelos municípios, estados e governo federal. No caso do Sistema de Informações e Indicadores Culturais, por exemplo, é responsável por levantar, organizar e analisar dados e indicadores da realidade cultural brasileira, servindo de base aos acordos, decisões e ações do Estado. (MinC, 2011)

Nesse complexo aparelho gestor em construção, a configuração de um Plano Nacional de Cultura (PNC)⁴⁵ funciona como um instrumento de planejamento, com diretrizes, estratégias e ações para o desenvolvimento da cultura em múltiplas dimensões. O PNC é entendido enquanto um importante mecanismo para fortalecer a capacidade de realização de ações de longo prazo e garantir a responsabilidade do Estado na formulação e implementação de políticas de universalização do acesso à produção, difusão e fruição cultural da sociedade. Ele pode ser uma importante base legal para garantir a diversidade e a democracia cultural. Especificamente para o nosso objetivo, no capítulo que trata de suas estratégias e ações para reconhecer e valorizar a diversidade, ressaltamos o reconhecimento da necessidade de ações diferenciadas para os diversos “grupos que compõem a sociedade brasileira, especialmente aqueles sujeitos à discriminação e marginalização: os indígenas, os afro-brasileiros, os quilombolas, outros povos e comunidades tradicionais e moradores de zonas rurais e áreas urbanas periféricas ou degradadas”. (MinC, 2012b: 181-182)

Outra iniciativa do período que se destaca é o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura, resultante de um longo processo de discussões, debates e consultas públicas para a reformulação da Lei Rouanet, com a proposta de uma nova lei de fomento. Ainda que restrito ao campo simbólico, sem conseguir mudanças concretas, esse processo desvelou inúmeras contradições inerentes ao funcionamento das leis de incentivo no país, tais como: o uso de recursos públicos subordinado a demandas e interesses privados; o predomínio da distribuição dos recursos públicos através dos mecanismos de isenção fiscal, com “cinco vezes mais dinheiro público” que o Fundo Nacional de Cultura; a burocratização que restringe o acesso ao fomento público; a concentração de recursos em regiões e iniciativas mais aptas e flexíveis às necessidades e regras da economia capitalista. (MinC, 2010)

Esse processo tornou evidente a concentração do fomento à produção cultural em um setor especializado nas técnicas desse “modo de fazer” cultura, em conformidade com os princípios

⁴⁵ Instituído pela Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010.

e os interesses do mercado. Os números e indicadores referentes ao ano de 2009 registraram a concentração de recursos investidos via Lei Rouanet na região sudeste do país, mais especificamente nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, que somavam 69% dos recursos captados. Outra informação que evidenciou a concentração da produção cultural em um setor reduzido da sociedade: “50% dos recursos captados se concentram em 3% dos proponentes”. (MinC, 2010)

Em sua proposta original, a “nova lei de fomento à cultura” previa não só uma revisão das leis de incentivo – com uma maior contrapartida empresarial, além de mecanismos de desconcentração regional na utilização dos recursos incentivados e da desburocratização dos procedimentos – como também o fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura, enquanto principal mecanismo de distribuição dos recursos públicos, com formas de apoio direto, via seleção pública, a fim de garantir o acesso às iniciativas culturais que não tenham propósitos comerciais. Para tanto, diferentes mecanismos de apoio seriam contemplados na nova lei: fomento direto por meio de bolsas, prêmios e convênios; transferência para fundos públicos estaduais e municipais (conforme previsto no SNC); contratos e parcerias com entidades; empréstimos; incentivo a fundos privados permanentes, mantenedores de instituições culturais; investimento em empresas e projetos, com associação ao retorno comercial. (MinC, 2010)

Apesar do trabalho de desvelar os inúmeros problemas da Lei Rouanet e o predomínio do mecanismo de renúncia fiscal, na prática política cultural o quantitativo dos projetos e valores captados por esta forma de financiamento aumentaram crescentemente, acompanhando o desenvolvimento econômico do país. De 2000 a 2014, houve um aumento de 4,6 vezes no valor captado:

Crescimento da renúncia fiscal à cultura – 2000 a 2014

ano	projetos captados	valor captado (R\$ milhões)
2000	1.098	290
2001	1.216	368
2002	1.373	345
2003	1.543	431
2004	2.040	512
2005	2.475	727
2006	2.929	854
2007	3.230	990
2008	3.162	964
2009	3.041	980
2010	3.416	1.166
2011	3.750	1.324
2012	3.576	1.277
2013	3.479	1.261
2014	3.316	1.334

Fonte de dados: MinC, 2015a.

Se pensarmos que só a empresa pública Petrobrás, nos anos 2007 e 2008, investiu um total de 410 milhões de reais⁴⁶, sendo a maior empresa patrocinadora da produção cultural do país via incentivo fiscal, a análise pode ficar mais complexa e contraditória. Seria preciso considerar a ordem de grandeza da gestão de uma nação diversa, bem como o fato do mecanismo de isenção fiscal movimentar toda uma economia cultural há 29 anos no país. Não se trata da simples extinção das leis de incentivo – uma vez que muitos vivem dessa economia –, mas da sua revisão no sentido de romper com a lógica do mercado, garantindo o uso dos recursos públicos para que atenda efetivamente à diversidade cultural brasileira.

De modo geral, o modelo de governo que o Partido dos Trabalhadores adotou caracteriza-se por uma “conciliação de classes”, entre muito ricos e muito pobres, entre interesses inconciliáveis do capital e do trabalho. Desse modo, a ascensão social conquistada no período – dos que estavam entre os muito pobres, cerca de 40 milhões de brasileiros –, não significou transformações profundas nas condições estruturais da sociedade. As contradições do período estão inscritas no quadro complexo do ciclo de dependência do sistema capitalista em relação ao Estado e das inúmeras dificuldades para que ocorram mudanças estruturais frente ao poder econômico e político das classes dominantes.

⁴⁶ Informação obtida no Observatório do Direito à Comunicação, Intervezes. Disponível em: <<http://migre.me/qY5yR>> Acesso em: 26 de março de 2015.

Nesse contexto contraditório, no campo cultural, diversos esforços iniciados no período, mobilizadores de uma consciência pública e política, sofreram retrocessos e mudanças de rumo nas gestões seguintes do governo Dilma (2011-), com as ministras Ana de Holanda e Marta Suplicy, gerando descréditos e descrenças em relação à ação do Estado. Citamos o fato da reformulação da lei de incentivo à cultura não se efetivar, fazendo com que ainda hoje o Programa Nacional de Apoio à Cultura – Pronac (sem atualizações em sua regulamentação desde 1991) seja a principal forma de fomento à cultura do país, atingindo recordes de valores de captação no ano de 2014.⁴⁷

As descrenças quanto à ação do Estado são alimentadas também em relação aos inúmeros processos institucionais de participação social, por não garantirem a efetividade das pautas levantadas, debatidas e consensuadas, e por não responderem às novas e diversas formas de organização política da sociedade, aos novos agentes e demandas insurgentes diante da crise profunda da representação elitista.

Outro fato a considerar nessa conjuntura é o Ministério da Cultura, em 2011, assumir em sua estrutura uma Secretaria da Economia Criativa. Por um ponto de vista crítico, foi um alinhamento às reformas dos modelos de desenvolvimento capitalista em âmbito mundial, que deslocam a cultura para o centro do discurso econômico. Nesse “novo modelo de desenvolvimento”, a ideia da economia criativa assume rapidamente uma amplitude global, de referência rápida, mobilizando irreflexivamente um conjunto de posições políticas e teóricas que a apoiam, mas que somente se torna possível a partir de um enquadramento da cultura nos princípios e leis imanentes da acumulação e da expansão capitalista, sem revelar que a criatividade aí se mostra “como uma arma que pode degradar a cara democrática da cultura até submergi-la em uma sociedade de mercado”. (Bustamante, 2011: 16, tradução própria) Nesse processo, nota-se uma apropriação de alternativas anticapitalistas (colaboração, sustentabilidade, diversidade, inclusão, acesso) para a manutenção da lógica do capital, deixando cada vez mais distante a possibilidade de inversão de uma visão funcionalista da cultura a serviço do desenvolvimento econômico na sua perspectiva hegemônica.⁴⁸

⁴⁷ Segundo o Orçamento Geral da União, exercício financeiro de 2014, o orçamento do MinC foi de R\$ 3,26 bilhões. Um valor correspondente a mais de 40% do orçamento total do MinC foi utilizado para projetos incentivados por renúncia fiscal (R\$ 1,33 bilhões).

⁴⁸ Sobre o modo como as ideias para uma economia criativa (cultura segundo os interesses da economia), ainda que conceitualmente precária, perpassam ideias para uma economia da cultura (economia segundo interesses da

Para entender tal mudança de rumo do MinC, é relevante considerar o fato do país sediar grandes jogos mundiais (como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos), em que se constata um redirecionamento das energias do aparelho gestor para a nova Secretaria de Economia Criativa e para apoiar a “grandes eventos esportivos”. Tal redirecionamento deixa em segundo plano as ações em curso das Secretarias voltadas para a cidadania, a identidade e a diversidade cultural, como, por exemplo, os programas Cultura Viva e Brasil Plural. (MinC, 2013: 26)

Nesse complexo contexto em movimento, o pensar crítico sobre a ação e a organização cultural do Estado e da sociedade procura entender os inúmeros problemas inerentes às transformações sociais, que não alcançam sua “razão de ser” – mudanças reais, profundas e opostas à estrutura anterior –, sendo incapazes, portanto, de romper com o ciclo de dominação e invasão cultural predominante em nossa formação social: um desafio permanente.

5. CULTURA DO CAMPO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Segundo o censo do IBGE de 2010, cerca de 84% da população brasileira vive em áreas urbanas. Se considerarmos apenas os índices populacionais do país, pode-se afirmar que o Brasil é urbano. “Entretanto, um olhar mais refinado vai perceber que as áreas não urbanizadas representam 99,75% do território nacional, de acordo com pesquisa da Embrapa.” (Centro de Estudos e Culturas do Mundo Rural) Esta informação pode ser constatada nos resultados da pesquisa de “mapeamento e estimativa da área urbanizada do Brasil”. A tabela abaixo traz informações comparativas das “áreas urbanizadas do Brasil, segundo as regiões de governo”:

Região	Área total (km²)	Área urbanizada calculada (km²)	Percentual da área total (%)
Centro-Oeste	1.612.077	2.696	0,17
Nordeste	1.557.938	3.445	0,22
Norte	3.869.638	1.611	0,04
Sudeste	927.286	9.404	1,01
Sul	564.306	4.129	0,73
Brasil	8.531.245	21.285	0,25

Fonte: Miranda; Gomes; Guimarães. Embrapa, 2005.

Segundo José Eli da Veiga, o Brasil é mais rural do que se imagina e projeta no desenvolvimento de suas políticas públicas. Isto se deve ao fato de que a delimitação do que é urbano e do que é rural parte da norma legal e das instituições político-administrativas brasileiras, que têm uma visão “oficial” do desenvolvimento territorial brasileiro. Essa delimitação, que implica a distinção entre população rural e urbana, é arbitrária, na medida em que “considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características”. (Veiga, 2003: 31) Desse modo, aglomerações irrisórias, definidas pelo autor como “cidades imaginárias” (é o caso do município União da Serra/RS, com 18 habitantes, no censo demográfico de 2000), entram na conta dos processos urbanos. Tal arbitrariedade resulta tanto em distorções da realidade brasileira, que supervaloriza a sua urbanização, quanto em uma inadequação de suas políticas, que mesmo quando direcionadas para a população rural são pensadas a partir da realidade urbana.

De fato, a realidade rural é diferente da realidade urbana, de modo que suas necessidades concretas também são diversas. Conscientes das problemáticas do referencial populacional oficial em que as ações do Estado são pensadas, ressaltamos que, segundo o censo do IBGE de 2010, do total da população brasileira que vive em situação de extrema pobreza⁴⁹ (16,2 milhões de pessoas), 46,7% delas vivem em áreas rurais. Esta informação é impactante quando o próprio censo estima que 15,6% da população brasileira (29,8 milhões de pessoas) reside em áreas rurais. Significa dizer que uma em cada quatro pessoas vive em situação de extrema pobreza no campo, e que essa situação se agrava nas regiões norte e nordeste, como se pode constatar no quadro abaixo.

Tabela 1: Distribuição da população total e população em extrema pobreza segundo Grandes Regiões e situação do domicílio

	População Total					
	Total	Urbano	Rural	% Total	% Urbano	% Rural
Brasil	190.755.799	160.925.792	29.830.007	100,0	84,4	15,6
Norte	15.864.454	11.664.509	4.199.945	100,0	73,5	26,5
Nordeste	53.081.950	38.821.246	14.260.704	100,0	73,1	26,9
Sudeste	80.364.410	74.696.178	5.668.232	100,0	92,9	7,1
Sul	27.386.891	23.260.896	4.125.995	100,0	84,9	15,1
Centro-Oeste	14.058.094	12.482.963	1.575.131	100,0	88,8	11,2
	População em extrema pobreza					
	Total	Urbano	Rural	% Total	% Urbano	% Rural
Brasil	16.267.197	8.673.845	7.593.352	100,0	53,3	46,7
Norte	2.658.452	1.158.501	1.499.951	100,0	43,6	56,4
Nordeste	9.609.803	4.560.486	5.049.317	100,0	47,5	52,5
Sudeste	2.725.532	2.144.624	580.908	100,0	78,7	21,3
Sul	715.961	437.346	278.615	100,0	61,1	38,9
Centro-Oeste	557.449	372.888	184.561	100,0	66,9	33,1

Fonte: IBGE. Universo preliminar do Censo Demográfico 2010. Elaboração: MDS, 2011.

A urgência de políticas públicas que partam da realidade rural está inscrita em um quadro complexo de desafios históricos a se identificar e reconhecer, na perspectiva de superá-los. Qualquer análise sobre a realidade rural precisa evidenciar a consciência acerca das relações de dominação e exploração aí existentes, bem como das desigualdades que persistem no tempo e dos diversos interesses que coexistem nesses territórios, como, por exemplo, interesses do agronegócio e da agricultura familiar. Ainda que o primeiro tenha privilégios de acesso aos recursos e benefícios do governo – sobretudo com uma representante direta do

⁴⁹ A linha de extrema pobreza considera o rendimento per capita domiciliar de até R\$ 70,00 ao mês.

setor atualmente à frente do Ministério da Agricultura –, é a agricultura familiar que responde por 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros. Ainda assim, o agronegócio persiste como modelo hegemônico para o desenvolvimento do campo. No caminho para um olhar mais amplo e real sobre o mundo rural, que entende as intenções sociais e considera a diversidade cultural, é preciso ter consciência de que, além do agronegócio e da agricultura familiar:

No “Mundo Rural” estão os minérios, as florestas, o cerrado, os índios, as pequenas propriedades rurais, acampamentos, assentamentos, territórios tradicionais de ilhéus e ribeirinhos, pescadores tradicionais, quilombolas, faxinalenses, caiçaras, boias-frias, entre outros. O “Mundo Rural” é parte fundamental da riqueza, da diversidade e da identidade cultural do Brasil. (Centro de Estudos e Culturas do Mundo Rural)

Para pensar a cultura no mundo rural considerando as diferenças culturais e as relações de poder e dominação existentes, é fundamental uma perspectiva a partir da vida material, onde se dá a existência real e produtiva das populações do campo.

5.1 Cultura: para pensar o mundo rural

Ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu para a terra, é da terra para o céu que aqui se sobe. Por outras palavras, não se parte do que os homens dizem, imaginam ou se representam, nem tão pouco daquilo que são, nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação de outrem, para se chegar depois aos homens em carne e osso; não, parte-se dos homens na sua atividade real e é segundo o seu processo de vida real que se representa também o desenvolvimento dos reflexos e dos ecos ideológicos desse processo vital. (Marx-Engels, 1974: 19)

No movimento de superar explicações idealistas do homem e do mundo, usadas para produzir e reproduzir a realidade da dominação, de modo expresso ou não, torna-se central um olhar para a cultura a partir de uma perspectiva da vida real, dos homens como realmente são: como agem, trabalham e vivem sua existência. Em sua contribuição fundamental aos Estudos Culturais, Raymond Williams desenvolve a perspectiva materialista da cultura, enquanto instrumento crítico que parte do processo vital dos indivíduos e busca evidenciar as relações entre a produção de ideias e conhecimentos e a estrutura social, política e econômica.

No texto *Base e superestrutura na teoria da cultura marxista*, Williams afirma que “qualquer abordagem moderna para uma teoria marxista da cultura deve iniciar-se considerando a proposição de uma base determinante e de uma superestrutura determinada”. A concepção de uma base (econômica) e uma superestrutura (ideológica) é uma representação marxista de uma sociedade por “níveis” e “estruturas” que existem em ação e reação recíprocas. Uma forma descritiva e metafórica, fundamental para lançar luz sobre as relações de exploração

econômica e dominação política, fornecendo as bases para identificar e reconhecer as ideias e formas de consciência que expressam tais relações. Entretanto, diante das dificuldades e ambiguidades da “proposição mais difundida da base e da superestrutura” e da “complexidade linguística e teórica” do “termo que marca essa relação”, o autor evidencia que a noção de “base”, de “superestrutura” e de “determinação” precisam ser reavaliadas. (Williams, 2011a: 43; 49)

Temos de reavaliar a “determinação” para a fixação de limites e o exercício de pressões, afastando-a de um conteúdo previsto, prefigurado e controlado. Temos de reavaliar a “superestrutura” em direção a uma gama de práticas culturais relacionadas, afastando-a de um conteúdo refletido, reproduzido ou especificamente dependente. E, fundamentalmente, temos de reavaliar a “base”, afastando-a da noção de uma abstração econômica e tecnológica fixa e aproximando-a das atividades específicas de homens em relações sociais e econômicas reais, atividades que contêm contradições e variações fundamentais e, portanto, encontram-se sempre num estado de processo dinâmico. (Williams, 2011a: 47)

As dificuldades quanto à noção de “determinação” surgem da aplicação do termo para “colocar limite e, portanto, fim a algum processo”, significando um “final absoluto”, estabelecido e fixado geralmente por causas e forças “externas” à vontade dos indivíduos envolvidos em tal processo. A aplicação absoluta obstrui o entendimento de que a determinação “resolve ou completa um processo; não o controla prospectivamente ou prediz”. Nessa aplicação, incorre-se em fatalismos ou determinismos, como o de que tudo já está definido, resta “esperar que aconteça”, impedindo o reconhecimento das possibilidades de transformação da realidade concreta. (Williams, 2007: 136;139)

Para a reavaliação da “determinação”, Williams expõe as condições em que ela está contida, sendo a mais difundida delas um determinismo de herança teológica e idealista do mundo, que fortalece “uma noção de prefiguração, previsão ou controle” e insiste “no poder de certas forças fora do homem, ou, [...] em uma consciência determinante abstrata”. Mas há também, segundo o autor – inclusive de acordo com a proposição de Marx – “a noção de determinação como a de fixar limites e exercer pressões”, consciente de que ela está “nas próprias atividades dos homens”. Essa segunda noção possibilitaria uma reavaliação da “determinação” para análises mais complexas, ativas e contraditórias do processo dinâmico social, a partir da realidade social dos homens. (Williams, 2011a: 43-44)

[...] a estrutura econômica da sociedade é a base concreta sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas de consciência social determinadas. (Marx-Engels, 1974: 29)

O uso comum do termo “superestrutura”, após Marx, “adquiriu o sentido principal de uma ‘área’ unitária dentro da qual as atividades culturais e ideológicas poderiam ser colocadas”, evidenciando o “caráter determinado de certas atividades superestruturais”. O sentido mais simples, apoiado por opções positivistas, “foi a de ‘reflexo’, a imitação ou reprodução da realidade da base na supestrutura de uma forma mais ou menos direta”. Mas escapa desse entendimento o que ocorre ativamente, na dinâmica de ação e reação recíprocas, “entre o processo superestrutural e a realidade da base”, algo radicalmente diferente do simples reflexo ou reprodução. (Williams, 2011a: 45-46)

Pois se a ideologia for apenas um conjunto abstrato e imposto de noções, se as nossas ideias, pressupostos e hábitos sociais, políticos e culturais forem meramente o resultado de uma manipulação específica, de um tipo de formação aberta que pode ser simplesmente encerrado ou removido, então seria muito mais fácil mover ou alterar a sociedade do que na prática sempre o foi ou é. (Williams, 2011a: 52)

Reavaliar a “superestrutura” requer afastá-la de um conteúdo refletido e estático, na direção de uma diversidade de práticas culturais existentes. Requer também estar consciente dos princípios de sua organização, que não são abstratos, mas sim vividos – princípios relacionados com as intenções sociais de uma classe dominante dos meios de produção material, que dispõe dos meios de produção intelectual –, o que permite sermos capazes de reconhecer a realidade da dominação.

Para Williams, em sua ênfase diferencial à perspectiva materialista histórica, a “base” é o conceito mais importante a ser analisado para “compreender as realidades do processo cultural”. Seria preciso recorrer à “base” não mais “como um objeto”, ou de “maneiras essencialmente uniformes e usualmente estáticas”, mas como “a existência social real do homem”. (Williams, 2011a: 46)

Um entendimento restrito relaciona a “base” às forças produtivas primárias – enquanto “o sentido especializado de um trabalho primário sobre materiais, de maneira a produzir mercadorias” –, afastando-a de um sentido central e mais amplo das forças produtivas, ligado à produção e reprodução da vida real, “na qual, [...] a coisa mais importante que o trabalhador produz é sempre ele mesmo” e sua história. De fato, a “base” não é um estado, ao qual podem ser atribuídas propriedades fixas, mas um processo dinâmico de experiências, relações e atividades produtivas humanas, em suas complexidades e contradições. (Williams, 2011a: 47-49)

Por mais que a representação estrutural da sociedade com a proposição da base e da superestrutura seja fundamental para uma teoria marxista da cultura, em função das diferentes apropriações que ela possibilita, Williams prefere recorrer ao conceito de *hegemonia*, como compreendido por Gramsci:

Pois a hegemonia supõe a existência de algo verdadeiramente total, não apenas secundário ou superestrutural, como no sentido fraco de ideologia, mas que é vivido em tal profundidade, que satura a sociedade a tal ponto e que, como Gramsci o coloca, constitui mesmo a substância e o limite do senso comum para muitas pessoas sob sua influência, de maneira que corresponde à realidade da experiência social muito mais nitidamente do que qualquer noção derivada da fórmula de base e superestrutura. (Williams, 2011a: 51-52)

Marx designou por ideologia a “mediação fundamental” instalada entre a “exploração econômica e a dominação política”, que permite legitimá-las e naturalizá-las. Na concepção de hegemonia, Gramsci considera ideologia “como sistema de representações, normas e valores da classe dominante que ocultam sua particularidade numa universalidade abstrata” e inclui o conceito de cultura como um processo social global vivo, que “constitui a ‘visão de mundo’ de uma sociedade e de uma época”. Portanto, trata-se de “um complexo de experiências, relações e atividades” com “capacidade para controlar e produzir mudanças sociais”. (Chauí, 1989: 21-22) Resumidamente:

hegemonia = ideologia + cultura

Para Williams, o que deve ser enfatizado é que a noção de *hegemonia* não é única; pode ser tanto “o que satura profundamente a consciência de uma sociedade” como também pode “enfatizar a realidade da dominação”. Em se tratando de formações sociais reais, para não correr o risco de utilizar tal conceito de maneira uniforme e estática, o autor ressalta que seu uso exige explicações que permitam “uma mudança real e constante” de seus elementos, de modo que possam ser renovados e recriados continuamente – ao que Gramsci acrescentaria “de acordo com uma vontade coletiva”⁵⁰. (Williams, 2011a: 52-53)

*

A partir da perspectiva do materialismo cultural, este estudo compreende a *cultura* tanto como elemento de um processo do exercício do poder – como algo coercitivo, que atua para saturar

⁵⁰ A democracia é uma questão central para Gramsci, no nexo entre hegemonia e poder, no sentido da construção de consensos ativos e diretos, pela participação dos indivíduos na formação de uma “vontade coletiva”. O que também possibilita a constituição de uma “consciência coletiva” como “um organismo vivo”, resultante da unificação da multiplicidade “através do atrito dos indivíduos”. (Gramsci *apud* Baratta, 2011: 36)

a consciência de uma sociedade –, quanto no seu potencial ativo de transformação da vida, da sociedade e do mundo, capaz de atuar para superar a realidade da dominação. Ao mesmo tempo em que se busca perceber como, em toda sociedade, há um “sistema central de práticas, significados e valores”, relacionado ao “contínuo fazer e refazer de uma cultura dominante e eficaz”, que não é abstrato, mas sim vivido concretamente, entende-se que as formações hegemônicas controladoras e coercitivas nunca são totais e absolutas, porque não são externas aos indivíduos, mas, sim, compõem a totalidade do processo social vivido, de tal modo que, como os indivíduos são capazes de refletir, acessar o conhecimento e a consciência, enquanto agentes e sujeitos históricos podem gerar certas fissuras na estrutura dominante. (Williams, 2011a: 53-54)

*

A compreensão da realidade rural, suas distorções e desafios históricos parte da consciência das relações entre a produção de ideias e valores e a estrutura social, política e econômica. No movimento de reconhecer o processo superestrutural no mundo rural, seria preciso ter em mente como certos conhecimentos e formas de viver e organizar o mundo foram deixados de lado. Em nossa formação social, os saberes populares e tradicionais dos povos indígenas, das populações negras escravizadas, entre outras manifestações culturais não hegemônicas, foram desqualificados, legitimando e naturalizando sua dominação e exploração econômica.

No Brasil da era moderna, o mundo rural esteve relacionado a ideias de um ambiente atrasado que precisava se modernizar para se desenvolver. A constituição cultural da imagem do rural na modernidade se relaciona com a constituição da cultura ocidental, em um contexto de derrota dos antigos regimes europeus e de dominação das burguesias industriais e urbanas. Nesse processo, há um deslocamento do centro de poder do campo para a cidade, que se dá com a projeção da ideologia burguesa sobre o mundo rural. As ideias e os valores da classe dominante dos meios produtivos, baseados na constituição do Estado nacional e nas revoluções científica e industrial, projetaram um meio rural relacionado ao tradicional, incivilizado, que precisava ser transformado pelos processos civilizatórios e modernizadores. (Moreira, 2003)

Reconhecemos nos processos culturais e econômicos de valorização do domínio burguês a centralidade da cidade na produção cultural e da indústria no domínio econômico. As valorizações culturais e econômicas da cidade e da indústria

desqualificaram saberes e outras racionalidades distintas da racionalidade técnico-científica e do mercado, tais como a indígena, as camponesas e as de outras culturas não hegemônicas. (Moreira, 2003: 115-116)

Desse modo, as políticas, instituições e projetos pensados para o mundo rural compõem “processos de legitimação e de dominação urbano-industrial”, atribuindo sentidos, valores, significados e intervenções sobre o campo, submetendo-o ao domínio e transformação segundo os pressupostos da cultura dominante, que, por sua vez, são distantes da realidade concreta das populações que aí existem. Nesses processos dominadores, o âmbito rural, a vida material, as forças e relações produtivas são projetados conforme melhor se adequam e funcionam ao desenvolvimento e expansão do sistema capitalista. (Moreira, 2003: 114)

As possibilidades de gerar fissuras na estrutura dominante surgem do rompimento com a ideologia hegemônica. Trata-se do processo de reconhecer e romper com os valores e as formas de atuação que tomam o campo como mero espaço de produção de mercadorias e os camponeses como objetos e instrumentos para essa produção, desconsiderando seus conhecimentos e suas formas de viver. Nessa resistência à cultura dominante surgem novas formas de consciência do mundo rural, que implicam no desenvolvimento de práticas políticas que, necessariamente, têm que ser pensadas e repensadas a partir da realidade e das especificidades da vida no campo.

Na perspectiva do materialismo cultural, partimos de compreensões e aspectos que buscam pensar a *cultura do campo* como algo que se efetua pela ação humana por dentro da “cultura dominante”, “ainda que para resistir a ela”, de modo que suas “práticas, representações e formas de consciência” estão em um contexto de conformismos, resistências e reformulações. Enquanto ação humana, é aquela que tem a vantagem de evidenciar aquilo que a ideologia rural dominante insiste em ocultar (as diferenças, os conflitos, as contradições sociais), contrapondo-se à mitificação da realidade, na construção de outras visões do mundo rural, transformadoras da cultura da dominação.⁵¹ (Chauí, 1989: 24-28) Nessa perspectiva, o modo de fazer e de viver campesino é potência para fortalecer novos padrões de relações sociais no trabalho com a natureza, na organização do território – novos sentidos e valores que partem das necessidades dessa realidade concreta.

⁵¹ Compreendendo a forte base rural da *cultura popular*, nos aproximamos do sentido que Marilena Chauí elabora para pensar o conformismo e a resistência como aspectos da cultura popular no Brasil.

5.2 Ação cultural: teoria e método

[...] a sectarização é sempre castradora, pelo fanatismo de que se nutre. A radicalização, pelo contrário, é sempre criadora, pela criticidade que a alimenta. Enquanto a sectarização é mítica, por isso alienante, a radicalização é crítica, por isto libertadora. Libertadora porque, implicando no enraizamento que os homens fazem na opção que fizeram, os engaja cada vez mais no esforço de transformação da realidade concreta, objetiva. (Paulo Freire, 1978: 22)

Na perspectiva do enfrentamento das distorções e desafios históricos da realidade rural, entendendo a história como um processo, com sujeitos atuantes, envolvidos ou não na ação revolucionária, pensando a cultura do campo enquanto ação humana capaz de enfatizar a realidade da dominação, entramos mais a fundo em algumas observações que o educador popular Paulo Freire fez ao longo de seu trabalho por uma ação cultural para a liberdade.

A busca do autor fundamenta-se em uma crítica e denúncia da realidade social opressora enquanto produto da ação humana, aquela que atua para propiciar um estado de coisas desumanizante. Seu trabalho parte de um entendimento da liberdade enquanto “condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos”, movimento este em que os homens se desenvolvem dependente ou autenticamente. Nessa perspectiva existencial, a liberdade volta-se para uma constante busca autêntica de “*ser mais*”, diferentemente da busca egoísta, dependente e destrutiva de “*ter mais e cada vez mais*” que a realidade opressora alimenta, seguindo a lógica do capital. (Freire, 1978: 35, 49)

Compreendendo que toda *ação cultural*⁵² é “sempre uma forma sistematizada e deliberada de ação que incide sobre a estrutura social”, o educador fala de uma teoria da ação cultural, que “determinando seus fins, delimita seus métodos”. Essa forma de ação deliberada não é neutra, pois implica métodos, objetivos, bem como opções valorativas e políticas. Nesse sentido, ela está “ou a serviço da dominação – consciente ou inconscientemente por parte de seus agentes – ou está a serviço da libertação dos homens”. (Freire, 1978: 211-212)

A ação cultural de caráter libertário tem como objetivo a transformação da realidade opressora e se desenvolve, necessariamente, a partir de uma “matriz dialógica”, que tem o

⁵² Para Hannah Arendt, a *ação* – constituinte da “vida ativa” – está no universo das “relações diretas e eminentemente humanas que o poder da palavra tem para organizar politicamente a sociedade e instituir seus valores éticos, jurídicos, estéticos e culturais”. A ideia da *ação cultural* aparece após a segunda guerra mundial, na Europa, inserida nos esforços de uma “reconstrução social e educativa”. (Cunha, 2003: 4)

diálogo como a essência da ação.⁵³ Já a ação cultural de caráter dominador, por isso assistencialista em relação ao oprimido, tem como objetivo a manutenção do *status quo* para a continuidade do poder de seus agentes, e se desenvolve por uma “matriz antidialógica”, que implica uma relação de dependência e a superposição de uma visão de mundo sobre outras. (Freire, 1978)

A teoria da ação cultural de matriz antidialógica tem como característica fundamental a “invasão cultural”, que tem os invadidos como “objetos” de sua ação, como “‘depósitos’ de conteúdos domesticadores” e não como “sujeitos” de si e do seu pensar. A ação invasora tende à “conquista” dos “oprimidos” – enquanto indivíduos em situação de opressão –, de “sua palavra, sua expressividade, sua cultura”, alienando-os para mantê-los passivos diante do mundo. Ela estimula a “cultura do silêncio”, proibindo-os de ser e de expressar-se autenticamente. Para tanto, realiza-se pela “mitificação” da realidade, promovendo uma falsa consciência do mundo, apresentado “como algo dado, [...] a que os homens devem se ajustar”. A “aderência” à realidade opressora – que leva os oprimidos a um conhecimento falso de si mesmos e da realidade objetiva – é facilitada por outros métodos da ação dominadora, usados para manter a opressão e a conformação aos seus objetivos: a “divisão” e a “manipulação” dos oprimidos. Se para a ação libertadora é imprescindível uma ação unificadora e problematizante da realidade concreta, o seu oposto antagônico depende de uma situação divisória e acrítica. (Freire, 1978: 153, 162-163)

A “síntese cultural”, característica fundamental da teoria da ação cultural de matriz dialógica, se processa na estrutura social para a transformação de suas contradições e injustiças. Ela tem como objetivo a libertação dos homens por meio de um esforço profundo de conhecimento do mundo e de conscientização para um pensar e agir autêntico e independente.⁵⁴ Trata-se de uma prática reflexiva que necessariamente leva os “oprimidos” à problematização da situação opressora para a recusa de modelos impostos, para a superação do estado de objetos, assumindo o de sujeitos de si e de seu pensar, enquanto sujeitos históricos. (Freire, 1978)

[...] a síntese cultural é a modalidade de ação com que, culturalmente, se fará frente à força da própria cultura, enquanto mantenedora das estruturas em que se forma.

⁵³ Entendendo o diálogo enquanto um interesse verdadeiro no encontro entre sujeitos que solidarizam seu pensar e agir, encontro esse que os engaja no “ato de conhecer”.

⁵⁴ Entende-se por conscientização o aprofundamento do conhecimento e da tomada de consciência, ato que tem os indivíduos como sujeitos de seu pensar. A conscientização da situação em que se está é uma característica do ato de *emergir*, que se dá a partir do pensar crítico de sua própria condição de *ser e existir*, para então se *inserir* na realidade criticamente. (Freire, 1978; 2006)

Desta maneira, este modo de ação cultural, como ação histórica, se apresenta como instrumento de superação da própria cultura alienada e alienante. (Freire, 1978: 213-214)

Para tanto, a ação cultural dialógica e transformadora realiza-se pela “intercomunicação” e “colaboração” dos sujeitos, mediatizados pela realidade problematizada e desvelada, em que se dará a incidência de suas ações. Nesse processo libertador é preciso que os oprimidos “se percebam como *homens* proibidos de *estar sendo*”, para romper com a aderência ao opressor, localizando-o fora de si, objetivando-o e reconhecendo a si mesmos como antagonônicos a ele. (Freire, 1978: 205)

O reconhecimento crítico e a consciência da situação opressora é o motor para a ação libertadora, na medida em que coloca em questão a manutenção do *status quo*, no sentido de uma transformação das estruturas de dominação. Tarefa histórica que só pode ser realizada pelos que lutam por libertar-se (os “excluídos”) juntamente com os que com eles verdadeiramente se solidarizam e assumem uma atitude radical de mudança da realidade opressora. Essa atitude é daqueles que, num processo de libertação, não ficam passivos “diante da violência do dominador”. Já aqueles que têm “medo da liberdade”, que preferem refugiar-se na “segurança vital” – assumindo uma postura fechada, castradora, sectária, que rechaça o diálogo –, pretendem frear o processo de libertação. “Daí que lhes seja necessário considerar como mentira tudo o que não seja a sua verdade”. (Freire, 1978: 20-24)

Mas o autor não renuncia à figura da liderança revolucionária. Esta deve ter “nos oprimidos, sujeitos também da ação libertadora e, na realidade, a mediação da ação transformadora de ambos”. Entendendo que libertam-se em união, constituindo “um só corpo contraditório” antagonônico ao “opressor”, o autor afirma que, à medida que o conhecimento experiencial da realidade é “fecundado pelo conhecimento crítico da liderança”, se transforma “em *razão* da realidade”. A ação de desvelar a falsa realidade criada pelo sistema opressor, leva a melhor poder conhecê-la e transformá-la. (Freire, 1978: 24, 150, 157, 194)

Paulo Freire parte de um entendimento de que os seres humanos, como seres inconclusos, são seres do “que fazer” – ação que, sendo humana “não se dicotomiza da reflexão” –, diferente dos seres do “puro fazer”, como, por exemplo, os animais. “Que fazer” porque seu fazer é ação e reflexão simultaneamente. É, portanto, *práxis*, ação que não ignora seu próprio processo e suas finalidades. Uma “práxis autêntica” só é possível se problematizante, crítica e dialógica. Na teoria da ação cultural libertadora, sem a práxis é impossível superar as contradições e injustiças da sociedade. Entretanto, só há mudanças na realidade com práxis

que incidem sobre as estruturas de dominação a serem transformadas. Nesse sentido, o esforço revolucionário de transformação das estruturas de dominação atua para que os “homens reduzidos ao puro *fazer*” pratiquem seu autêntico “que fazer”. A ação cultural e a educação comprometidas verdadeiramente com as causas da libertação dos “oprimidos”, com os problemas que surgem da realidade concreta, implicam-se no esforço de enfrentar culturalmente a cultura do silêncio e da dominação. (Freire, 1978: 145-146)

Nessa perspectiva, a descoberta crítica dos indivíduos em situação de opressão, ao reconhecer e tomar consciência da situação opressora, se dá por um “processo de orientação dos seres humanos no mundo” que faz “da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos”, conforme os princípios de uma “Pedagogia do Oprimido”: aquela que, necessariamente, teria de ser forjada *com* o “oprimido” e não *para* ele, na unidade dialética entre *ensinar e aprender*. (Freire, 1978: 32-33, 98)

O ato de conhecer solidário com o atuar revolucionário implica a existência de dois contextos em permanente dialeticidade: 1) o “contexto autêntico de diálogo” entre os sujeitos, que é o “contexto teórico” (subjetivo), em que os fatos (do objeto da reflexão) são analisados em busca de suas razões de ser; 2) e o “contexto concreto” (objetivo) em que se dão os fatos, na realidade social vivida. O processo de conhecimento deve também relacionar a ação de transformação do mundo com o ato de “pronunciá-lo”, a partir de um autêntico esforço criador. (Freire, 2006: 60-61)

Pensar e pronunciar o mundo é muito mais complexo do que apenas reproduzi-lo. O trabalho passa por desvelar o senso comum de uma realidade aparente: trata-se de “reinterpretar a realidade, revelar seus fundamentos secretos e suas operações invisíveis para que se possa compreender [...] as formas e mudanças da sociedade e da política”; e, então, seria preciso ainda “criar uma fala nova”, uma nova visão de mundo crítica às “ideias e práticas existentes”. (Chauí, 2006: 8) Do ponto de vista da dominação, a inserção criativa e crítica das “massas oprimidas” é ameaçadora do seu objetivo de manutenção da estrutura, do poder e do modo de vida de seus agentes. Por isso a visão dominante não se interessa em pensar *com* elas, mas sim *para* elas, justamente para que continuem no estado de “imersão” em que se encontram, que as fazem objetos da ação opressora. (Freire, 1978)

O autor ressalta algo a se considerar na descoberta crítica dos sujeitos em situação de opressão. Que, quase sempre, em um primeiro momento de conscientização, “tendem a ser opressores também”. Isto se explica por estarem “imersos” na realidade opressora; se

“formam” nessa situação, tendo “o seu testemunho de humanidade” nos valores e na ação opressora. Trata-se de uma “aderência” ao pensamento “opressor” que parte da “estrutura de seu pensar”, condicionada pela “contradição vivida na situação concreta” em que realizam sua existência. Nesses casos, eles acreditam que o “novo homem”, a nascer da superação da velha situação, são eles mesmos: “uma visão individualista”. São aqueles que “querem a reforma agrária, não para libertar-se, mas para passar a ter terra e, com esta, tornarem-se proprietários ou, mais precisamente, patrões de novos empregados”. O “medo da liberdade” é o que pode conduzi-los a “pretender ser opressores também” ou a manterem-se “atados ao *status* de oprimidos”. (Freire: 1978, 33-34)

O ponto de partida da ação cultural libertadora se inscreve na investigação da “temática significativa” de caráter conscientizador, que se encontra no pensar e atuar dos homens sobre o contexto concreto.⁵⁵ A investigação temática se expressa como um “que fazer” e implica um “método correto de aproximação do concreto para desvendá-lo”. Ela só se justifica enquanto seja não o ato de conhecer os homens (como objetos da análise, como se fossem coisas manipuláveis), mas o ato de conhecer *com* eles a realidade que os desafia. (Freire, 1978: 102, 122)

Entendendo que a visão de mundo dos homens reflete sua *situação* no mundo, o conhecimento crítico dessa situação seria imprescindível à ação cultural libertadora. De modo que se chega aos “temas geradores” por meio da reflexão crítica da própria experiência existencial dos homens, das relações destes com o mundo e com os outros. Trata-se de um esforço comum de autoconsciência e de conhecimento da realidade, um movimento de busca e criação, centrado na problematização do “objeto” a se conhecer. Esse movimento de percepção crítica da realidade, de dimensões desafiadoras, históricas e concretas, leva os indivíduos a tomarem suas próprias posições, por vezes contraditórias, agindo em favor da manutenção das estruturas, pela adaptação aos obstáculos à sua libertação, ou em favor da mudança, pela superação das “situações-limite”, vistas então como fronteiras “entre o *ser* e o *ser mais*”. (Freire, 1978: 106)

Em um momento inicial do processo de conhecimento do mundo, na perspectiva dialógica, desvela-se a situação opressora e compromete-se com uma práxis autêntica. Em um outro momento, considerando superada a “situação-limite”, o ato de conhecer passaria então a ser

⁵⁵ A “temática significativa” ou “universo temático” é constituído pelo conjunto de “temas geradores” em interação, que, por sua vez, constituem unidades temáticas da totalidade programática da ação cultural e educativa. (Freire: 1978, 102)

dos “homens em processo de permanente libertação”. Em ambos os casos a ação essencial está em enfrentar culturalmente a “cultura da dominação”, a partir de uma mudança de visão de mundo e de uma práxis política-cultural de transformação da realidade. (Freire: 1978, 44)

Por mais que a situação objetiva, hoje, seja melhor do que aquela em que o educador trabalhava (de alto índice de analfabetismo, sobretudo na zona rural)⁵⁶, e ainda que muitos camponeses alcancem a razão de ser de sua própria realidade, se esse desvelamento crítico não for “orientado no sentido de uma ação política” de mudança cultural sobre a realidade mesma, não há transformação das estruturas opressoras da sociedade. É nesse sentido que a instalação de uma nova realidade concreta, baseada no direito aos homens de exercer sua humanidade, em condições iguais de ser e existir, deve agir de modo a evitar a volta da situação opressora. Isto porque a mudança da “base” não transforma automaticamente a “superestrutura”. É o que explica, mesmo em um contexto de reforma agrária – que incide “sobre a estrutura do latifúndio, transformando-a noutra”, radicalmente oposta à anterior –, os valores, objetivos e métodos das manifestações culturais de característica invasora permaneçam condicionando os povos e comunidades que vivem no campo, como obstáculos histórico-culturais.⁵⁷ (Freire, 2006: 35-37, 159)

A distorção da percepção das contradições políticas, culturais e sociais, alimentada pela ação cultural de matriz antidialógica, obstrui a consciência das relações entre a ação mesma e a manutenção da estrutura social opressora. A ideologia da classe dominante tem nessa forma de ação um instrumento para a sua reprodução e dominação. Desse modo, o ciclo de “invasão cultural” permanece no tempo, como um poder inibidor e manipulador, inclinado a formas de ação verticais e assistencialistas. (Freire: 1978)

Entendendo a história como processo, com sujeitos atuantes, na visão de Paulo Freire “a reforma agrária exige um permanente pensar crítico em torno da ação transformadora mesma

⁵⁶ Segundo relatório da Unesco de 1960, intitulada *La situación educativa en América Latina*, 40% da população brasileira era analfabeta. (Freire, 2006: 57) Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE feita em 2013, a porcentagem de brasileiros analfabetos com 15 anos ou mais é de 8,5%.

⁵⁷ Manifestações estas que promovem conceitos, princípios e conhecimentos do *agronegócio*: um projeto agrário dominante, difundido como a única e melhor forma de se utilizar a terra, de produzir e distribuir o alimento. O agronegócio promove práticas produtivas que exigem grandes propriedades de terra, além do monocultivo, a precarização do trabalho, a devastação ambiental, entre outras práticas incompatíveis com a concretização de uma mudança sociocultural. Segundo dados disponíveis no vídeo sobre o 6º Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), temos um panorama atual desse projeto agrário: “30 empresas transnacionais controlam a produção e o comércio agrícola mundial”; “Em 2013 o Brasil consumiu 1 bilhão de litros de agrotóxicos”; “Consumimos 20% de toda a produção mundial de veneno”; “1% dos proprietários possuem 46% de todas as terras do país”; “O agronegócio recebe 7 vezes mais recursos do Estado do que a agricultura camponesa”. (MST, 2014)

e dos resultados que dela se obtenham”. Somente a partir dessa permanente percepção crítica da reforma agrária seria possível enfrentar o ciclo de invasão cultural. Nesse processo, que é de conhecimento, pode-se influir nas formas de se perceber a nova realidade vivida com a reforma agrária, bem como nas formas de se atuar nela. (Freire, 2006: 35)

É no movimento de conhecimento e recusa do discurso hegemônico que emergem novas formas de consciência da realidade rural, que transcendem a tradicional concepção do campo como mero espaço de produção de mercadorias, compreendendo-o como um espaço de produção e reprodução da vida, do trabalho, do conhecimento, da cultura. Esse movimento pressupõe a ressignificação da realidade a partir da perspectiva da vida e do cotidiano do campo, fortalecendo sentidos e valores que partam das necessidades concretas das populações camponesas.

*

Na perspectiva de ressignificação da realidade rural no país, em sintonia com o legado teórico e prático da educação e da ação cultural para a liberdade, no final da década de 1990 ganha força a demanda dos movimentos sociais camponeses pelo desenvolvimento de uma política pública educacional voltada para a democratização do conhecimento nas áreas da Reforma Agrária, consolidando-se em ações políticas, métodos e objetivos por uma Educação do Campo.

Os fundamentos centrais da Educação do Campo partem de um entendimento da urgência de se construir “um novo projeto de nação para a sociedade brasileira”, que garanta condições iguais de ser e existir em sociedade, “o que exige redistribuição de renda, de terra, poder e conhecimento”. Esse novo projeto de nação parte de uma “escolha política e ideológica para a construção de um modelo de desenvolvimento rural diferente do hegemônico”, que forja um novo projeto educacional (humano), para a construção de novas matrizes produtivas, capaz de gerar *mudanças culturais reais*. (Molina, 2009:17-18) Na perspectiva de agentes envolvidos na luta pela Educação do Campo:

[...] a educação compreende todos os processos sociais de formação das pessoas como sujeitos de seu próprio destino. Nesse sentido, educação tem relação com cultura, com valores, com jeito de produzir, com formação para o trabalho e para a participação social. (Kolling, Cerioli e Caldart *apud* Caldart [e outros], 2012: 258)

A concepção de educação que parte desse novo projeto educacional pressupõe “o debate sobre o trabalho no campo, que traz colada a dimensão da cultura, vinculada às relações sociais e aos processos produtivos da existência social no campo”. Na perspectiva da vida material,

pressupõe, portanto, a vinculação dos processos formativos à materialidade e concretude dos processos vividos pelos sujeitos do campo. (Caldart *apud* Molina, 2009: 23) Nesse sentido, a Educação do Campo busca afirmar e estimular práticas educacionais que partam das especificidades da vida no campo, assumido-o como espaço de disputa de valores. Tais práticas trabalham com outra lógica interpretativa e de produção de conhecimento, tendo como perspectiva processos de ruptura com as interpretações hegemônicas sobre o mundo rural. E é a partir dessa perspectiva que entendemos e utilizamos a expressão *cultura do campo*.

Nessa relação intrínseca entre cultura e educação, no processo de conhecimento da realidade rural, entende-se as *políticas públicas para a cultura do campo* como práticas políticas, pensadas e repensadas permanentemente, a partir das especificidades da existência social das populações do campo, sendo potencialmente capazes de enfrentar os desafios históricos e as situações-limite, em favor de mudanças culturais reais.

5.3 Ações culturais do Estado no âmbito rural

Para o objetivo desta pesquisa, de verificação da existência de políticas públicas para a cultura do campo no Brasil, cabe especificar que compreendemos as *políticas públicas* como práticas políticas democráticas que estão no âmbito da atuação do Estado, em construção ativa com a sociedade civil. Segundo Muller e Surel (2002), uma política pública é um conjunto normativo para uma ação do Estado, que combina elementos de força pública e de competência, e que tende a ser a base de uma ordem local que envolve diversos atores sociais. Enquanto conjunto normativo, ela requer definições de recursos humanos, financeiros, intelectuais e materiais, que se materializam em objetivos e ações prioritárias para a implementação das decisões tomadas.

Em oposição ao modelo tradicional de ação do Estado – centralizador das decisões e definições, atuando sobre setores definidos e delimitados da sociedade, mantendo privilégios de classe –, esta pesquisa entende que, diferentemente dessas políticas estatais, “as políticas públicas, para se realizarem, têm que, necessariamente, submeter suas proposições ao debate público e, mais que isto, ser capaz de incorporar proposições e críticas oriundas da sociedade, nascidas no âmbito da discussão pública”. Nessa perspectiva democrática, as políticas

públicas consideram “dimensões ativas do público”, como sujeito atuante e participante dos processos deliberativos políticos. (Rubim, 2011: 48)

Na condição de ações democráticas e participativas, as políticas públicas devem estabelecer espaços de diálogo com a sociedade civil na sua diversidade, para elaboração, planejamento, implementação e avaliação de ações críticas das desigualdades e exclusões históricas, no sentido de dirimi-las. Por mais que as ações democráticas do Estado tenham sido garantidas legalmente na Constituição de 1988, ainda hoje enfrentam inúmeras dificuldades para se efetivarem como políticas públicas. A partir desse entendimento, em um momento inicial, a verificação da existência de políticas públicas para a cultura do campo concentrou-se no período da redemocratização do país, pós-ditadura militar (1990) até o tempo presente.

Partimos de registros acessíveis dos programas da administração pública federal, iniciando a busca nos relatórios de gestão do Ministério da Cultura (MinC) dos Plano Plurianuais (PPAs) disponíveis na internet.⁵⁸ Neste levantamento, não foi possível encontrar as informações buscadas das ações e resultados da gestão do MinC referentes aos dois primeiros PPAs, por não estarem acessíveis nos meios de comunicação. O primeiro PPA, vigente de 1991 a 1995, foi elaborado no governo de Fernando Collor e “é considerado um fracasso do ponto de vista do planejamento e da gestão orçamentária”. (Cavalcante, 2007: 130) O segundo plano, intitulado *Brasil em Ação* (1996-1999), elaborado no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), ressaltou a “limitada capacidade do governo em acompanhar sua ação”, e por fim, “nem chegou a ser objeto de avaliação, uma vez que lhe faltavam instrumentos e sistemas de monitoramento e avaliação efetivos”. (Cavalcante, 2007: 131) De fato, esses primeiros instrumentos gerenciais da administração pública federal não conseguiram integrar o planejamento e o orçamento, nem introduzir um sistema que possibilitasse a avaliação e transparência das informações das ações do Estado.

As dificuldades encontradas no acesso às informações sobre as políticas culturais do governo Collor e da primeira gestão de FHC (no período de 1990 a 1999), bem como o conhecimento histórico do período – que priorizou uma dinâmica neoliberal de substituição do Estado pelo

⁵⁸ O Plano Plurianual (PPA), sob coordenação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), formula as metas, os objetivos, o público beneficiado, bem como os indicadores dos programas de cada gestão do governo federal, por um prazo de quatro anos. Trata-se de um dos principais instrumentos de planejamento governamental que – juntamente com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – regulamenta o processo orçamentário da administração pública federal. Foi instituído no artigo 165 da Constituição Federal de 1988 com vistas ao planejamento e acompanhamento das ações do Estado, bem como para uma maior transparência dos resultados da aplicação dos recursos públicos.

mercado –, significaram à pesquisa uma restrição do tempo de levantamento das ações culturais do Estado no âmbito rural ao período de 2000 a 2015.

Simultaneamente à pesquisa nos relatórios de gestão dos PPAs, a busca se deu em outros documentos específicos, tais como leis, decretos, portarias, publicações (online e impressos, científicos e institucionais, disponibilizados por instituições de pesquisa, ministérios, secretarias e diretorias executivas da administração pública federal), além de entrevistas com gestores e especialistas relacionados aos principais programas levantados.

Cabe destacar que cada ação cultural mapeada tem uma história, características e complexidades que vão muito além do que será possível abordar. De acordo com o objetivo desta pesquisa, o que apresentamos não se trata de uma análise complexa de cada uma das políticas, que um rigor científico exige, e como necessitam enquanto objeto privilegiado de estudo e compreensão da ciência política e social. Considerando o caráter institucional e governamental da maior parte do material levantado, o que procuramos analisar nos dados e informações dos programas – ainda que de modo inicial, por vezes mais descritivo que analítico – foram seus objetivos, funcionamento, investimentos, se abrangem ou estão voltados às populações do campo, fixando desafios e perspectivas que surgiram como relevantes para se pensar o desenvolvimento da ação e organização cultural do campo, a partir desse contexto específico. Para uma análise mais qualitativa seria preciso aprofundar-se em outros materiais que complexificam a perspectiva governamental, verificando o que motivou o surgimento de cada uma das ações, seus resultados e limites.

As políticas públicas para a cultura do campo como a entendemos, a partir do legado da educação e da cultura popular, inexitem na realidade brasileira, enquanto ação cultural sistemática do Estado pensada especificamente para a cultura do campo, na sua perspectiva popular, democrática e cidadã. Como veremos, o que existem são ações culturais do Estado no âmbito rural, que abrangem o desenvolvimento cultural de populações que vivem no campo.

5.3.1 Cultura Afro-brasileira

No PPA de 2000 a 2003, intitulado *Avança Brasil*, elaborado no segundo governo FHC, foi introduzido um sistema de avaliação e comunicação das principais ações e resultados dos

programas desenvolvidos no período.⁵⁹ Nesse plano, identificamos uma única ação do Ministério da Cultura (MinC), a cargo da Fundação Cultural Palmares, que abrange as comunidades rurais de matriz africana: o *Programa Cultura Afro-Brasileira*⁶⁰.

O programa tem como objetivo promover e articular ações para o reconhecimento e o fomento de diversas iniciativas que valorizam a cultura e o patrimônio afro-brasileiros. Um decreto presidencial no final de 2003 regulamenta uma das ações do Programa Cultura-Afro-Brasileira que é central para as comunidades rurais de matriz africana: a identificação, o reconhecimento, a delimitação, demarcação e titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.⁶¹ A regulamentação do procedimento desse trabalho será uma importante base legal para a garantia aos direitos desses povos e comunidades, por meio de uma ação interministerial: do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá); do Ministério da Cultura, pela Fundação Cultural Palmares (FCP)⁶²; e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)⁶³. No caminho do “acesso à terra”, a FCP ficaria a cargo da emissão da certificação que reconhece oficialmente a comunidade quilombola.⁶⁴ O Incra ficaria responsável pelo processo de regularização fundiária como um todo.⁶⁵ À recém-criada SEPPIR, inicialmente coube dar suporte ao Incra, garantindo os direitos étnicos e territoriais aos povos e comunidades rurais de matriz africana, mas já em 2004 passa a coordenar o *Programa Brasil Quilombola*.

Esse programa foi criado com o intuito de organizar algumas ações do governo federal, articulando-as com estados e municípios, para a implementação de políticas públicas para as

⁵⁹ Tais informações estavam disponíveis no endereço <<http://www.abrasil.gov.br>>. O último acesso foi em dezembro de 2014 (vide ANEXO I). Atualmente o endereço não está acessível.

⁶⁰ Precursor a este programa, encontramos o Programa Nacional de Ações Afirmativas, no âmbito da administração pública federal, conforme Decreto nº 4.228 de maio de 2002, da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, do Ministério da Justiça. Meses depois identificamos a instituição do Programa de Ações Afirmativas no âmbito do MinC, por meio da Portaria nº 484, de 22 de agosto de 2002, que a partir de 2003 se especificou no Programa Cultura Afro-Brasileira.

⁶¹ Conforme Decreto Presidencial nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que considera remanescentes das comunidades dos quilombos “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

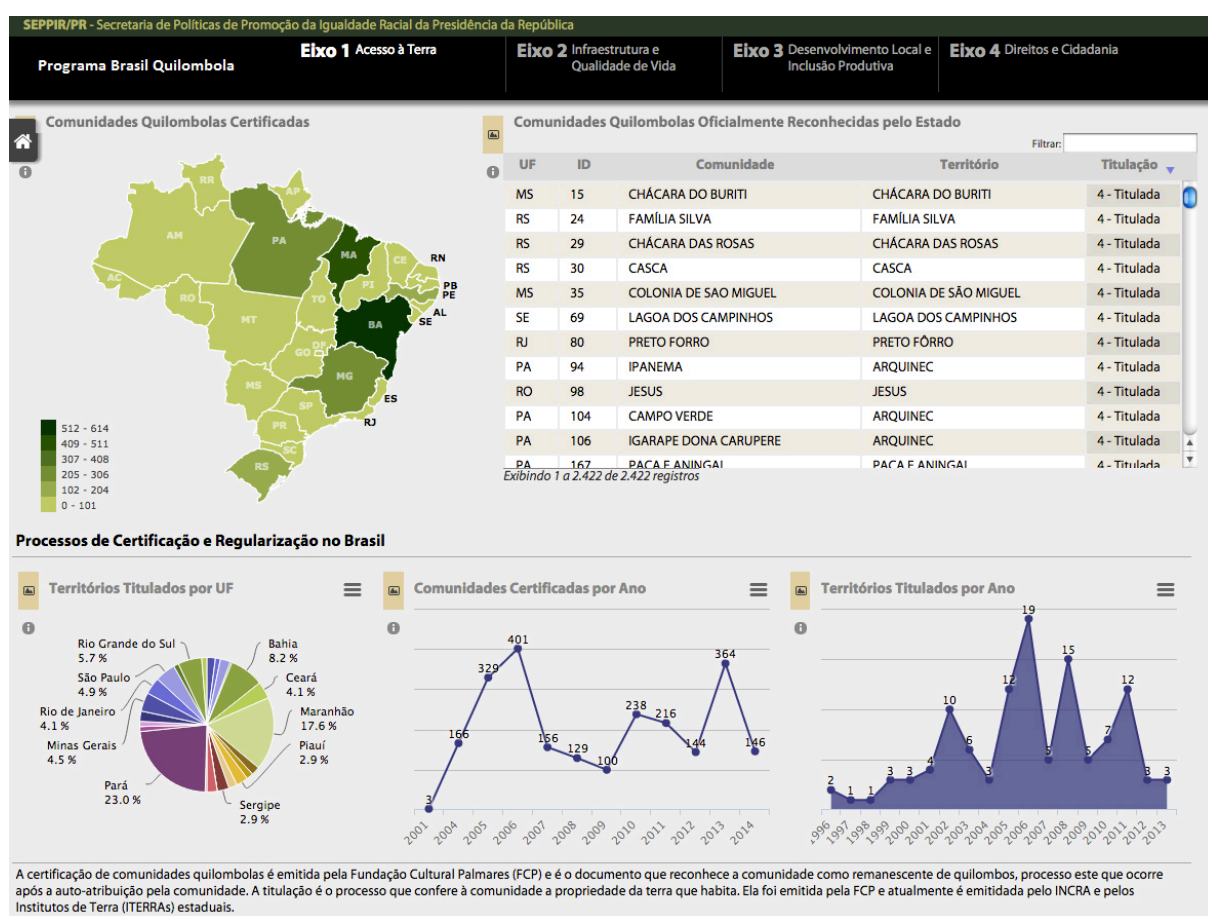
⁶² Criada em 22 de agosto 1988 pela Lei nº 7.668, responsável por “promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira”.

⁶³ Criada em 2003, responsável, sobretudo, por formular, coordenar e articular políticas e diretrizes para o combate ao racismo e a promoção da igualdade racial.

⁶⁴ Conforme Portaria da FCP nº 98, de 26 de novembro de 2007, que institui “o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos”.

⁶⁵ Processo regulamentado pela Instrução Normativa nº 57, de 20 de outubro de 2009.

comunidades quilombolas. Para tanto, as ações foram organizadas em 4 eixos: i) acesso à terra; ii) infraestrutura e qualidade de vida; iii) inclusão produtiva e desenvolvimento local; iv) direitos e cidadania.⁶⁶ No site da SEPPIR encontra-se um sistema de monitoramento que mantém acessíveis indicadores sobre cada um desses eixos. Especificamente do acesso à terra, o eixo junta as ações desenvolvidas pela FCP e pelo Incra, acima citadas. Segue imagem do painel de monitoramento em que se encontram: o quantitativo das comunidades quilombolas certificadas no território nacional; o mapeamento das “comunidades quilombolas oficialmente reconhecidas pelo Estado”, por comunidade, território e situação da titulação; entre outros dados do processo de certificação e regularização de comunidades quilombolas no Brasil.



Fonte: SEPPIR, 2015a.

No âmbito das ações da Fundação Cultural Palmares, o Programa Cultura Afro-Brasileira aparece com este nome até o PPA de 2008 a 2011. No último PPA, de 2012 a 2015, encontramos a iniciativa entre um dos objetivos do MinC – o de “fomentar a criação, produção, difusão, intercâmbio, distribuição, fruição e consumo de bens, serviços e

⁶⁶ Processo regulamentado pelo Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007, que “dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências”.

expressões culturais no Brasil e no Exterior” –, que por sua vez, possui uma ação direcionada para o “fomento à cultura e à sustentabilidade das comunidades afrodescendentes”, por meio do “apoio às diversas festas e eventos tradicionais envolvendo a cultura afro-brasileira e a certificação de comunidades quilombolas”.⁶⁷ (MP, 2014)

Uma solicitação de informações sobre o Programa Cultura Afro-Brasileira foi respondida direcionando para um link com os relatórios anuais de prestação de contas da gestão da instituição.⁶⁸ As informações encontradas no endereço sugerido apresentaram-se em documentos de difícil leitura, em arquivos organizados sem um padrão de comunicação da informação para além dos órgãos técnicos gestores e avaliadores da prestação de contas. Caso a instituição possua as informações solicitadas, elas não estão organizadas e acessíveis à população em geral. De todo modo, nos relatórios de atividades e gestão acessíveis à observação, destacamos as seguintes informações das ações da FCP de 2000 e 2001 portanto, antes da especificação do Programa Cultura Afro-brasileira como tal, quando a identificação, reconhecimento e titulação eram acompanhadas diretamente pela instituição:

⁶⁷ Interessante pensar, a partir desse contexto específico, os significados, as relações e diferenciações das ideias e discursos da diversidade com os direitos culturais e com o fomento à sustentabilidade. Nesse último caso, pensado por meio das diversas festas e eventos culturais tradicionais. Para tanto, ver a matéria: “Ministros discutem planos para a cultura rural”. Disponível em: <<http://migre.me/rrtI3>>.

⁶⁸ A solicitação foi enviada ao MinC por meio do Sistema de Informações ao Cidadão – e-SIC. Procuramos saber informações anuais sobre: o orçamento, o público beneficiado, o número das iniciativas beneficiadas pelo programa, quantas delas eram em áreas rurais, o critério de seleção para participação, as formas de acompanhamento e avaliação dos objetivos das ações.

Comunidades Já Identificadas

Os gráficos a seguir, apresentam a distribuição nacional das Comunidades Remanescentes de Quilombos, que estão sendo identificadas e tituladas pela FCP. Dentre as 743 comunidades já identificadas, 39 já foram reconhecidas e 18 já tituladas.

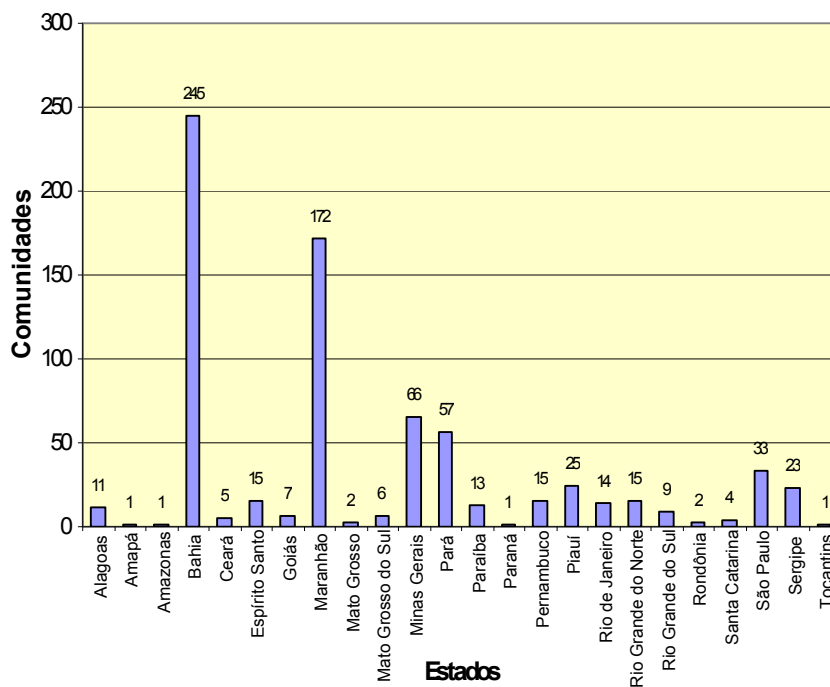
São elas:

Estados	Nº	%
Alagoas	11	1,48%
Amapá	1	0,13%
Amazonas	1	0,13%
Bahia	245	32,97%
Ceará	5	0,67%
Espírito Santo	15	2,02%
Goiás	7	0,94%
Maranhão	172	23,15%
Mato Grosso	2	0,27%
Mato Grosso do Sul	6	0,81%
Minas Gerais	66	8,88%
Pará	57	7,67%

Estados	Nº	%
Paraíba	13	1,75%
Paraná	1	0,13%
Pernambuco	15	2,02%
Piauí	25	3,36%
Rio de Janeiro	14	1,88%
Rio Grande do Norte	15	2,02%
Rio Grande do Sul	9	1,21%
Rondônia	2	0,27%
Santa Catarina	4	0,54%
São Paulo	33	4,44%
Sergipe	23	3,10%
Tocantins	1	0,13%

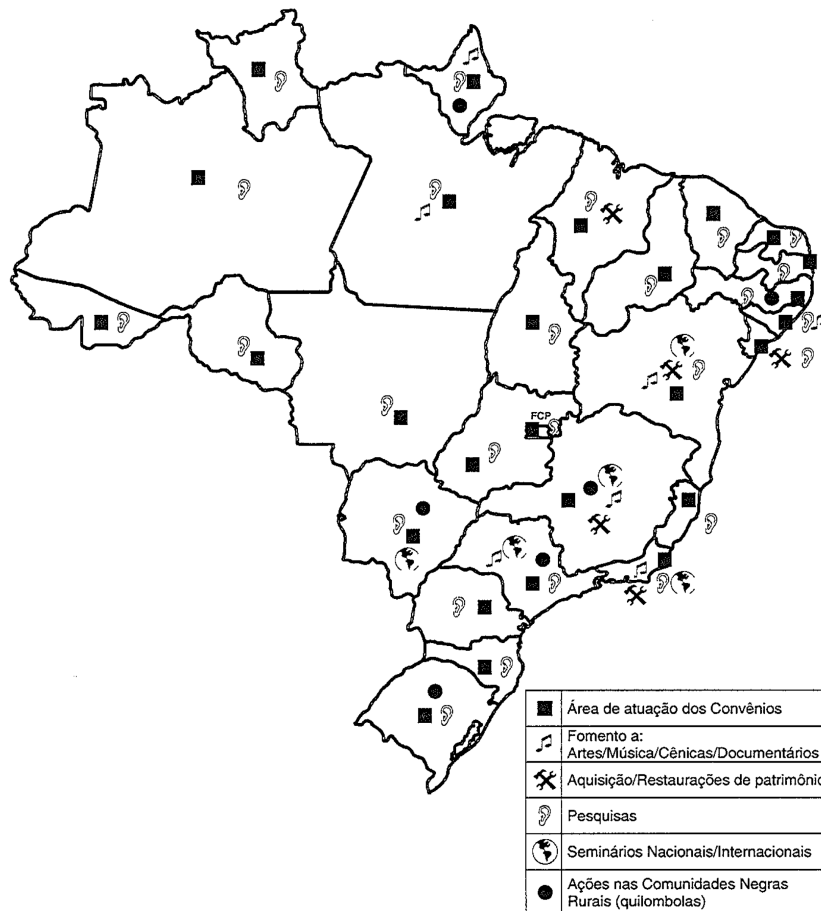
Total de Comunidades Remanescentes de Quilombos: 743

Fonte: Relatório de atividades 2000. FCP, 2000.



Fonte: Relatório de atividades 2000. FCP, 2000.

VII – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DE SUAS AÇÕES



Fonte: Relatório de gestão 2001. FCP, 2002.

Até 2014, foram certificadas 2.431 comunidades quilombolas no território nacional. Não foi possível especificar, no tempo a que nos dispusemos, o que isto representa em termos orçamentários. Vale ressaltar que as buscas indicam que existe um esforço antigo no sentido do mapeamento das iniciativas culturais afro-brasileiras, o que parece ainda hoje estar em construção inicial, conforme uma divulgação institucional do balanço das ações da FCP referente ao período de 2011 a 2014:

Entre as principais ações estão o investimento de R\$ 37 milhões em editais afirmativos voltados ao público afro-brasileiro, a construção do Plano Setorial para a Cultura Afro-Brasileira, atualmente em andamento, e as articulações para construção do Museu da Cultura e Memória Afro-Brasileira, em Brasília (DF), que receberá investimentos de R\$ 8 milhões em 2015.

Outras ações de destaque foram o início da construção do **Sistema Palmares de Informação**, que reunirá informações sobre manifestações culturais negras divididas por município, e a certificação de 522 comunidades quilombolas apenas em 2013 e 2014, totalizando 2.431 em todo o país. Também foi entregue a reforma do Parque Memorial Quilombo dos Palmares, em União dos Palmares (AL). O parque é situado no mesmo local onde ficava originalmente o histórico quilombo. (MinC, 2014, grifo nosso)

No sentido de pensar a ação e organização cultural dos povos e comunidades rurais na sua complexidade e diversidade, outra iniciativa a se registrar é a instituição, em fevereiro de 2007, de uma Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Segundo sua regulamentação, o desenvolvimento deve enfatizar o reconhecimento, o fortalecimento e a garantia dos direitos “territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais”, com respeito e valorização à identidade desses povos e comunidades, às suas formas de organização e suas instituições.⁶⁹ Para tanto, compreende-se por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras. (Brasil, 2007)

Segundo a SEPPIR, estão entre os povos e comunidades tradicionais:

[...] quilombolas, ciganos, matriz africana, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, varzanteiros, pantaneiros, caatingueiros, entre outros. (SEPPIR, 2015b)

A qualificação das informações das ações até aqui detalhadas permite verificar como pretende-se garantir os direitos étnicos, territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais às comunidades rurais de matriz africana. No campo cultural, por exemplo, verificando qual a situação e condição para a fruição, difusão e produção simbólica das 2.431 comunidades quilombolas certificadas no território nacional.

5.3.2 Cultura Viva

No PPA de 2004 a 2007, elaborado no primeiro governo Lula, surgem outros dois programas que não são voltados para as populações que vivem na zona rural, mas abarcam suas especificidades. Um deles é o *Programa Identidade e Diversidade Cultural – Brasil Plural* e

⁶⁹ Conforme Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Ver também Decreto de 13 de julho de 2006, sobre a “competência e composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais”, responsável por tal política.

o outro e principal deles, em termos financeiros, de reconhecimento e amplitude nacional e internacional, é o *Programa Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva*⁷⁰.

Em sua primeira regulamentação, o Cultura Viva traz como objetivo “promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, assim como [...] potencializar energias sociais e culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade”. O público beneficiário seriam as “populações de baixa renda; estudantes da rede básica de ensino; comunidades indígenas, rurais e quilombolas; agentes culturais, artistas, professores e militantes que desenvolvem ações no combate à exclusão social e cultural”. (Brasil; MinC, 2004) Os registros afirmam o programa como uma política de inclusão social pela cultura, para “ampliar e garantir o acesso das comunidades mais excluídas ao usufruto de bens culturais e aos meios de fruição, produção e difusão das artes e do patrimônio cultural”. (MP, 2008: 37)

Enquanto política cultural, o Cultura Viva é inovador ao pretender potencializar iniciativas culturais já existentes da sociedade civil, mas até então invisíveis do âmbito de atuação do Estado. A potência do programa está não somente no repasse de recursos financeiros a produções simbólicas historicamente excluídas do modelo de incentivo dominante, mas também ao considerar a autonomia e o protagonismo dos grupos beneficiados. A autonomia pode ser constatada tanto na proposição do plano de trabalho – considerando o contexto e a realidade local de cada iniciativa – quanto ao prever a aquisição de equipamentos multimídia enquanto bens móveis permanentes, o que permite a construção de suas próprias narrativas.

Inicialmente, o Cultura Viva era formado por cinco ações: Pontos de Cultura (convênios), Escola Viva, Griôs, Cultura Digital, Cultura e Saúde, sendo todas as atividades vinculadas aos Pontos de Cultura.

Com a evolução do Programa, o Cultura Viva amplia-se e envolve novos focos de apoio e parcerias. Para dar forma a esta dinâmica, o MinC previa a concessão de prêmios e bolsas por meio de editais – sempre atrelados às necessidades e ao desenvolvimento dos Pontos de Cultura. São eles: *Prêmio Cultura Viva, Prêmio Agente Escola Viva, Prêmio Agente Cultura Viva, Prêmio Intercâmbio Cultura Ponto a Ponto, Prêmio Cultura e Saúde, Prêmio Tuxaua, Prêmio Interações Estéticas, Prêmio Pontos de Mídia Livre, Prêmio Areté, Prêmio Estórias de Pontos de Cultura, Prêmio Ludicidade e Pontinhos de Cultura*. (MinC, 2015c)

No segundo semestre de 2004 registra-se uma iniciativa do MinC – por meio da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID), criada em 2003 – de apoio à estruturação de redes culturais formadas por segmentos sociais tradicionalmente excluídos do acesso às políticas culturais. Com o objetivo de fomentar a difusão, fruição e circulação da produção cultural do

⁷⁰ Regulamentado pelas Portarias: nº 156, de 06 de julho de 2004 e nº 82, de 18 de maio de 2005.

meio rural brasileiro, foi constituída a Rede Cultural da Terra, estabelecendo parcerias do MinC e de outras instâncias governamentais com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Via Campesina, a Pastoral da Juventude Rural, o Movimento dos Atingidos por Barragens, a Comissão Pastoral da Terra e o Movimento de Mulheres. A implementação do Programa Cultura Viva potencializou os objetivos dessa rede pelo fomento a 16 Pontos de Cultura em centros de formação do MST que já desenvolviam ações culturais. (Bastos, 2004)

É possível constatar, nas informações levantadas, uma recente sistematização de indicadores das ações do Programa Cultura Viva no âmbito rural. Há registros que apontam o primeiro cálculo dos Pontos de Cultura Rural em julho de 2014, ocasião do lançamento de um edital para a seleção de cinco Pontões de Cultura voltados à juventude rural no país.⁷¹ Nesse levantamento, o MinC chegou a um total de 94 Pontos de Cultura Rural. Essa informação não se refere “ao total de pontos de cultura já conveniados”, mas sim “à base de Pontos de Cultura já sistematizados pela Coordenação de Gestão da Informação (COGIN)”. Segundo a própria Coordenação, a identificação é realizada com base “no envio dos novos questionários pelas Redes, onde o segmento foi preenchido” e com a pesquisa de algumas palavras-chave no objeto de cada ponto de cultura beneficiado pelo programa (tais como: rural, campo, tradição sertaneja, pescadores, ribeirinhos). Segue um quadro com o total dos Pontos de Cultura Rural identificados por estado, em que os números são relacionados ao quantitativo populacional rural do país:

⁷¹ O edital compõe uma série de ações interministeriais organizadas em um Programa Nacional para o fortalecimento da Autonomia econômica e social da Juventude Rural (PAJUR), que será especificado adiante. Segundo informações dos gestores, esse edital (lançado em 3 de julho de 2014) não foi celebrado até o momento (2015) por motivos burocráticos e jurídicos, que exigiram aguardar a regulamentação da Lei Cultura Viva, sancionada em julho de 2014 e regulamentada em abril de 2015.

Ministério da Cultura
Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural
Relatório de Pontos de Cultura Nacional - Temática Rural por Estado

UF	Total Pontos Rural	População Rural BR	População por Ponto Rural
AC	1	184.129	184.129
AL	2	535.937	267.969
AM	3	617.072	205.691
BA	13	2.985.454	229.650
CE	1	1.944.606	1.944.606
DF	1	66.671	66.671
ES	2	537.139	268.570
GO	1	489.256	489.256
MG	5	2.621.928	524.386
MS	5	332.004	66.401
PA	8	1.858.472	232.309
PB	1	772.133	772.133
PE	6	1.360.371	226.729
PR	2	1.432.738	716.369
RJ	6	397.536	66.256
RN	4	452.396	113.099
RO	1	389.111	389.111
RS	10	1.531.294	153.129
SC	1	945.292	945.292
SE	6	324.504	54.084
SP	15	1.449.570	96.638
Total*	94	24.386.281	259.429

* Refere-se ao total da população Rural Brasileira, e não apenas dos 21 estados que possuem Pontos na temática rural

Data de atualização: 24.11.2014
 Fonte: COGIN/CGCAI/DCDC/SCDC

A medição do quantitativo da população por ponto de cultura rural deve ser entendida como um exercício de verificação das poucas iniciativas existentes diante da quantidade da população que vive na zona rural. Deve-se ter em mente que, na prática, esse quantitativo não quer dizer, por exemplo, que cada ponto atende a uma média de 259 mil pessoas.

Os Pontos de Cultura Rural mapeados representam 2,74% do total dos pontos de cultura conveniados e sistematizados no banco de informações da COGIN (3.422 pontos, conforme quadro abaixo). Mesmo que essa porcentagem possa aumentar com um mapeamento mais sistemático e próximo da realidade concreta, dificilmente ela chegará a ser proporcional à população rural brasileira (15,6%), e menos ainda proporcional à população rural em extrema pobreza (46,7%). Neste cenário, é questionável se o programa, de fato, está sendo direcionado às comunidades mais excluídas do país, sendo esta uma questão urgente para o desenvolvimento da ação e organização cultural do campo.

Ministério da Cultura
Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural
Programa Cultura Viva - Pontos de Cultura Distribuídos por Ano

Ano	PT ¹	Conveniada ²
2004	73	73
2005	497	497
2006	607	607
2007	2.431	2.203
2008	2.932	2.703
2009	3.234	2.971
2010	3.442	3.141
2011	3.650	3.271
2012	3.655	3.276
2013	4.060	3.276
2014	4.204	3.422

(1) Quantidade de Pontos de Cultura prevista de acordo com os recursos repassados pelo MinC

(2) Quantidade de Pontos de Cultura conveniados com o MinC, estados, DF ou municípios

Data de atualização: 13.11.2014

Fonte: COGIN/CGCAI/DCDC/SCDC/MinC

Para uma análise crítica e qualitativa que considera os diferentes interesses envolvidos no desenvolvimento de uma política cultural voltada para populações rurais excluídas seria preciso conhecer a Rede Cultural da Terra na perspectiva dos movimentos sociais que a compõe, bem como conhecer os Pontos de Cultura Rural, seus objetivos e ações.

No quadro abaixo, de investimento anual do Programa Cultura Viva, é possível identificar seu ponto alto no ano de 2007 e sua queda gradual nos anos seguintes, chegando aos menores números de “valores pagos” (o que efetivamente foi realizado) nos últimos anos (de 2011-2014). Os dados evidenciam a pouca importância do Cultura Viva para as gestões de Ana de Hollanda e Marta Suplicy.

Programa Cultura Viva - Investimento em Pontos, Pontões e Redes de Pontos de Cultura
Relatório Nacional (R\$) - 2004-2015*

Ano de Início de Vigência	Nº de Convênios	Nº de PONTOS	Nº de PONTÕES	Repasso MinC*	Contrapartida*	Valor Total dos Convênios*	Valor a Pagar*	Valor Pago
2004	73	73	0	10.222.301,49	3.974.861,80	14.197.163,29	1.925.857,26	8.296.444,23
2005	355	406	14	69.304.347,17	23.330.607,10	92.634.954,27	15.851.488,41	53.452.858,76
2006	75	86	20	28.061.307,13	9.156.285,08	37.217.592,21	7.160.216,42	20.901.090,71
2007	158	1794	31	224.224.863,01	82.344.076,84	306.568.939,85	43.750.311,55	180.474.551,46
2008	58	481	20	69.587.346,51	27.588.106,29	97.175.452,80	3.814.157,40	65.773.189,11
2009	55	264	38	48.311.098,29	25.626.436,65	73.937.534,94	15.632.977,65	32.678.120,64
2010	53	196	32	44.189.428,00	15.445.951,68	59.635.379,68	20.589.874,00	23.599.554,00
2011	7	206	2	23.823.480,00	3.630.000,00	27.453.480,00	14.203.976,73	9.619.503,27
2012	5	0	5	675.000,00	-	675.000,00	-	675.000,00
2013	3	525	12	33.760.000,00	27.550.000,00	61.310.000,00	18.760.000,00	15.000.000,00
2014	12	345	2	11.500.000,00	5.299.395,00	16.799.395,00	11.500.000,00	-
Total geral	854	4376	176	563.659.171,60	223.945.720,44	787.604.892,04	153.188.859,42	410.470.312,18

* Refere-se ao período 2004-2015. Para 2012-2015, considera o valor previsto de repasse do MinC nos convênios já celebrados.

Data de Atualização: 19.12.2014
 Fonte: COGIN/CGCAI/DCDC/SCDC/MinC

Na busca por superar certas fragilidades e contradições vivenciadas nos seus 10 anos de existência, surgiu uma iniciativa de reestruturação do programa que o transformou na Lei Cultura Viva, instituindo uma Política Nacional de Cultura Viva (PNCV) e estabelecendo certa perenidade às suas ações, independentemente das mudanças de gestão. Essa política tem como objetivo principal “ampliar o acesso da população brasileira às condições de exercício dos direitos culturais”, mantendo como beneficiários prioritários as “populações em situação de vulnerabilidade social e com reduzido acesso aos meios de produção, registro, fruição e difusão cultural, que requeiram maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais”. (Brasil, 2014) Nessa reestruturação, devido a uma proximidade conceitual com o Programa Brasil Plural, a garantia da “diversidade cultural brasileira” é integrada aos objetivos do programa, modificando seu nome para *Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva*, gerido pela Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC).

Entre as principais mudanças propostas pelo novo programa, destacamos “o reconhecimento como Pontos de Cultura de grupos e coletivos sem personalidade jurídica” e a adoção de mecanismos de fomento direto que desburocratizam a gestão e a prestação de contas das iniciativas contempladas. (MinC, 2015c) Trata-se de um enfrentamento concreto às burocracias, que se mostraram destoantes da realidade das iniciativas populares beneficiadas pelo programa, uma vez que tais iniciativas foram submetidas à lei de licitações e contratações com a administração pública (Lei nº 8.666/93) – que, por sua vez, funcionou como fator de criminalização de inúmeras organizações sociais. Com a mudança proposta, o que passa a importar ao MinC é a concretização dos objetivos culturais da iniciativa beneficiada. Esta ação de enfrentamento às barreiras de acesso aos programas do governo torna-se uma importante prerrogativa para outras ações semelhantes da administração pública.

A nova gestão do Ministério da Cultura – que tem novamente Juca Ferreira como ministro –, torna visível a prioridade que o Programa Cultura Viva assume, bem como os esforços dialógicos com a sociedade civil, no sentido de buscar promover uma gestão participativa, compartilhada e com maior transparência das ações do Estado, perceptíveis com a publicização dos debates, dos encontros, das pautas e assuntos discutidos. Com o objetivo de reestruturar a Rede Cultural da Terra, retoma-se o diálogo com representantes de grupos, coletivos e movimentos rurais que demandam “políticas públicas culturais para as áreas de reforma agrária, comunidades camponesas e atingidas por barragens”. Na ocasião de um primeiro encontro, segundo a assessoria de comunicação do MinC:

O coordenador do Setor de Cultura do MST, Julio Morete, destacou a necessidade de políticas públicas permanentes para as áreas de reforma agrária e para o campo em geral. “Essas políticas são importantes para a fixação do homem no campo”, destacou. “E uma das prioridades é fazer das escolas espaços culturais e capacitar professores e agentes culturais que possam dialogar com a cultura de resistência que existe em nossas comunidades. É preciso começar nas crianças”, ressaltou. (MinC, 2015d)

A demanda constata imbricações de ordem prática entre as políticas públicas para a educação e a cultura do campo, contra o êxodo e a expansão do agronegócio. Em uma perspectiva mais ampla e dispersa de pensar a escola como espaço cultural, mas que aponta caminhos no sentido de potencializar os processos formativos e aprofundar sua dimensão cultural intrínseca, há uma iniciativa interministerial importante, do MinC em parceria com o Ministério da Educação (MEC): o *Programa Mais Cultura nas Escolas*.⁷² O objetivo deste programa é fomentar ações conjuntas, entre escolas e artistas e/ou instituições culturais a fim de promover o encontro, o diálogo e vivências entre práticas artísticas e culturais existentes nas comunidades e o projeto pedagógico de escolas públicas de educação integral. O programa é voltado para escolas públicas contempladas com os Programas “Mais Educação” e “Ensino Médio Inovador”, bem como para as iniciativas culturais parceiras dos projetos, que podem ser de pessoa física ou jurídica. Um critério de avaliação das propostas é que mais de 50% dos alunos matriculados seja beneficiária do Programa Bolsa Família, do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS).

Os recursos do programa provêm do MEC e são repassados pelo Programa Dinheiro Direto na Escola, vinculado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.⁷³ O primeiro processo seletivo dos projetos aconteceu em 2013 mas os repasses dos recursos às iniciativas iniciaram-se de fato em 2014. Foram selecionados cerca de 5 mil projetos, para receber valores entre R\$ 20 e R\$ 22 mil, de um investimento total de cerca de R\$ 100 milhões. (MinC, MEC, 2014) Segundo o Sistema integrado de Monitoramento Execução e Controle (SiMEC), do MEC, ano de referência 2013, das 14 mil escolas inscritas no Programa Mais Cultura, 3.945 são escolas rurais, representando 28% do total de inscrições. Os números evidenciam a grande demanda existente no âmbito rural. Dos 5 mil projetos selecionados, 1.293 são em escolas rurais (26%), mantendo a equiparação com a demanda. Considerando o

⁷² A iniciativa compõe o *Programa Mais Educação*, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 7.083/2010: uma estratégia “para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação Integral” de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades socioeducativas. (MEC, 2015) Um dado importante: das 51.506 escolas que aderiram ao Programa Mais Educação, 19.880 (38%) são escolas rurais. (Fonte: Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, ano de referência 2014)

⁷³ Conforme Resolução nº 4 de 31 de março de 2014. Disponível em: <<http://migre.me/qW8Hn>>. Acesso em 27 de julho de 2015.

valor médio previsto de R\$ 21 mil por projeto, o montante destinado para as escolas públicas rurais será de R\$ 27 milhões.

Outra pauta que apareceu no encontro do MinC com os representantes de grupos e movimentos sociais do campo refere-se ao apoio da administração pública à estruturação de equipamentos e espaços simbólicos da história nacional, localizados em áreas da reforma agrária, para o desenvolvimento de ações e organizações culturais nesses territórios:

Foi discutida a criação de equipamentos culturais em estruturas existentes nas áreas de assentamento, como galpões e casarões de fazendas. "Gostaríamos de apoio para transformar esses locais em cinemas, teatros. Uma de nossas ideias, que inclusive já discutimos com o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), é que alguns desses locais possam virar patrimônio material, o que possibilitaria a busca por recursos para financiar as reestruturações necessárias", afirmou Carla Loop, também coordenadora do Setor de Cultura do MST. (MinC, 2015d)

Essa demanda é reforçada pelos dados sobre a oferta de equipamentos culturais no país, que revelam a concentração de salas de cinema e de teatros nas capitais dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.⁷⁴



⁷⁴ Segundo pesquisa intitulada “Cultura em números: anuário de estatísticas culturais 2009”: de 2.098 salas de cinema existentes no Brasil em 2007, 1.194 (57%) se concentravam nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais; de 722 salas de cinema existentes no Estado de São Paulo, 260 estão na capital; de 280 salas de cinema no Estado do Rio de Janeiro, 179 estão na capital; de 1.229 teatros existentes no Brasil, 669 (54%) se concentravam nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. De 306 teatros existentes no Estado de São Paulo, 156 estão na capital; e de 231 teatros no Estado do Rio de Janeiro, 155 estão na capital. (MinC, 2009: 31-33 e 49-51)

Em meio às inúmeras dificuldades de acesso aos meios de produção e aos desafios de comunicar ao mundo conhecimentos tradicionalmente invisibilizados e experiências concretas para a transformação da realidade da dominação, outra demanda dos movimentos sociais do campo refere-se à difusão da crescente produção cultural rural:

"Há uma vitalidade enorme na produção cultural do campo, mas que precisa ter visibilidade. Hoje, infelizmente, falamos para nós mesmos", lamentou Rafael Villas Bôas, integrante do Coletivo de Cultura do MST e professor da Universidade de Brasília. (MinC, 2015d)

As demandas por políticas públicas para a cultura do campo são crescentes e condizentes com a realidade aí existente, compondo as lutas pela ampliação de práticas políticas para a democracia e a diversidade cultural. O Programa Cultura Viva é um importante mecanismo para a ação e organização cultural do campo, que precisa ser desenvolvido para que possa atender efetivamente a seu objetivo social – a transformação de uma realidade com exclusões e desigualdades nas condições de se exercer os direitos culturais.

5.3.3 Brasil Plural

Instituída em 2003 para a criação e o aperfeiçoamento “de novos mecanismos de apoio à pluralidade cultural característica da identidade brasileira”, a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID) foi responsável pela outra ação identificada no PPA de 2004 a 2007: o *Programa Identidade e Diversidade – Brasil Plural*. A secretaria e suas ações surgem diante de inúmeros problemas históricos com a sub-representação de determinados grupos sociais na produção cultural brasileira. Conforme as definições do programa no PPA, seu objetivo seria valorizar a diversidade das expressões culturais buscando garantir a inclusão cultural através do acesso a mecanismos de apoio, promoção e intercâmbio cultural, com igualdade de gênero, raça, etnia, fortalecendo a democracia, a cidadania e a garantia dos direitos humanos. (MP, 2008: 57)

⁷⁵ Localizado na parte alta de uma antiga fazenda de café, o casarão do assentamento Bela Vista do Chibarro (município de Araraquara/SP), atualmente encontra-se em ruínas. O projeto original da arquitetura do casarão nunca foi encontrado, mas pelos indícios históricos acredita-se que a construção aconteceu entre o fim do século XIX e início do século XX. O casarão localiza-se em uma área que pertenceu às terras da Usina Tamoio, que foram desapropriadas e transformaram-se em assentamento rural em 1989. Nos últimos anos, os moradores desse assentamento têm-se organizado, com muitas dificuldades, para o tombamento e reforma do casarão, com o objetivo de transformá-lo em um espaço cultural de uso e ocupação a partir da identidade cultural da comunidade local. Este é um dos inúmeros casos de patrimônios materiais existentes nas áreas da Reforma Agrária que demandam apoio para potencializar a ação e organização cultural dos camponeses.

O programa surge em relação à “Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais” da Unesco (2005). Uma importante articulação internacional que resultou em um “documento jurídico” – adotado “com 148 votos a favor, dois contra (dos EUA e Israel) e quatro abstenções (da Austrália, Honduras, Nicarágua e Libéria)” – que visava principalmente, a “orientar e legitimar os países na elaboração e implementação de políticas culturais próprias, necessárias à proteção e promoção da diversidade cultural”, funcionando como “contraponto à lógica exclusivista do mercado”. (Kauark, 2010: 1-2)

Para cumprir os objetivos do programa, foram estabelecidos diálogos com a sociedade civil organizada em segmentos socioculturais tradicionalmente excluídos do acesso às políticas culturais, bem como com instituições ligadas a essas populações.

Foram estabelecidos processos colaborativos que permitiram a elaboração e acompanhamento das políticas públicas, por meio de um diálogo sistemático realizado em Grupos de Trabalho, Oficinas de Escuta e Seminários Nacionais. A partir desta mobilização, foi institucionalizada a participação de segmentos das Culturas Populares e das Culturas Indígenas no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) [...]. (MinC, 2012a: 77)

Em uma publicação da SID/MinC de 2012, há registros, sistematizações e reflexões do processo de construção de um “Plano Setorial para as Culturas Populares”, como um dos dispositivos de gestão e participação popular do Sistema Nacional de Cultura. Uma retrospectiva crítica da história das culturas populares contextualiza e qualifica o debate, pontuando marcos nacionais e internacionais nas temáticas da identidade, patrimônio, diversidade, pluralidade e direitos culturais. Certos princípios, objetivos e diretrizes definidos pelo processo do Plano Setorial fundamentam os “macroprogramas” estabelecidos por um planejamento a longo prazo. O Plano é composto por 3 macroprogramas a serem desenvolvidos: 1) “Memórias e Identidades das Culturas Populares”, contendo programas de mapeamento, difusão e transmissão de saberes e práticas das culturas populares; 2) “Economia Criativa e Sustentabilidade das Culturas Populares”; 3) “Gestão das Políticas Públicas para as Culturas Populares”. (MinC, 2012a: 42-50)

Na dinâmica do planejamento, cada macroprograma possui programas e ações detalhadas. Especificamos o mapeamento das culturas populares, enquanto ação fundamental para o levantamento, organização e análise de dados e informações da realidade cultural popular brasileira e, mais especificamente, da riqueza das práticas culturais das populações que vivem no campo. Com este mapeamento, pretende-se identificar, quantificar e localizar “os indivíduos, grupos e comunidades de praticantes das culturas populares de todo o país”, em

articulação com os governos locais, com as instituições públicas de pesquisa e incorporando informações já coletadas pela administração pública federal. (idem: 45) Ressalta-se que esta ação pode acontecer de diversas formas. Para que seja capaz de contribuir efetivamente com a transformação da realidade das culturas populares, deve-se considerar os conhecimentos, a autonomia e as necessidades concretas das comunidades praticantes de manifestações de cultura popular.

Há registros de esforços do governo no sentido da criação de um sistema de informações e indicadores de desempenho para as políticas de identidade e diversidade cultural, o que não foi concluído e publicizado até o momento. Uma organização das informações de iniciativas inscritas nos programas articulados pelo MinC e por outras instituições que trabalham com as culturas populares poderia revelar uma realidade cultural pulsante no país, mas invisível à imensa maioria da população.

O MinC divulgou um balanço do Programa Brasil Plural com informações relevantes de sua atuação ao longo de 5 anos de existência. De 2005 a 2010 foram realizados 18 editais com um investimento de R\$ 22,6 milhões, contando com 9.571 projetos inscritos, dos quais 1.673 foram contemplados (17%). Os projetos contemplados abrangeram 563 municípios, 10% do total dos municípios existentes no país. (MinC, [2011]) Os dados revelam a grande demanda existente por fomento às manifestações de determinados grupos sociais excluídos do acesso aos meios de produção cultural.

Vale ressaltar que a adoção de modalidades menos burocráticas para o repasse de recursos (como a modalidade prêmios) foi fundamental para considerar a realidade das populações beneficiadas pelo programa. Seguem especificações dos 18 editais e da distribuição do recurso, por segmento sociocultural beneficiado:

BRASIL PLURAL - EDITAIS PÚBLICOS - 2005 a 2010

CULTURAS POPULARES	
1. Fomento às Expressões das Culturas Populares	2005
2. Prêmio Culturas Populares – Edição Mestre Duda – 100 anos de Frevo	2007
3. Prêmio Culturas Populares – Edição Mestre Humberto de Maracanã	2008

4. Prêmio Culturas Populares – Edição Mestre Dona Isabel	2009
--	------

CULTURAS INDÍGENAS

5. Prêmio Culturas Indígenas – Edição Ângelo Cretã	2006
6. Prêmio Culturas Indígenas – Edição Xicão Xukuru	2007
7. Prêmio Culturas Indígenas – Edição Marçal Tupã-Y	2010

LGBT

8. Parada do Orgulho GLBT 2005	2005
9. Concurso Cultura GLBT 2006	2006
10. Concurso Cultura GLBT 2007	2007
11. Concurso Público de Apoio a Paradas de Orgulho GLBT 2008	2008
12. Prêmio Cultural GLBT 2008	2008
13. Prêmio Cultural GLBT 2009	2009

CULTURAS CIGANAS

14. Prêmio Culturas Ciganas – Edição João Torres	2007
15. Prêmio Culturas Ciganas 2010	2010

IDOSOS

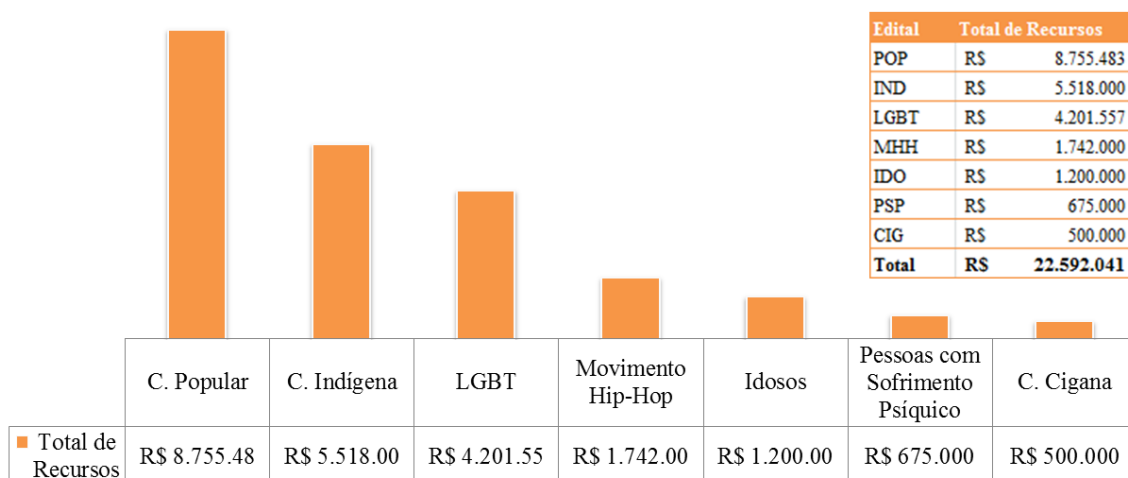
16. Prêmio Inclusão Cultural da Pessoa Idosa 2007	2007
17. Prêmio Inclusão Cultural da Pessoa Idosa 2010	2010

JUVENTUDE

18. Prêmio Cultura Hip Hop 2010 – Edição Preto Ghóez	2010
--	------

Fonte: MinC, [2011].

**Recurso Investido em Editais Públicos
(Pagamento de prêmios e convênios - 2005 a 2010 - por Segmento)**



Fonte: MinC, [2011]

Em uma comparação quantitativa – que serve como um exercício de dimensões da ordem dos recursos investidos –, a soma do orçamento do Programa Brasil Plural (somente em editais) nos anos de 2005 a 2010 é 16 (dezesesseis) vezes menor que a soma dos valores investidos no mesmo período no Programa Cultura Viva e mais de 200 (duzentas) vezes menor que a soma dos recursos investidos na Lei Rouanet em renúncia fiscal. Revela-se, assim, o predomínio do mecanismo de isenção fiscal, que mantém privilégios a um setor reduzido de interesse do mercado, frente a práticas que fortalecem a cidadania e a diversidade cultural.

Recurso investido por ano e programa - 2005 a 2010

ano	Programa Brasil Plural *somente editais	Programa Cultura Viva	Lei Rouanet *renúncia fiscal
2005	2.350.931,21	53.452.858,76	635.953.073,57
2006	2.356.673,45	20.901.090,71	762.275.075,01
2007	6.685.162,24	180.474.551,46	884.054.482,34
2008	2.650.273,76	65.773.189,11	878.232.868,18
2009	3.867.000,00	32.678.120,64	894.363.041,54
2010	4.682.000,00	23.599.554,00	1.063.676.139,32
Total	22.592.040,66	376.879.364,68	5.118.554.679,96

Fonte de dados: MinC, [2011]; 2014; 2015a.

Entende-se a experiência do Programa Brasil Plural como uma ação significativa e concreta para o reconhecimento da diversidade de expressões das culturas populares, abrangendo

diversos segmentos socioculturais tradicionalmente excluídos e invisibilizados, entre eles as populações que vivem no campo. Entretanto, há muito por fazer para o estabelecimento de transformações profundas, capazes de incidir na realidade da demanda existente e de romper com a lógica do mercado predominante, o que precisa ser acompanhado e avaliado criticamente pela atuação do Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva, que assume os objetivos do Programa Brasil Plural.

*

Nos relatórios de gestão do Ministério da Cultura dos Plano Plurianuais de 2008 a 2015 nenhuma nova ação no âmbito rural foi encontrada. Pela busca nos meios de comunicação, mapeamos outras iniciativas relevantes que desenvolvem a dimensão cultural do campo, ainda que indiretamente, seja pela inclusão digital, pela formação humana ou pelo fortalecimento da autonomia econômica. Tais ações estão sob gestão de outras instituições da administração pública federal e serão abordadas a seguir.

5.3.4 Inclusão Digital⁷⁶

Em 2002 surge o *Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC)*, no âmbito do Ministério das Comunicações (MC), com o objetivo de possibilitar a inclusão digital por meio do fornecimento gratuito de conexão à internet em banda larga (via terrestre e satélite) a espaços públicos e comunidades de regiões remotas do país. Esta ação é direcionada, prioritariamente, para demandas do governo federal às comunidades em estado de vulnerabilidade social, que não têm outro meio de acesso à internet. Dentre os espaços priorizados estão: telecentros, escolas, assentamentos rurais, unidades de saúde, aldeias indígenas, postos de fronteira e quilombos.

Como informado pela Secretaria de Inclusão Digital (SID), segundo a lista atual de dezembro de 2014 (que não é a lista do total de pontos de conexão ao longo do tempo), o GESAC beneficia cerca de 2.770 pontos de conexão na zona rural (sendo que 1.743 deles são em escolas rurais); isto representa 35% dos pontos contratados na ocasião (7.952). Esta é a ação

⁷⁶ Informações organizadas com base na análise dos dados e documentos levantados e na entrevista realizada com Cristiano Passos, Diretor do Departamento de Articulação e Formação da Secretaria de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações.

de maior capilaridade do Ministério das Comunicações no âmbito rural. Conforme contrato firmado em setembro de 2014, a SID trabalha com uma meta de 29 mil pontos de conexão, a serem contratados conforme disponibilidade orçamentária. Os valores para manutenção dos pontos variam de acordo com a localização, a velocidade e a tecnologia empregada. Para os 7.952 pontos de conexão contratados, o custo será de aproximadamente R\$ 47 milhões em 2015.

Outra iniciativa do Ministério das Comunicações é a inclusão digital por telecentros, que teve início em 2003 através de 254 convênios com prefeituras, para comprarem equipamentos e realizarem a instalação em espaços públicos. Esta ação finalizou-se em 2006, dando lugar ao Programa Telecentros Comunitários, que funcionou até 2011. Tais ações surgem em uma realidade muito diferente da atual, em relação ao acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Como informado pela Secretaria de Inclusão Digital, a maioria das iniciativas do Programa Telecentros Comunitários estava concentrada no perímetro urbano, e cerca de 33% delas foram direcionadas para equipar escolas públicas, uma vez que o programa do MEC que leva computadores e redes digitais às escolas ainda estava longe de atender à demanda existente na época.⁷⁷ O Programa Telecentros Comunitários tinha o objetivo de instalar pelo menos 1 (um) telecentro por município e quase chegou a isso, com cerca de 5.400 municípios beneficiados.

Em 2010 inicia-se uma nova ação no âmbito da política de inclusão digital do governo federal, o *Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades – Telecentros.BR*, com o objetivo de desenvolver ações que possibilitam a implantação e a manutenção de telecentros públicos e comunitários em todo o território nacional.⁷⁸ Poderiam increver-se órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta, bem como entidades privadas sem fins lucrativos, responsáveis pela indicação, implantação e manutenção dos telecentros.

Com um arranjo mais complexo que os anteriores, o programa prevê variações de opções de apoio a telecentros já existentes, aos novos, ou a centros de inclusão que precisam de conexão. Portanto, as demandas variam, podendo ser solicitadas de acordo com a necessidade de cada espaço: equipamentos, mobiliário, conexão e monitores bolsistas para atuarem nos

⁷⁷ O programa que leva computadores e redes digitais às escolas foi denominado, desde 2007, Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo.

⁷⁸ Conforme Decreto nº 6.991, de 27 de outubro de 2009 e Portaria Interministerial MP/MCT/MC nº 535, de 31 de dezembro de 2009, DOU 04.01.2010.

telecentros. Uma primeira e única chamada foi lançada em 2010 e encontrou muitas dificuldades para se efetivar, diante desse arranjo complexo envolvendo diferentes coordenadores da ação (Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, das Comunicações e da Ciência e Tecnologia), além de diferentes e separadas licitações para a compra dos mobiliários, equipamentos e contratação dos serviços.⁷⁹ A partir de 2011, a responsabilidade pelas atribuições de operacionalização das ações do programa passou para a Secretaria de Inclusão Digital, do MC. Conforme informado por esta Secretaria, de 2011 a 2014, de 1.527 telecentros operacionalizados em funcionamento, 522 (34%) são na zona rural.

Uma pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), sobre o uso das TICs no país a partir do uso de telecentros públicos em 2013, apresenta importantes informações para reavaliações dos programas existentes. Cabe registrar que de 9.514 telecentros cadastrados pelo MC, 5.013 responderam à pesquisa. Na tabela abaixo, de distribuição regional dos telecentros do governo federal por programa, verificamos as diferentes representatividades das ações, concentradas na região sudeste e nordeste. (CGI.br, 2014: 29)

Programa	Regiões					Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro - Oeste	
Gesac	14%	55%	22%	5%	4%	100%
Telecentros.BR	9%	38%	36%	8%	9%	100%
Telecentros Comunitários	5%	23%	38%	25%	8%	100%
Total	7%	31%	36%	18%	8%	100%
	372	1.545	1.788	893	399	4.997

Fonte: CGI.br, 2014.⁸⁰

Há uma iniciativa interessante, a partir de uma ação conjunta entre a Secretaria de Inclusão Digital (SID) e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), em construção com movimentos sociais do campo, que resultou no *Programa de Inclusão Digital da Juventude Rural*. Um grupo de trabalho, com representantes dessas instituições e movimentos, definiu as necessidades e o funcionamento do programa, para que melhor pudesse atender às demandas dos jovens rurais. A ação teve como objetivo selecionar projetos de extensão universitária

⁷⁹ Conforme Seleção Pública de parcerias - MP/MCT/MC – nº 1/2010, para o Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades – Telecentros.BR.

⁸⁰ Nota: dos 5.013 telecentros que responderam a pesquisa, “Foram identificados 11 telecentros que não continham informação sobre o programa ao qual pertenciam e cinco que não continham informação sobre a região”. (CGI.br, 2014: 29)

voltados para a capacitação da juventude rural, no âmbito da inclusão digital, para o uso das TICs.⁸¹

Os proponentes poderiam ser universidades e institutos federais, com propostas de ações diretamente voltadas para a juventude rural. Os projetos podiam concorrer em uma das três linhas temáticas: TICs para educação do campo, voltadas para a formação e capacitação de professores de escolas públicas; TICs para gestão e comercialização da produção na agricultura familiar, direcionadas à formação de jovens para a qualificação dos processos de produção; TICs para a comunicação digital nas áreas rurais, voltadas para a formação em comunicação comunitária.

Conforme informado pela SID e pela SNJ, uma primeira chamada pública em 2011 contemplou 43 projetos em 18 estados, contando com 6.400 jovens capacitados. No final de 2013 iniciou-se uma segunda etapa da ação, focada na qualificação e na ampliação de três projetos, que em sua primeira execução contaram com a participação e o reconhecimento dos movimentos sociais e que tiveram êxito com a utilização de uma metodologia capaz de ser aplicada em outras escolas, assentamentos rurais e aldeias indígenas.⁸² Atualmente, dois desses projetos estão em sua terceira edição, atuando em diferentes regiões do território nacional.

Ainda que o cenário da década de 1990 – em que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) eram acessíveis a uma minoria urbana – tenha se modificado com o acesso, o uso e a apropriação crescente das tecnologias e redes de informação e comunicação em todo o território nacional, as informações levantadas afirmam a importância de uma política de acesso à internet para inúmeras comunidades existentes em regiões remotas do país. Além disso, a política de inclusão digital por telecentros, por sua característica universalizante, mostra seus limites e atrasos ao não conseguir diferenciar as necessidades das diversas realidades das comunidades e populações beneficiadas. A própria ideia da “inclusão” precisa ser revista para não cair nas armadilhas de um projeto civilizatório, que tradicionalmente desconsidera os conhecimentos populares.

⁸¹ Conforme Chamada Pública nº 01/2011, de 11 de outubro de 2011, de apoio à capacitação no uso das tecnologias da informação e comunicação para a juventude rural.

⁸² Como, por exemplo, um dos projetos que, na primeira etapa, desenvolveu o trabalho em uma aldeia guarani e, na segunda etapa, a equipe envolvida foi estimulada pelo MC a ampliar o projeto para todas as aldeias guarani do litoral sul.

Os projetos de inclusão digital para a juventude rural, ainda que de forma incipiente, buscam avançar e qualificar os espaços de acesso às TICs a partir de objetivos, características e temas que consideram a diversidade cultural e regional das populações beneficiadas. Outra ação inauguradora nesse sentido é o Cultura Viva, em sua ação de reconhecimento e fomento à cultura digital, ao considerar, além do acesso, a apropriação tecnológica e a produção de conteúdos. Portanto, há experiências em curso capazes de contribuir para o aprimoramento de uma política nacional para a cultura digital que considere as especificidades das populações camponesas.

5.3.5 Pronera e Residência Agrária

Algumas pessoas do Movimento Sem Terra, entre elas eu, contam a seguinte história: O Pronera só surgiu por causa do massacre de Eldorado dos Carajás. Sem ele, não existiria o Pronera, porque foi o massacre que jogou o governo Fernando Henrique contra a parede da opinião pública mundial e de uma pressão interna nacional. Em seguida ao massacre, tem a marcha dos 100 mil, na chegada em Brasília do MST, em 1997, que foi um impacto nacional em um momento que o MST aparecia muito. Em 1996, além do massacre, teve a novela *O Rei do Gado*, que, por vias tortas, deu uma projeção nacional ao MST, a uma luta que parecia muito localizada, arcaica, um fenômeno meio pitoresco. A novela trouxe isso pro centro do debate, junto com o massacre. Em 1998, fruto dessas pressões, é feito o Encontro Nacional de Educação e Reforma Agrária, aqui na UnB, e a partir disso o Todorov, que era o reitor, fala pro MST: *Olha, acho que vocês precisam elevar isso ao patamar de uma política de governo. Tem força suficiente pra isso*. O Edgar Kolling, que é o principal dirigente do setor de educação, fundador do MST, diz que foi por conta dessa conversa com o Todorov que decidiram pressionar o governo para criar o Pronera. E conseguem porque, em alguma medida, é uma contrapartida melhor pro governo no campo da educação do que no campo de uma macropolítica de distribuição de terra, que afeta diretamente o interesse do capital. (Rafael Litvin Villas Bôas, integrante do MST e professor da Licenciatura em Educação do Campo da UnB, entrevista concedida em 23 de junho de 2015)

Como desvelado por uma “tradição pedagógica de perspectiva emancipatória e socialista”, a educação popular, o modelo de educação em curso, historicamente desconsidera os saberes e as necessidades concretas das populações do campo. A percepção da situação deficitária da oferta educacional no meio rural gerou uma organização em torno de um novo projeto educacional voltado para os interesses dos camponeses: a Educação do Campo. (Caldart *apud* Molina, 2009: 23)

Essa organização – protagonizada pelos sujeitos do campo, com a parceria de instituições nacionais e internacionais⁸³ – “inaugura uma forma de fazer seu enfrentamento”, que é através

⁸³ Um marco desta organização é o I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – Enerà, realizado em julho de 1997, envolvendo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), a Universidade de Brasília (UnB), o setor de Educação e das Pastorais Sociais da Conferência Nacional dos Bispos

da luta por políticas públicas, da intervenção no debate público sobre a priorização das ações do Estado para a educação. (Caldart, 2012: 259) A partir da matriz da democracia popular, demanda-se uma atuação do Estado, em colaboração com a sociedade civil, que garanta os direitos à educação para as populações que vivem no campo em situação de exclusão, entendendo a educação enquanto formação humana para a transformação da realidade dessas populações. Da luta da sociedade civil organizada por uma política pública para a democratização do conhecimento nas áreas da Reforma Agrária, surge o *Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera)*, no âmbito da atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).⁸⁴

Ainda que o Pronera se consolide como uma política pública para a educação do campo, traz em si uma dimensão cultural que é uma chave importante para compreender como a formação humana está diretamente relacionada à produção material e imaterial da existência, pois parte de um entendimento da educação como “instrumento público para implementar novos padrões de relações sociais no trabalho, na organização do território e nas relações com a natureza”. (MDA, 2014: 7) A unidade entre educação e cultura é fruto de um processo de acumulação intelectual dos movimentos sociais do campo, que fundamenta a criação dessa política pública, construindo todo um referencial teórico e metodológico que busca superar uma ideia tradicional de educação pensada *para* o campo, com uma elaboração libertadora da educação *do* campo.

Na direção político-pedagógica do programa – sobretudo nas diretrizes das práticas educacionais, especificadas no Manual de Operações do Pronera (MDA, 2014) –, é possível identificar sua orientação na educação popular, com os princípios do diálogo, da práxis, da transdisciplinariedade, da formação crítica, problematizadora e participativa, com base no respeito à diversidade cultural da sociedade e na valorização dos diferentes saberes.

Ao longo de 18 anos de existência, o Pronera garantiu o acesso à escolarização a milhares de jovens e adultos, que não teriam outra possibilidade de se alfabetizar e continuar seus estudos. Desse modo, o programa vem promovendo aos sujeitos do campo uma melhora de condições de vida e de perspectivas de permanecerem no campo. (Ipea, 2015) Atualmente, as ações do

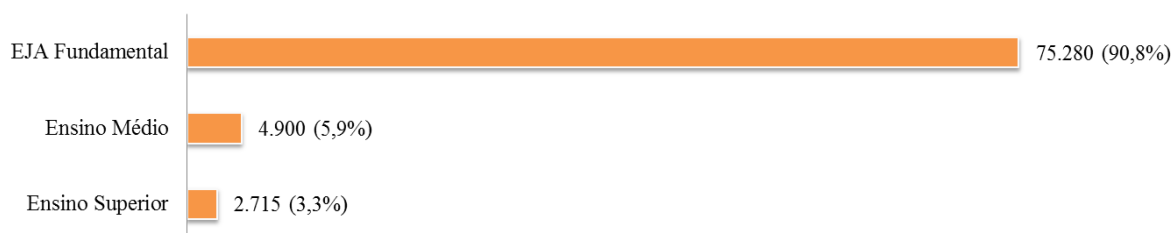
do Brasil (CNBB), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura (UNESCO).

⁸⁴ Conforme Portaria nº. 10, de 16 de abril de 1998, editado pela Portaria/Incra/nº 837 de 2001, atualizado pela Portaria/Incra/nº 282 de 16/4/2004, obtendo autorização legal pelo artigo 33 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e regulamentado pelo Decreto nº 7.352/2010. Por aqui se pode pensar os desafios jurídico-legais.

Pronera se dão nos níveis da Educação de Jovens e Adultos (EJA), do ensino médio e técnico profissionalizante e do ensino superior de graduação e pós-graduação.⁸⁵

Somente em 2014, o Pronera atendeu 17.638 jovens e adultos com um investimento de cerca de 36 milhões de reais. (TV NBR, 2015) Segundo o Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária (II PNERA), que levantou dados das ações do Programa no período de 1998 a 2011, foram registrados 164.894 educandos ingressantes e 82.895 educandos concluintes de cursos do Pronera. A política se expandiu rapidamente, condizente com a demanda dos que foram se formando e considerando os limites orçamentários. Os números consolidados dos educandos concluintes, por nível e por superintendência do Incra, podem ser conferidos a seguir:

Educandos concluintes/matriculas de cursos do Pronera por nível (1998-2011)



Fonte: II PNERA

⁸⁵ No atual momento possui pós-graduação até o nível do mestrado.

Educandos concluintes/matrículas em cursos do Pronera por superintendência do Incra e nível

Número da superintendência do Incra	Nome da Superintendência do Incra	EJA fundamental	Ensino médio	Ensino superior	Total
SR-14	Acre	1.201	118	84	1.403
SR-22	Alagoas	221	13	0	234
SR-21	Amapá	715	0	0	715
SR-15	Amazonas	4.256	0	186	4.442
SR-05	Bahia	11.245	476	177	11.898
SR-02	Ceará	4.163	106	126	4.395
SR-28	Distrito Federal e entorno	986	80	50	1.116
SR-20	Espírito Santo	1.044	42	143	1.229
SR-04	Goiás	931	0	59	990
SR-12	Maranhão	7.604	954	0	8.558
SR-13	Mato Grosso	1.248	0	134	1.382
SR-16	Mato Grosso do Sul	3.269	279	0	3.548
SR-06	Minas Gerais	6.310	18	92	6.420
SR-01	Pará / Belém	3.007	33	95	3.135
SR-27	Pará / Marabá	883	277	143	1.303
SR-30	Pará / Santarém	5.047	228	0	5.275
SR-18	Paraíba	2.648	362	242	3.252
SR-09	Paraná	611	260	214	1.085
SR-03	Pernambuco	2.397	68	48	2.513
SR-29	Pernambuco / Médio São Francisco	0	109	96	205
SR-24	Piauí	4.346	113	0	4.459
SR-07	Rio de Janeiro	745	0	0	745
SR-19	Rio Grande do Norte	634	248	208	1.090
SR-11	Rio Grande do Sul	1.093	549	134	1.776
SR-17	Rondônia	562	44	54	660
SR-25	Roraima	2.338	146	173	2.657
SR-10	Santa Catarina	3.664	54	74	3.792
SR-08	São Paulo	535	166	86	787
SR-23	Sergipe	750	62	97	909
SR-26	Tocantins	2.827	95	0	2.922
Total		75.280	4.900	2.715	82.895

Fonte: II PNERA, 2015.

As ações do Pronera se realizam pela parceria do Incra com “as instituições de ensino, pesquisa e extensão, públicas e privadas, sem fins lucrativos, as secretarias municipais e estaduais de educação e os movimentos sociais e sindicais representativos do público beneficiário”. A parceria se estabelece com o incentivo a projetos que buscam desenvolver o processo educativo formal em áreas da Reforma Agrária, selecionados por meio de editais públicos e em conformidade com o Manual de Operações do Pronera. Os projetos são organizados “a partir das demandas dos movimentos sociais e sindicais do campo” e executados pelas instituições de ensino, pesquisa e extensão. (Ipea, 2015: 11) Das 525 demandas por cursos do programa, de 1998 a 2011:

As três organizações que mais demandaram cursos no período foram, pela ordem, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), o Movimento

dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) [...] responsáveis por 81% das demandas. [...] É importante destacar que Contag, MST e CPT são as organizações mais atuantes do campo brasileiro, o que também é comprovado por suas atuações na educação do campo. (Ipea, 2015: 52-53)

Organizações demandantes e número de cursos demandados individual e conjuntamente (1998-2011)

Número	Organização demandante	Número de cursos demandados	Tipologia
1	Associação de Casas Familiares Rurais do Pará/Arcafar	3	Associação
2	Associação dos Remanescentes de Quilombo/PA	2	Associação
3	Associação dos Trabalhadores Rurais de Oriximiná/PA	2	Associação
4	Associação dos Trabalhadores Rurais/PA	1	Associação
5	Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão	2	Associação
6	Central dos Assentados de Roraima	6	Movimento
7	Centro de Organização e Apoio aos Assentados do Mato Grosso do Sul	1	Associação
8	Comissão Pastoral da Terra/BA/GO/MS/MT/PA/PB	31	Pastoral
9	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	207	Movimento
10	Cooperativa dos Pequenos Produtores e Produtoras Agroecologistas do Sul da Bahia	3	Cooperativa
11	Cooperativa Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Satuba/AL	1	Cooperativa
12	Coordenação Estadual dos Trabalhadores Agrícolas	1	Associação
13	Escola Família Agrícola de Padre Bernardo/PB/GO	1	Associação
14	Escola Família Agrícola /RO	5	Associação
15	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar/PI/PA	4	Movimento
16	Fundação de Apoio à Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia	4	Fundação
17	Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal/BA	2	Fundação
18	Fundação Viver, Produzir e Preservar/PA	3	Fundação
19	Liga dos Camponeses Pobres/RO	1	Movimento
20	Movimento das Mulheres em Marcha/PB	1	Movimento
21	Movimento de Libertação dos Sem Terra/PE	2	Movimento
22	Movimento de Luta Pela Terra/BA	10	Movimento
23	Movimento de Mulheres Camponesas/MS	2	Movimento
24	Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade/PA	1	Movimento
25	Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e da Cidade/PA	1	Movimento
26	Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas/BA	8	Movimento
27	Movimento dos Atingidos por Barragens/GO	1	Movimento
28	Movimento dos Pequenos Agricultores/AC/MT/PB/RO	7	Movimento
29	Movimento dos Trabalhadores Desempregados/BA/PB	3	Movimento
30	Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos do Brasil/PE	1	Movimento
31	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	190	Movimento
32	Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu/PA	1	Movimento
33	Movimento Popular pela Reforma Agrária/MG	2	Movimento
34	Movimento Terra Livre/GO	1	Movimento
35	Movimento Terra Trabalho e Liberdade/MG/PE	4	Movimento
36	Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo	2	Movimento
37	Pastoral da Juventude Rural/BA/GO/MT/PB/RO	5	Pastoral
38	Polo de Unidade Camponesa/BA	3	Movimento
	Demandas Conjuntas - Brasil	525	

Fonte: II PNERA, 2015.

Seguindo sua regulamentação, o Pronera conta com uma Comissão Pedagógica Nacional, formada por representantes da sociedade civil e do governo federal, para orientar e definir

suas ações político-pedagógicas. De 1998 a 2011, o Pronera promoveu a realização de 320 cursos, envolvendo 82 instituições de ensino e abrangendo “880 municípios, em todas as unidades da federação”. (Ipea, 2015: 23)

Número de cursos por nível e superintendência do Incra (1998-2011)

Número da superintendência do Incra	Nome da Superintendência do Incra	EJA fundamental	Ensino médio	Ensino superior	Total
SR-14	Acre	7	1	2	10
SR-22	Alagoas	2	2	0	4
SR-21	Amapá	6	0	0	6
SR-15	Amazonas	5	0	1	6
SR-05	Bahia	13	8	2	23
SR-02	Ceará	8	2	2	12
SR-28	Distrito Federal e entorno	2	2	1	5
SR-20	Espírito Santo	4	1	3	8
SR-04	Goiás	1	0	1	2
SR-12	Maranhão	14	6	0	20
SR-13	Mato Grosso	2	1	3	6
SR-16	Mato Grosso do Sul	5	5	0	10
SR-06	Minas Gerais	11	2	5	18
SR-01	Pará / Belém	3	1	2	6
SR-27	Pará / Marabá	4	4	4	12
SR-30	Pará / Santarém	13	2	0	15
SR-18	Paraíba	5	11	5	21
SR-09	Paraná	4	8	5	17
SR-03	Pernambuco	5	2	1	8
SR-29	Pernambuco / Médio São Francisco	0	3	2	5
SR-24	Piauí	5	2	0	7
SR-07	Rio de Janeiro	4	0	0	4
SR-19	Rio Grande do Norte	1	5	3	9
SR-11	Rio Grande do Sul	4	19	4	27
SR-17	Rondônia	7	2	1	10
SR-25	Roraima	10	2	1	13
SR-10	Santa Catarina	6	2	2	10
SR-08	São Paulo	3	3	2	8
SR-23	Sergipe	1	1	2	4
SR-26	Tocantins	12	2	0	14
Total		167	99	54	320

Fonte: II PNERA, 2015.

Após 7 anos de experiência prática e teórica da Educação do Campo com o Pronera, das relações que o Programa estabelece com as universidades e com os movimentos sociais, bem como da “teimosia coletiva [...] de produzir avanços no campo das políticas públicas” voltadas para a educação no âmbito rural, em 2004 o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) lançou o *Programa Nacional de Educação do Campo: Formação de Estudantes e Qualificação de Profissionais para Assistência Técnica – Residência Agrária*. (Hackbart; Santos *apud* Molina [et al.], 2009: 7)

Umbilicalmente ligada ao Pronera, essa política de formação e qualificação profissional busca oferecer “condições de estágio, de vivência e especialização para estudantes graduados”, por meio de cursos (*latu sensu*). (*idem*, 2009: 8) Os cursos têm como “estratégia de execução, a inserção e a permanência dos estudantes universitários” nas áreas de Reforma Agrária, articulando a formação com processos de apoio à organização social nos territórios. (Molina *apud* Molina [et al.], 2009: 17)

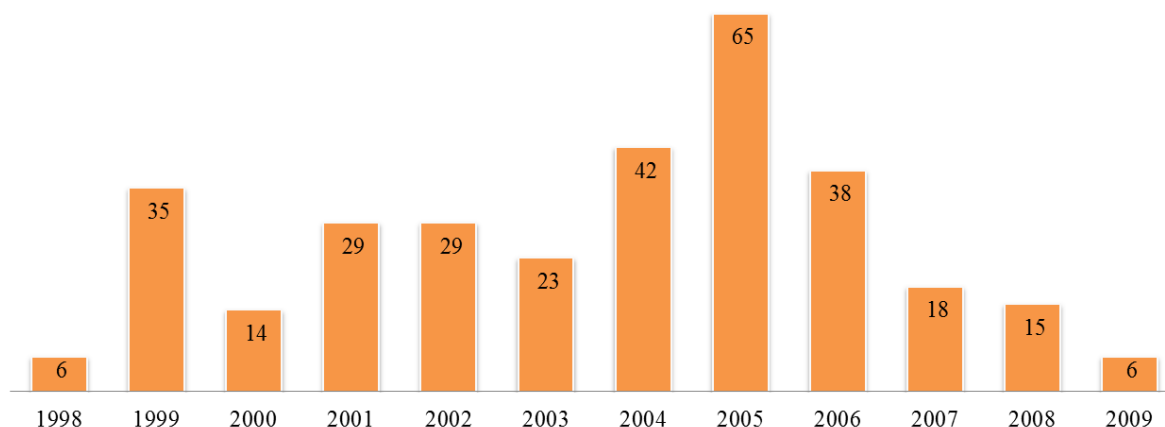
O Programa Residência Agrária pretende formar indivíduos “comprometidos com a classe trabalhadora do campo, que tenham horizontes de transformação da sociedade, que assumam compromisso com mudanças do meio rural e com as condições de vida de seus sujeitos”. Isto se dá pela relação de convívio com a realidade das populações rurais, pelo conhecimento de seu modo de vida, o exercício de identificação das principais dificuldades e a construção de diagnósticos junto com as comunidades. (Molina *apud* Molina [et al.], 2009: 18)

Em seu projeto-piloto, o Residência Agrária centrou-se na formação de profissionais das Ciências Agrárias, em 15 estados da federação que já possuam experiências de formação junto ao público da política. Atualmente o Programa é “aberto para todas as universidades que desejarem apresentar suas propostas ao Pronera”. (Molina [et al.], 2009: 13)

Em 2008, registra-se um curso de Licenciatura em Artes da Universidade Federal do Piauí (UFPI), que contou com 36 alunos de 10 estados brasileiros, formados para atuar como arte-educadores nas comunidades rurais. Além de ser o primeiro curso do Pronera no Piauí, foi a primeira turma de arte-educadores do Programa. O curso levou mais tempo do que o previsto para sua finalização, por conta de problemas burocráticos.

De fato, as conquistas com os programas “não ocorrem sem enfrentamentos jurídicos e políticos” constantes, sendo inúmeros os desafios para o desenvolvimento e a consolidação da Educação do Campo. Através dos números de cursos iniciados por ano (no gráfico abaixo), nota-se uma queda gradual, chegando a apenas 6 cursos no ano de 2009. Os dados revelam o impacto direto da “ação do Tribunal de Contas da União (TCU)” que “impediu o Pronera de realizar parcerias com instituições educacionais sem fins lucrativos e efetuar o pagamento de bolsas para professores das instituições federais de ensino que atuavam no programa”. (Ipea, 2015: 12) Esta ação controladora é fruto de uma ofensiva de grupos políticos ligados aos interesses ruralistas no legislativo e no judiciário contra os movimentos sociais do campo, colocando sob suspeita todo tipo de repasse de recursos aos movimentos.

Número de cursos por ano de início (1998-2009)



Fonte: II PNERA

Uma saída para este problema foi a parceria firmada entre o Incra (por meio do Pronera) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com o aumento do repasse dos recursos para as universidades, fortalecendo o Programa Residência Agrária. De todo modo, seria preciso considerar que as burocracias dessa solução possível impõem critérios com rigores acadêmicos quanto à forma como devem ser utilizados os recursos, limitando o estabelecimento de parcerias com os movimentos sociais.

Em março de 2014, durante uma reunião da Coordenação Nacional do Residência Agrária, que tinha como pauta os resultados e os desafios do programa, registra-se que “em 2013 o investimento chegou a R\$ 40,5 milhões”, para que as instituições de ensino e pesquisa pudessem desenvolver “projetos de pesquisa e extensão rural voltados para a inovação tecnológica e o desenvolvimento de assentamentos”, resultando “na contratação de 36 projetos (em 18 estados brasileiros), voltados à formação de 1,6 mil alunos em 28 universidades em todo o País”. (Incra, 2014)

Na relação de cursos do Programa Residência Agrária disponibilizada pelo MDA, dentre os 35 cursos listados identificam-se três (3) deles que trabalham especificamente com a dimensão cultural e artística, entre outros assuntos-chave como: agroecologia (16); educação do campo (10); desenvolvimento rural, sustentável, territorial (10).

Relação dos Cursos de Especialização do Programa Residência Agrária

	Nome do Curso	Estado	Instituição de Ensino
1	Especialização em cultura popular, arte e educação do campo	CE	UFC - Universidade Federal do Cariri
2	Especialização em agroecologia, desenvolvimento rural sustentável e educação do campo	CE	UFC - Universidade Federal do Ceará
3	Especialização em extensão rural agroecológica e desenvolvimento rural sustentável	CE	UFC - Universidade Federal do Ceará
4	Especialização em capacitação e desenvolvimento em tecnologias sociais sustentáveis no semiárido paraibano	PB	UFPB - Universidade Federal da Paraíba
5	Extensão rural e especialização em agroecologia de agentes e assistência técnica	PB	UEPB - Universidade Estadual da Paraíba
6	Especialização em geração de conhecimentos e formação de recursos humanos para assistência técnica	PB	UFPB - Universidade Federal da Paraíba
7	Extensão e especialização em reforma agrária com ênfase em agroecologia	AL	UFAL - Universidade Federal de Alagoas
8	Especialização em educação do campo	PE	UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco
9	Especialização interdisciplinar em agroecologia, agroindústria e questão agrária	SE	UFS - Universidade Federal de Sergipe
10	Especialização em agroecologia aplicada em agricultura familiar	BA	EU Santa Cruz - Universidade Estadual de Santa Cruz
11	Especialização em educação do campo no PI e os desafios da política	PI	UEPI - Universidade Estadual do Piauí
12	Especialização em economia solidária e desenvolvimento territorial	RN	UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
13	Especialização em agricultura familiar e desenvolvimento territorial	PA	UFPA - Universidade Federal do Pará
14	Especialização em agroecologia, escola e organização coletiva: formação de profissionais para atuação em assentamento de Reforma Agrária	PA	UFPA - Universidade Federal do Pará
15	Especialização em questão agrária, agroecologia e educação do campo	MA	IFMA - Instituto Federal do Maranhão
16	Especialização em educação do campo e suas metodologias de ensino	RR	UERR - Universidade Estadual de Roraima
17	Especialização em matrizes produtivas da vida no campo: formação em agroecologia e cultura	DF	UnB - Universidade de Brasília (Campus Planaltina)
18	Especialização em direitos sociais do campo	GO	UFG - Universidade Federal de Goiás
19	Especialização em agroecologia e desenvolvimento rural	GO	UFG - Universidade Federal de Goiás
20	Especialização em residência agrária, agroecologia, produção e extensão rural	MS	UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados
21	Especialização em agregação de valor a produção da reforma agrária do Estado do MS	MS	UCDB - Universidade Católica Dom Bosco
22	Especialização em organização sócio-econômica e política de desenvolvimento territorial nos assentamentos de reforma agrária	MT	UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso
23	Especialização em agroecologia e desenvolvimento rural e sustentável em assentamento de reforma agrária	RJ	UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
24	Especialização em trabalho, educação e movimentos sociais	RJ	Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz
25	Especialização em estudos latino-americanos	MG	UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora
26	Especialização em questão agrária, agroecologia e agroindustrialização	MG	UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
27	Especialização em desenvolvimento territorial, trabalho, educação do campo, saberes agroecológicos	SP	UNESP - Universidade Estadual Paulista
28	Especialização em desenvolvimento territorial educação do campo em território da cidadania e assentamento de reforma agrária	SP	UNESP - Universidade Estadual Paulista
29	Especialização em educação do campo e agroecologia: uma proposta metodológica	SP	USP - Universidade de São Paulo
30	Especialização em educação do campo e agroecologia para agricultura familiar e camponesa	SP	UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
31	Especialização em geração de conhecimento e formação de recursos humanos para assessoria técnica social	RS	UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
32	Pós-graduação em agroecologia (mestrado profissional)	SC	UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
33	Especialização em produção de leite agroecológico	SC	UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul
34	Especialização em arte no campo	SC	UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina
35	Especialização em formação interdisciplinar para o trabalho em áreas de reforma agrária: educação do campo	SC	UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

Fonte: MDA dezembro de 2014

A pesquisa identificou também outros cursos que trabalham com a dimensão cultural no campo: o curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) da Universidade de Brasília (UnB), que tem duas habilitações, sendo uma delas em linguagens, e teve início em 2007 com 60 vagas; o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, com uma linha de pesquisa de mestrado em Educação, Saúde e Cultura, na UNESP, campus em São Paulo, que teve início em 2013; o curso de Licenciatura em Educação do Campo, com habilitação em Artes Visuais e Música, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), nos campus de Arraias e Tocantinópolis, com 240 vagas, que teve início em 2015.

No caso do Residência Agrária, uma análise apenas quantitativa chega à conclusão de que os cursos que trabalham com a dimensão cultural são minoria, 9% dos cursos existentes. Entretanto, ao aprofundar-se no raio de abrangência, nos métodos e conteúdos que articulam, pode-se ter alguma dimensão da potência dessas iniciativas para o desenvolvimento da dimensão cultural do campo em sua relação intrínseca com a formação humana para a razão e a transformação da realidade.

Enquanto política pública, portanto, como instrumento de luta e resistência, o Pronera e o Residência Agrária são potencialmente capazes de contribuir com a formação de “sujeitos coletivos conscientes de seu papel histórico e social”, e de trazer contribuições concretas a uma práxis que busca enfrentar a cultura do silêncio e da dominação e incidir na realidade das populações camponesas, a partir de uma formação humana consciente. (Ipea, 2015: 9) Na perspectiva da transformação, por melhores condições de ser e existir em sociedade, o desenvolvimento cultural é intrínseco ao desenvolvimento educacional e produtivo, fortalecendo novas práticas, valores e conhecimentos que partem das necessidades concretas da realidade rural. Do ponto de vista da ação e organização cultural do campo, a percepção e o desenvolvimento da relação intrínseca entre cultura, educação e produção, aparece como um desafio para aprofundar e ampliar as conquistas socioculturais com essas políticas públicas.

5.3.6 PAJUR⁸⁶

A construção do *Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural (PAJUR)* mostra-se como um processo dialógico entre órgãos da administração pública federal e movimentos sociais do campo, para a construção de uma Política Nacional para a Juventude Rural. O processo teve início em 2011 com a ativação de grupos de trabalho interministeriais e com a realização da II Conferência Nacional de Juventude e do I Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas.

Os trabalhos impulsionaram algumas ações-piloto: um edital de inclusão digital da juventude rural, em parceria com a Secretaria de Inclusão Digital, do Ministério das Comunicações (como especificado acima); um edital de articulação de grupos de economia solidária, que beneficiou 2000 jovens de 7 estados brasileiros, realizado em parceria com a Secretaria de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego; um curso de formação agroecológica e cidadã, que formou 600 jovens em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). (SNJ, 2014)

A formação agroecológica e cidadã atuou para despertar nos jovens participantes, de diferentes comunidades e municípios, a vontade de interação e a troca de conhecimentos, bem como uma consciência de seus direitos e a afirmação de sua identidade. E despertou o desejo e o interesse por continuar a formação, pois muitos dos jovens que participaram desse projeto-piloto se inscreveram também para participar do processo formativo de uma ação seguinte, o *Residência Agrária Jovem*.

Em 2014, como desdobramento das articulações e dos projetos-piloto desenvolvidos, os objetivos do programa configuraram-se em ações para fortalecer a autonomia econômica e social dos jovens do campo, a partir de três frentes de trabalho: 1) a ampliação do acesso às políticas públicas e aos direitos sociais; 2) a formação cidadã com base nos princípios agroecológicos e do desenvolvimento sustentável; 3) o estímulo a projetos produtivos para geração de renda e permanência dos jovens no campo. (SNJ, 2014)

⁸⁶ Informações organizadas com base na análise dos documentos levantados e nas entrevistas realizadas com Elisa Guaraná, Coordenadora de Políticas Transversais da SNJ, e com Maria Helena, jovem liderança kalunga, estudante do Curso de Educação do Campo da UnB e participante como monitora do Curso de Formação Agroecológica e Cidadã da SNJ em parceria com a UnB.

O PAJUR consegue reunir e, em alguns casos, gerar formas de atuação que desenvolvem o processo de fortalecimento da autonomia econômica dos jovens em relação ao processo de desenvolvimento da dimensão cultural do campo. Na primeira frente de trabalho do programa, destacam-se as iniciativas previstas de inclusão digital e de cultura rural, com pontos de conexão Gesac e um edital público de Pontos de Cultura para a juventude rural. Na segunda frente de trabalho destaca-se o *Residência Agrária Jovem*, uma parceria do Incra, da SNJ e do CNPq, focada na capacitação profissional e tecnológica de jovens rurais, estudantes no nível médio.⁸⁷ Nesse caso, a chamada para projetos de pesquisa científica e tecnológica previu, em uma das possíveis linhas de desenvolvimento, ações em comunicação, arte e cultura. No total, foram 34 projetos aprovados, com um investimento de cerca de R\$ 22,4 milhões. Na terceira frente de trabalho, destaca-se o edital para apoio a iniciativas que buscam estruturar empreendimentos econômicos coletivos de grupos de jovens rurais. O edital prevê projetos com foco na “produção e/ou beneficiamento e/ou comercialização de produtos não agrícolas”, capazes de fomentar a geração de renda com iniciativas culturais.⁸⁸ Esta ação foi realizada em parceria com a Fundação Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com um investimento total de R\$ 5 milhões.

Ainda que incipiente, o PAJUR articula iniciativas intersetoriais e temáticas relevantes, na direção de um desenvolvimento da realidade camponesa em diversas dimensões, comprometido com mudanças nas condições de vida da juventude rural. Iniciativas estas que precisam ser aprofundadas e ampliadas para atingirem seu objetivo social e consolidarem-se como políticas de Estado mais amplas.

⁸⁷ Conforme chamada MCTI/MDA- INCRA/CNPq N° 19/2014, para o fortalecimento da juventude rural.

⁸⁸ Conforme edital de seleção pública número 2015/008 Juventude Rural, de abril de 2015.

5.3.7 Resumo das informações

Ação cultural do Estado	Instituição de fomento	Objetivo	Especificações	Público beneficiado	Início	Orçamento
Programa Cultura Afro-Brasileira	MinC	Preservar e promover a cultura, a memória e o patrimônio afro-brasileiros. Destacam-se as ações de reconhecimento, regularização fundiária e proteção de territórios remanescentes de quilombos.	Ação coordenada pela FCP, instituição pública fundada em 1988, vinculada ao MinC. As ações de certificação de comunidades quilombolas reconhecem seus direitos e dão acesso aos programas sociais do governo federal. Até o ano de 2014 a FCP emitiu 2.431 certificações para comunidades quilombolas.	Sociedade em geral, com prioridade para as comunidades rurais e urbanas de tradição africana.	2003	R\$ 55,6 milhões de 2003 a 2008.
Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva	MinC	Ampliar o acesso da população brasileira aos meios de produção, circulação e fruição cultural por meio do fomento e parceria com entidades, grupos e coletivos artísticos e culturais.	Conforme a base de dados dos Pontos de Cultura, sistematizados pela COGIN do MinC, informada em dezembro de 2014, existem 94 Pontos de Cultura Rural, o que representa 2,74% do total dos pontos de cultura conveniados e sistematizados (3.422 Pontos de Cultura).	Populações em situação de vulnerabilidade social e com reduzido acesso aos meios de produção, registro, fruição e difusão cultural, que requeiram maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais. É, portanto, uma ação que abrange as populações do campo.	2004	R\$ 410,4 milhões de 2004 a 2014.
Programa Identidade e Diversidade – Brasil Plural	MinC	Valorizar a diversidade das expressões culturais nacionais, garantindo a inclusão cultural por meio do acesso a mecanismos de apoio, promoção e intercâmbio cultural, considerando características identitárias por gênero, orientação sexual, grupos etários, de portadores de necessidades especiais, étnicos e em especial das culturas populares.	De 2005 a 2010, o programa realizou 18 editais, contemplando 1.673 projetos. A soma dos recursos dos editais para culturas populares e indígenas totaliza cerca de R\$ 14,2 milhões. A partir da regulamentação da Lei Cultura Viva (2015), devido a uma proximidade conceitual, o Programa Cultura Viva assumiu os objetivos de garantir a “diversidade cultural brasileira” do Programa Brasil Plural.	Grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade cultural brasileira, dentre elas: culturas populares, indígenas, ciganas, LGBT, da juventude, de idosos. É, portanto, uma ação que abrange as populações do campo.	2005	R\$ 22,6 milhões de 2005 a 2010.
Programa Mais Cultura nas Escolas	MinC/MEC	Fomentar ações conjuntas entre escolas e artistas e/ou instituições culturais, com o objetivo de promover o encontro, o diálogo e as vivências entre as práticas artísticas e culturais existentes nas comunidades e o projeto pedagógico de escolas públicas de educação integral.	Segundo o SiMEC, das 14 mil escolas inscritas no programa, 3.945 são escolas rurais (28% do total de inscrições). Dos 5 mil projetos selecionados, 1.293 são em escolas rurais (26%). Considerando o valor médio previsto de R\$ 21.000,00 por projeto, o montante destinado para as escolas públicas rurais será de R\$ 27 milhões.	Escolas públicas contempladas com os Programas "Mais Educação" e "Ensino Médio Inovador", bem como as iniciativas culturais parceiras. É, portanto, uma ação que abrange as populações do campo.	2014	Cerca de R\$ 100 milhões.
Programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão - GESAC	MC	Possibilitar a inclusão digital por meio do fornecimento gratuito de conexão à internet em banda larga (via terrestre e satélite) a espaços públicos e comunidades de regiões remotas do país, sobretudo onde não existe outra possibilidade de acesso.	Ação de maior capilaridade do MC no âmbito rural. Segundo a lista de dezembro de 2014, o GESAC beneficia cerca de 2.770 pontos de conexão na zona rural, o que representa 35% dos pontos contratados na ocasião (7.952). Em termos orçamentários representa cerca de R\$ R\$ 16 milhões para pontos de conexão na zona rural. Os valores para manutenção dos pontos variam de acordo com a localização, a velocidade e a tecnologia empregada.	Direcionado às comunidades em estado de vulnerabilidade social, que não têm outro meio de acesso à internet. Dentre os espaços prioritários estão: telecentros, escolas, assentamento rurais, unidades de saúde, aldeias indígenas, postos de fronteira e quilombos. É, portanto, uma ação que abrange as populações do campo.	2002	O valor para a manutenção de 7.952 pontos em 2015 será cerca de R\$ 47 milhões.

Ação cultural do Estado	Instituição de fomento	Objetivo	Especificações	Público beneficiado	Início	Orçamento
Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades - Telecentros.BR	MC	Desenvolver ações que possibilitem a implantação e a manutenção de telecentros públicos e comunitários em todo o território nacional. Prevê variações de opções de apoio a telecentros já existentes, novos, ou potenciais centros de inclusão que não dispõem de conexão.	O Programa Telecentros.BR lançou sua primeira e única chamada em 2010. Desde 2011, o responsável pelas atribuições de operacionalização das ações do Programa é a SID, do MiniCom. De 2011 a 2014, de 1.527 telecentros operacionalizados em funcionamento 522 (34%) são na zona rural.	Órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta, bem como entidades privadas sem fins lucrativos, responsáveis pela indicação, implantação e manutenção dos telecentros. É, portanto, uma ação que abrange as populações do campo.	2010	R\$ 25,3 milhões para 1.527 telecentros.
Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA	MDA/Incra	Oferecer educação formal aos jovens e adultos beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, em todos os níveis de ensino.	As ações do Pronera são aplicadas nos níveis de educação de jovens e adultos (EJA), do ensino médio e técnico profissionalizante, do ensino superior de graduação e pós-graduação. No período de 1998 a 2011, o Pronera promoveu a realização de 320 cursos, envolvendo 82 instituições de ensino em 880 municípios, em que foram registrados 82.895 educandos concluintes.	Instituições de ensino, pesquisa e extensão, públicas e privadas, sem fins lucrativos, com ações voltadas para jovens e adultos que vivem em áreas da Reforma Agrária.	1998	R\$ 36 milhões em 2014.
Programa Residência Agrária	MDA/Incra	Formação e qualificação profissional que busca oferecer condições de estágio, de vivência e de especialização para estudantes universitários, por meio de cursos (latu sensu).	Dentre os 35 cursos existentes, identificam-se 3 que trabalham especificamente com a dimensão cultural e artística e que surgiram entre 2012 e 2013, sendo um na Universidade Federal do Cariri, um na UnB (Campus Planaltina) e um na Universidade do Estado de Santa Catarina.	Estudantes universitários originários ou que atuam em áreas de reforma agrária e de agricultura familiar.	2004 /2012	R\$ 40,5 milhões em 2013.
Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural (PAJUR)	SNJ	Desenvolver ações para fortalecer a autonomia econômica e social dos jovens do campo por meio: i) da ampliação do acesso às políticas públicas e aos direitos sociais; ii) da formação cidadã com base nos princípios agroecológicos e do desenvolvimento sustentável; iii) do estímulo a projetos produtivos para geração de renda e permanência dos jovens no campo.	O PAJUR articula iniciativas intersetoriais relevantes, tais como o Programa de Inclusão Digital da Juventude Rural e o Programa Residência Agrária Jovem, abaixo detalhados.	Juventude rural, com foco nos jovens assentados da Reforma Agrária, da Agricultura Familiar Camponesa, quilombolas e dos povos e comunidades tradicionais rurais, jovens que vivem em territórios com alto índice de extrema pobreza.	2014, com ações-piloto desde 2011	Investimento varia por ação e parceria estabelecida.
Programa de Inclusão Digital da Juventude Rural	SNJ/MC	Apoiar projetos de extensão universitária, voltados para a capacitação da juventude rural, no âmbito da inclusão digital, para o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC, respeitando a diversidade cultural e regional.	Em 2011 foram contemplados 43 projetos em 18 estados, contando com 6.400 jovens capacitados. Uma segunda etapa focou em 3 projetos, que em sua primeira execução contaram com o reconhecimento dos movimentos sociais e que tiveram êxito com uma metodologia que pode ser aplicada em outras escolas, assentamentos rurais e aldeias indígenas. Dois deles estão em sua terceira edição, implantados em diferentes regiões do território nacional.	Universidades Federais e Institutos Federais de Ensino Superior (IFES) com ações voltadas para a juventude rural.	2011	R\$ 10 milhões para a Chamada Pública de 2011.
Residência Agrária Jovem	SNJ/Incra/CNPq	Apoiar projetos de pesquisa que visem promover capacitação profissional e extensão tecnológica e inovadora para jovens estudantes do nível médio, considerando os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação do Campo e do Pronera.	A chamada para projetos de pesquisa científica e tecnológica previa, em uma das possíveis linhas de desenvolvimento, ações em comunicação, arte e cultura. No total, foram 34 projetos aprovados, envolvendo 27 instituições de ensino superior.	Universidades Federais e Institutos Federais de Ensino Superior (IFES) com ações voltadas para a juventude rural.	2014	R\$ 22,4 milhões.

Segue lista com os referenciais dos dados e informações utilizados:

Ação do Estado	Instituição de fomento	Início	Referenciais utilizados
Programa Cultura Afro-Brasileira	MinC	2003	Relatório de avaliação PPA 2000-2003 - Avança Brasil < http://www.abrasil.gov.br >; Relatório de Avaliação PPA 2004-2007. MP, 2008; Relatório de Avaliação PPA 2008-2011: ano base 2008. MP, 2009; Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015: ano base 2013. MP, 2014; Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003; Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007; Decreto nº 6.261, de 20 de novembro de 2007; Instrução Normativa nº 57, de 20 de outubro de 2009; Relatório de atividades 2000. FCP, 2000; Relatório de gestão 2001. FCP, 2002; Site da FCP < http://www.palmares.gov.br >; Site do MinC < http://www.cultura.gov.br >; Site da SEPIIR < http://www.seppir.gov.br >.
Programa Nacional de Promoção da Cidadania e da Diversidade Cultural – Cultura Viva	MinC	2004	Relatório de Avaliação PPA 2004-2007. MP, 2008; Portarias: nº 156, de 06 de julho de 2004 e nº 82, de 18 de maio de 2005; Sistema de Informações ao Cidadão – e-SIC; Rede Cultural da Terra valoriza arte do campo. Agência Brasil, 2004; Entrevista com o então Diretor da Cidadania e da Diversidade Cultural, Pedro Vasconcellos; Levantamento de dados e informações com a Coordenação de Gestão de Informação – COGIN, Allan Nenes; Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, regulamentada em abril de 2015; Site do MinC < http://www.cultura.gov.br >.
Programa Identidade e Diversidade – Brasil Plural	MinC	2005	Relatório de Avaliação PPA 2004-2007. MP, 2008; Plano setorial para as culturas populares. MinC, 2012; Entrevista com o então Diretor da Cidadania e da Diversidade Cultural, Pedro Vasconcellos; Balanço do Programa Identidade e Diversidade Cultural – Brasil Plural: editais públicos 2005 a 2010. MinC, [2011]; Site do MinC < http://www.cultura.gov.br >.
Programa Mais Cultura nas Escolas	MinC/MEC	2014	Site do MEC: < http://portal.mec.gov.br >, link direto: < http://migre.me/riSPr >; Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007; Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010; Programa Mais Cultura nas Escolas: manual de desenvolvimento das atividades e Guia de Perguntas e Respostas Frequentes. MinC, MEC, 2014; Resolução nº 4 de 31 de março de 2014; Site do MinC < http://www.cultura.gov.br/maisculturanasescolas >; Dados do programa (via SiMEC) obtidos com Carla Carusi Dozzi, Diretora de Educação e Comunicação para a cultura, do MinC.
Programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão – GESAC	MC	2002	Site do MC < http://www.mc.gov.br >; Entrevista com o então Diretor do Departamento de Articulação e Formação da Secretaria de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações, Cristiano Passos; TIC centros públicos de acesso 2013: pesquisa sobre uso de telecentros no Brasil. CGI.br, 2014.
Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades – Telecentros.BR	MC	2010	Decreto nº 6.991, de 27 de outubro de 2009; Portaria Interministerial MP/MCT/MC nº 535, de 31 de dezembro de 2009, DOU 04.01.2010; Seleção Pública de parcerias - MP/MCT/MC – nº 1/2010; Site do MC < http://www.mc.gov.br >; Entrevista com o então Diretor do Departamento de Articulação e Formação da Secretaria de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações, Cristiano Passos; TIC centros públicos de acesso 2013: pesquisa sobre uso de telecentros no Brasil. CGI.br, 2014.

Ação do Estado	Instituição de fomento	Início	Referenciais utilizados
Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA	MDA/Incra	1998	Site do Incra < http://www.incra.gov.br >; Site do MDA < http://www.mda.gov.br >; Portaria Nº. 10 de 16 de abril de 1998; Portaria/Incra/nº 837 de 2001; Portaria/Incra/Nº 282 de 16/4/2004; Artigo 33 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009; Decreto nº 7.352/2010; Educação do campo e formação profissional: a experiência do Programa Residência Agrária. MDA, 2009; Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera): manual de operações. MDA, 2014; Dicionário da Educação do Campo. Caldart, 2012; Entrevista com integrante do MST e professor da Licenciatura em Educação do Campo da UnB, Rafael Litvin Villas Bôas; Programa de educação na reforma agrária atendeu mais de 17 mil pessoas em 2014. TV NBR, 2015; Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária (II PNERA). Ipea, 2015.
Programa Residência Agrária	MDA/Incra	2004 /2012	Site do Incra < http://www.incra.gov.br >; Site do MDA < http://www.mda.gov.br >; Educação do campo e formação profissional: a experiência do Programa Residência Agrária. MDA, 2009; Relação dos cursos de especialização do Programa Residência Agrária. MDA, 2014; Blog Curso Residência Agrária na UnB < https://matrizesprodutivasdavidanocampo.wordpress.com >; Entrevista com integrante do MST e professor da Licenciatura em Educação do Campo da UnB, Rafael Litvin Villas Bôas; Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária (II PNERA). Ipea, 2015.
Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural (PAJUR)	SNJ	2014, com ações piloto desde 2011	Site SNJ < http://juventude.gov.br >; Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural (PAJUR). SNJ, 2014; Entrevista com a então Coordenadora de Políticas Transversais da SNJ e professora da UFRRJ, Elisa Guaraná; Entrevista com jovem liderança kalunga, participante do Curso de de Formação Agroecológica e Cidadã da SNJ em parceria com a UnB, Maria Helena; Edital de seleção pública número 2015/008 Juventude Rural, de abril de 2015.
Programa de Inclusão Digital da Juventude Rural	SNJ/MC	2011	Site SNJ < http://juventude.gov.br >; Site do MC < http://www.mc.gov.br >; Entrevista com o então Diretor do Departamento de Articulação e Formação da Secretaria de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações, Cristiano Passos; Entrevista com a então Coordenadora de Políticas Transversais da SNJ e professora da UFRRJ, Elisa Guaraná; Chamada Pública nº 01/2011, de 11 de outubro de 2011.
Residência Agrária Jovem	SNJ/Incra/CNPq	2014	Site SNJ < http://juventude.gov.br >; Site do Incra < http://www.incra.gov.br >; Entrevista com a então Coordenadora de Políticas Transversais da SNJ e professora da UFRRJ, Elisa Guaraná; Chamada MCTI/MDA- INCRA/CNPq Nº 19/2014 – Fortalecimento da Juventude Rural.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No exercício do conhecimento, entendendo-o como processo, nessas considerações finais volta-se ao ponto de partida, reconectando caminhos diversos e significantes da busca por conhecer mais a fundo as *políticas culturais* e a *cultura do campo*. Caminhos que fundamentam o nosso objetivo, de verificar a existência de políticas públicas para a cultura do campo no Brasil. Os indícios a que se chega precisariam ser compreendidos também como rumos para a continuidade da pesquisa, no sentido de aprofundá-la, aprimorá-la.

Nesse exercício, a busca teórico-conceitual funciona como uma caixa de ferramentas, operando um ato de conhecer determinada realidade em permanente mutação. Recorremos a palavras-chave e ideias centrais para uma visão da “história global”, sem pretensão alguma de tê-la, mas no movimento por uma consciência de certas particularidades dos quatro “conjuntos” ou “sistemas” – o social, o econômico, o político e o cultural –, de suas relações e influências no processo de formação do Estado e da sociedade.

Consciente da necessidade desses “sistemas” de reproduzir as condições de produção, apreendemos como são articulados por formas hegemônicas de *representação da realidade*. Marx, Gramsci, Braudel, Williams, Paulo Freire, de modos diferentes, por vezes complementares, nas suas singularidades e complexidades, nos revelam que essas formas hegemônicas instituem ideias e valores ao conjunto da sociedade, para manter e reproduzir os interesses dos que dominam. Abrem-se caminhos para entender as relações entre a produção de ideias e conhecimentos e a estrutura social, política e econômica. Evidencia-se a importância da esfera sociocultural, onde se dá a *existência real dos homens* enquanto um processo dinâmico: um complexo de experiências, relações e atividades que, na perspectiva da ação humana consciente, tem capacidade de enfatizar a realidade da dominação, na luta contra a exploração e a opressão humana.

No processo histórico-social brasileiro, reconhecemos o predomínio de certas formas de atuação do Estado: autoritárias, sem participação popular e distantes dos problemas reais da população. Ações que têm como característica fundamental a *invasão cultural*, atuação que implica a superposição de uma visão de mundo sobre outras, incidindo para a manutenção da ordem hierárquica da sociedade, sua estrutura de privilégios, poder e dominação. A hierarquia social é alimentada por uma *cultura da dominação*, processo pelo qual a cultura dominante

faz prevalecer sua forma de desenvolvimento, seus valores e ideias, sendo interiorizada, aceita e reproduzida.

O desenvolvimento das ações culturais do Estado brasileiro é marcado pelas fissuras na estrutura social colonial e a entrada do país na era moderna, processo que se deu com a constituição do Estado-nação, a expansão do sistema capitalista industrial-urbano e o desenvolvimento da civilização e da cultura nesse novo contexto. As prioridades de atuação do Estado nacional voltaram-se para as dinâmicas urbanas e industriais, afirmando a centralidade da lógica capitalista industrial na vida econômica e a centralidade das cidades na vida cultural. Como mecanismo de atuação para a manutenção da ordem social hierárquica, as camadas populares foram objetificadas; seus conhecimentos, suas formas de viver e organizar o mundo foram desqualificados, com a sobreposição de valores e ideias da cultura dominante, baseados na cultura erudita, na racionalidade técnico-científica e na lógica do mercado. Nesse processo modernizador, o mundo rural foi “desterritorializado”, projetado conforme melhor pudesse se adequar e atender aos propósitos do desenvolvimento capitalista industrial-urbano, crescentemente como “polo de expansão do agronegócio”. Nessa dinâmica do progresso a qualquer custo, os indícios históricos permitem entender os motivos do Brasil ser mais rural do que imagina e projeta no desenvolvimento de suas políticas públicas.

Ainda que seja necessário ter consciência das ambivalências que o advento da industrialização suscita, o desafio que permanece está em não reforçar ou cair em falsas oposições, tais como rural ou urbano, tradicional ou moderno, mesmo porque “interessa tanto aos setores hegemônicos como aos populares [...] apropriar-se dos benefícios da modernidade”. (Canclini, 2011:XXII) A complexidade contemporânea, intensificada pelas indústrias culturais e os processos de hibridação, amplia as dificuldades de determinar a distinção entre o campo e a cidade, ou mais especificamente entre a cultura rural e a cultura urbana. Vale ressaltar o que está em questão para a continuidade da pesquisa: pensar na especificidade de uma política pública para a cultura produzida no campo, voltada para os assentamentos e as comunidades rurais em situação de vulnerabilidade, dos excluídos de exercer seus direitos culturais.

Quanto ao contexto histórico político-cultural brasileiro, com a pesquisa apreende-se os desafios para uma *organização cultural da sociedade*, capaz de contestar e pôr em discussão a estrutura social e as relações de poder estabelecidas. Evidencia-se como o desenvolvimento da ação cultural do Estado nacional, ao manter sentidos e valores a serviço da dominação e da

exploração humana, limitam e impedem as organizações culturais, do campo e da cidade, de exercerem seu poder de transformação da realidade opressora.

Podemos ter alguma dimensão desse controle e repressão quando tomamos consciência da potência daquele contexto democrático pós-Segunda Guerra Mundial, imbuído de uma ampla contribuição teórica e prática capaz de reafirmar os princípios humanistas e as lutas contra as formas de dominação e desigualdade; entendendo que a atuação do Estado não podia mais desconsiderar a diversidade cultural da sociedade; estabelecendo perspectivas concretas de enfrentamento da sobreposição de uma visão de mundo sobre outras; reivindicando um projeto nacional popular de mudanças profundas. Como um exercício de imaginação política, podemos pensar o que a ampliação daquela rede de organização cultural da sociedade poderia ter gerado, se não fosse brutalmente interrompida pelo golpe militar de 1964. Também podemos ter consciência de que para os agentes do golpe e os segmentos sociais que representavam, toda aquela efervescência cultural potencialmente transformadora significava uma ameaça à ordem e ao poder estabelecido.

A compreensão da dimensão política da atuação cultural do Estado traz consciência aos diferentes objetivos e às influências ideológicas na orientação do desenvolvimento das políticas culturais no contexto nacional. Dentre as ações culturais do Estado brasileiro, identificam-se: i) ações para a regulação e o desenvolvimento econômico do setor, em que há uma tendência, própria do modo de produção hegemônico, de entender e promover a cultura como mercadoria; ii) ações voltadas para a identidade e a preservação do patrimônio cultural brasileiro, bem como ações de fomento a bens e serviços culturais tidos como patrimônio da humanidade, em que prevalecem certas perspectivas iluministas e civilizatórias, no sentido de garantir às populações “desprovidas” de cultura o acesso à arte e ao conhecimento; iii) ações de reconhecimento e valorização da diversidade e da democracia cultural, que partem de um entendimento da cultura como capacidade de desenvolvimento e como direito comum a todos os indivíduos. Essas últimas ações são recentes e incipientes em nossa história política cultural, mas potencialmente capazes de enfrentar os desafios históricos de nossa formação social, alimentando novas perspectivas para o desenvolvimento cultural.

O contexto histórico das políticas culturais brasileiras revela o predomínio de ações que funcionalizam a cultura para o controle ideológico da classe dominante e a manutenção da estrutura social e política. Da política do Estado Novo – que reforça o nacionalismo, a harmonia entre as classes e todo um padrão cultural hegemônico –, à implantação de um

regime repressor e manipulador como reação às conquistas populares com o contexto democrático e a organização cultural da sociedade. Ressalta-se como esta funcionalização se atualiza no tempo, com a nova dinâmica do modelo gerencial neoliberal, que estabelece o mercado como regulador do campo cultural. A dinâmica neoliberal constitui um problema estrutural contemporâneo: a redução das políticas culturais aos mecanismos de isenção fiscal, concentrando o fomento e a valorização da produção simbólica em um setor reduzido, em conformidade com os princípios e valores da economia de mercado.

Diante desse problema estrutural, considerando as principais ações do Ministério da Cultura mapeadas pela pesquisa – que em seus objetivos abrangem as populações rurais –, uma análise necessária da ordem dos recursos investidos, em comparação com os recursos disponíveis para o mecanismo de renúncia fiscal da Lei Rouanet, evidencia o predomínio deste último e a fragilidade das outras ações. Enquanto o investimento na Lei Rouanet aumenta crescentemente, os recursos para o Programa Cultura Viva decrescem a partir da crise de 2008.

Recurso investido por ação cultural do MinC - 2004 a 2014

Ano	Programa Cultura Viva	Programa Brasil Plural (somente editais)	Programa Mais Cultura nas Escolas	Lei Rouanet (renúncia fiscal)
2004	8.296.444,23	-	-	442.947.429,81
2005	53.452.858,76	2.350.931,21	-	635.953.073,57
2006	20.901.090,71	2.356.673,45	-	762.275.075,01
2007	180.474.551,46	6.685.162,24	-	884.054.482,34
2008	65.773.189,11	2.650.273,76	-	878.232.868,18
2009	32.678.120,64	3.867.000,00	-	894.363.041,54
2010	23.599.554,00	4.682.000,00	-	1.063.676.139,32
2011	9.619.503,27	-	-	1.225.208.649,03
2012	675.000,00	-	-	1.194.949.052,81
2013	15.000.000,00	-	-	1.195.079.267,35
2014	*	-	100.000.000,00	1.260.614.124,41
Total	410.470.312,18	22.592.040,66	100.000.000,00	10.437.353.203,37

* informação não encontrada

Fonte de dados: MinC, [2011], 2014, 2015a; MinC, MEC, 2014.

Ainda que existam iniciativas relevantes para enfrentar as exclusões e opressões históricas do nosso processo sociocultural, prevalece na atualidade uma política cultural distante da existência social real das populações que vivem no campo. As políticas culturais

predominantes – as leis de incentivo à cultura – são distantes da realidade das populações camponesas, tanto pelos limites da sua forma de funcionamento, dependente das demandas e interesses do mercado, quanto por seus limites burocráticos, que restringem o fomento à produção cultural em um setor reduzido, especializado nas técnicas de um “modo de fazer” cultura específico.

No trabalho empírico da pesquisa, com o levantamento e a análise das ações culturais do Estado no âmbito rural, verificou-se que não há, no Brasil, nenhuma política sistemática formulada especificamente para a cultura do campo. O que existe são programas e ações com objetivos de outra natureza, que acabam abrangendo o desenvolvimento cultural das populações camponesas. As ações mapeadas no MinC que apoiam diretamente as práticas culturais rurais não são específicas a essas populações, enquanto que as ações mapeadas em outros Ministérios desenvolvem indiretamente a dimensão cultural do campo, por meio da formação humana (Pronea, Residência Agrária), da inclusão digital (GESAC, Telecentros), do fortalecimento da autonomia econômica (PAJUR). Quando entramos nos detalhes das ações, podemos ter a dimensão das dificuldades que as populações do campo têm para o fomento de suas práticas culturais, o que pode ser verificado, por exemplo, no registro de apenas 94 Pontos de Cultura Rural (2,74%), no universo de mais de 3.400 pontos de cultura conveniados e sistematizados pela Coordenação de Gestão da Informação do Ministério da Cultura (COGIN/MinC). Cabe ainda ressaltar que, dos programas que apoiam diretamente as práticas culturais rurais, o Cultura Viva é a ação mais antiga e de maior impacto orçamentário.

Considerando a informação oficial de que cerca de 30 milhões de pessoas vivem no campo, pode-se afirmar que os apoios existentes às práticas culturais rurais são escassos, perto da demanda existente, e enfrentam inúmeras dificuldades para se desenvolver e se consolidar: dificuldades jurídicas, burocráticas, financeiras, políticas, que restringem as possibilidades de desenvolvimento cultural do campo. Se considerarmos uma visão mais ampla e real do mundo rural – que não se limita à visão oficial do desenvolvimento territorial brasileiro –, bem como as injustiças e desigualdades que marcam nossa formação sociocultural, fica ainda mais evidente a urgência de políticas públicas para a cultura do campo.

A pesquisa revela, também, que praticamente todos os programas levantados possuem esforços de mapeamento das iniciativas culturais no âmbito de suas atuações. Um desafio é a integração dessas informações com um olhar para o rural, no sentido de localizar e

potencializar focos de resistência atuantes nesse contexto, bem como de revelar territórios de ausência de ações culturais do Estado. No caso das ações do MinC, os esforços de mapeamento compõem a iniciativa de consolidar um Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, para servir de base às decisões e prioridades do Estado. Deve-se ter em mente que o conhecimento necessário dessa realidade pulsante e invisibilizada precisa considerar as relações de poder e dominação existentes, bem como a autonomia e as necessidades concretas das populações que vivem no campo. Caso contrário, o conhecimento pode voltar-se ao controle e repressão, que historicamente reforçam a realidade da dominação.

Vale dizer que o tom descritivo no trabalho empírico da pesquisa reflete os limites dos materiais levantados, institucionais e governamentais na sua maioria. Pensando na continuidade da pesquisa será necessário aprofundar-se em outros materiais, que possibilitem um olhar mais complexo e analítico, na perspectiva da organização cultural do campo potencialmente capaz de concretizar o papel da cultura na transformação da sociedade.

Temos consciência das potências do novo contexto de redemocratização do país, bem como dos limites impostos pelo modelo de desenvolvimento neoliberal à reorganização cultural da sociedade e ao seu potencial de transformação. Limites que exercem pressões mas não são absolutos e estáticos, de modo que a ação cultural como a entendemos – pela perspectiva libertadora, dialógica, crítica e transformadora –, pode gerar fissuras na estrutura dominante. Nesse sentido, reconhecemos os esforços que partem de um conceito amplo de cultura, com ações do Estado voltadas para a democracia e a cidadania cultural, que implementam institucionalizações para uma gestão compartilhada entre o Estado e a sociedade, bem como ações que desvelam os privilégios da produção e do consumo cultural da classe dominante – mas que de fato, não os enfrenta e transforma, como por exemplo, todo o processo de reformulação da lei de incentivo restrito ao campo simbólico.

Os esforços mobilizadores de uma consciência pública e política compõem um modelo de governo conciliatório, imerso em contradições, que, por sua vez, são próprias de uma lógica do sistema capitalista dependente do poder estatal. Por isso, entendemos as ações do Estado existentes para a cultura do campo como fruto das disputas e pressões empreendidas pelas lutas sociais históricas, de sujeitos que reivindicam os direitos culturais como direitos humanos fundamentais, nesse sentido, como resistências e campo de disputas, em um contexto contraditório e complexo.

A realidade social não existe por acaso, mas como produto da ação humana. Temos consciência de que a ação e a organização cultural do Estado e da sociedade podem manter as relações de poder e dominação que legitimam e naturalizam a estrutura desigual e de privilégios estabelecida, ou podem enfatizar a realidade opressora, atuando para a sua transformação. É no movimento de conhecimento e recusa das formas hegemônicas de representação da realidade que surgem novas formas de consciência do mundo rural. Essa resistência à cultura da dominação pressupõe a ressignificação da realidade a partir da perspectiva da vida e do cotidiano do campo. A superação de uma visão do mundo rural que reproduz a realidade da dominação implica o desenvolvimento de *políticas públicas para a cultura do campo*, enquanto práticas democráticas pensadas e repensadas a partir da realidade e das especificidades da vida no campo, práxis com capacidade de incidir nas contradições e injustiças que se processam na estrutura social.

Antes do fim, para a continuidade da pesquisa, uma afirmação central: existem caminhos consistentes, teóricos e práticos, para o desenvolvimento da dimensão cultural do mundo rural. No campo teórico citamos a perspectiva materialista da cultura, a ação cultural e a educação de caráter libertário, crítico e transformador, e no campo prático das políticas públicas, citamos o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Caminhos que precisam ser continuamente aprofundados em uma práxis capaz de contribuir para a criação de uma nova gramática sociocultural, de ação, organização e relação entre o Estado e a sociedade, que parte da realidade concreta, reconhecendo comunidades diversas, plurais e voltando-se, na prática política, ao aperfeiçoamento da convivência humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. Introdução: o cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: ____ (org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 15-57.
- ANDRADE, M. O Movimento Modernista. In: Berriel (org.). *Mário de Andrade hoje*. São Paulo: Ensaio, 1990. p. 15-39.
- ____. Café. In: *Poesias completas*. 3 ed. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1972. p. 317-375.
- ANDREWS, C. Da Década Perdida à Reforma Gerencial: 1980-1998. In: Andrews, C.; Bariani, E. (org.), *Administração pública no Brasil: breve história política*. São Paulo: Editora Unifesp, 2010. p. 85-118.
- ARRIGHI, G. O Longo século XX: Dinheiro, Poder e as Origens do Nosso Tempo. São Paulo: Unesp, 1996.
- BARATTA, G. Antonio Gramsci em contraponto: diálogos com o presente; tradução Jaime Clasen. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- BARBATO JUNIOR, R. Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo. In: *Sociedade brasileira de sociologia, grupo de pensamento social brasileiro*, 2004. [pdf] Disponível em <<http://migre.me/qFbf0>>. Acesso em 5 de julho de 2015.
- BASTOS, A. Rede Cultural da Terra valoriza arte do campo. Agência Brasil: Empresa Brasil de Comunicação, 2004. Disponível em <<http://migre.me/qJIDO>> Acesso em 20 de junho de 2015.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de Política; tradução de Carmen C. Varriale... [et al.], v. 1. 6 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.
- ____. Dicionário de Política; tradução de Carmen C. Varriale... [et al.], v. 2. 10 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- BOBBIO, N. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo; tradução de Marco Aurélio Nogueira. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BOTELHO, A. De olho em Mário de Andrade: uma descoberta intelectual e sentimental do Brasil. São Paulo: Claro enigma, 2012.
- BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]: Brasília, 2007. Disponível em: <<http://migre.me/rs9Rl>>. Acesso em 20 de julho de 2015.

____. Lei nº 13.018 de 22 de julho de 2014. Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]: Brasília, 2014. Disponível em: <<http://migre.me/qQexE>>. Acesso em 20 de julho de 2015.

____; MinC. Portaria nº 156 de 06 de julho de 2004. Cria o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva. Brasília, 2004. Disponível em: <<http://migre.me/rswqe>>. Acesso em 20 de julho de 2015.

BRAUDEL, F. Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII, v. 2. Os jogos das trocas; tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996a.

____. Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII, v. 3. O tempo do mundo; tradução de Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996b.

BUSTAMANTE, E. Introducción: la creatividad... contra la cultura? In: ____ (org.). *Las industrias creativas: amenazas sobre la cultura digital*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2011. p. 15-19.

CALDART, R. Educação do campo. In: ____ [e outros] (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CANCLINI, N. Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade.; tradução de Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

CAVALCANTE, P. O Plano Plurianual: resultados da mais recente reforma do planejamento e orçamento no Brasil. In: *Revista do serviço público*. vol. 58. n. 2. Brasília: ENAP, 2007. p. 129-150.

CENTRO DE ESTUDOS E CULTURAS DO MUNDO RURAL. Mundo Rural. Disponível em <<http://www.cecmundorural.com.br>>. Acesso em 03 de abril de 2015.

Centro Popular de Cultura (CPC). In: Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em <<http://migre.me/qFc7l>>. Acesso em 5 de julho de 2015.

CGI.br. TIC centros públicos de acesso 2013: pesquisa sobre uso de telecentros no Brasil. São Paulo: CGI.br, 2014.

CHAUÍ, M. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Ed. Moderna, 1980.

____. Conformismo e resistências: aspectos da cultura popular no Brasil. 4 ed. São Paulo: Editora brasiliense, 1989.

____. Cidadania cultural: o direito à cultura. 1 ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

____. [e outros]. Política cultural. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984. (Tempo de Pensar, 1)

COUTINHO, N. Cultura e sociedade no Brasil: ensaio sobre ideias e formas. 4 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CUNHA, N. Dicionário Sesc: a linguagem da cultura. São Paulo: Perspectiva: Sesc São Paulo, 2003. p. 4-7.

EAGLETON, T. A ideia de cultura; tradução de Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FCP. Relatório de atividades 2000. Brasília: FCP, 2000.

_____. Relatório de gestão 2001. Brasília: FCP, 2002.

_____. Apresentação institucional da Fundação Cultural Palmares. Brasília: FCP, 2015. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br>>. Acesso em 16/07/15

FERNANDES, F. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. O PT em Movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Autores Associados, 1991. (Coleção polêmicas do nosso tempo, v. 43)

FOUCAULT, M. Microfísica do poder; organização e tradução de Roberto Machado. 24 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. Ação cultural para a liberdade: e outros escritos. 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura; tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Círculo do livro, [1982].

GUARANÁ, E. Elisa Guaraná: entrevista concedida à autora em 10 de dezembro de 2014. Brasília: s.n., 2014.

HELENA, M. Maria Helena: entrevista concedida à autora em 18 de dezembro de 2014. Brasília: s.n., 2015.

INCRA. Coordenação Nacional de Residência Agrária se reúne para avaliar projetos. Brasília: Incra, 2014. Disponível em <<http://migre.me/qQiqb>>. Acesso em 20 de julho de 2015.

IPEA. Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária (II PNERA). Brasília: Ipea, MDA, 2015.

KAUARAK, G. O ministério da Cultura e a convenção sobre a Diversidade Cultural. Fundação Casa de Rui Barbosa. In: *Políticas culturais: teorias e práxis*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010. Disponível em: <<http://migre.me/qPXm7>>. Acesso em 19 de julho de 2015.

LIMA, L.; ORTELLADO, P.; SOUZA, V. O que são as políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de atuação do Estado no campo da cultura. In: *IV Seminário internacional de políticas culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013. [pdf] Disponível em: <<http://migre.me/hurbD>>, acesso em 9 de janeiro de 2014.

MARX-ENGELS. Sobre literatura e arte; tradução de Albano Lima. 2 ed. Lisboa: Editorial estampa, 1974.

MDA. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea): manual de operações. Brasília: MDA, 2014. Disponível em: <<http://migre.me/qQgs3>>. Acesso em 20 de julho de 2015.

MDS. O perfil da Extrema Pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010. Brasília: MDS, 2011.

MEC. Programa Mais Educação: apresentação, base legal, publicações. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <<http://migre.me/riSPPr>>. Acesso em 25 de julho de 2015.

MinC. Cultura em números: anuário de estatísticas culturais 2009. Brasília: Minc, 2009.

_____. Nova lei da cultura: material informativo sobre o projeto de lei que cria o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura. Brasília: MinC, 2010. Disponível em: <<http://migre.me/qOYIK>>. Acesso em 18 de julho de 2015.

_____. Balanço do Programa Identidade e Diversidade Cultural: Brasil Plural: editais públicos 2005 a 2010. Brasília: MinC, [2011]. Disponível em: <<http://migre.me/qPXXE>>. Acesso em 19 de julho de 2015.

_____. Guia de orientações para os municípios Sistema Nacional de Cultura: perguntas e respostas. Brasília: MinC, 2011.

_____. Plano setorial para as culturas populares/MinC/SCC. 2 ed. Brasília: MinC, 2012a.

_____. As metas do Plano Nacional de Cultura. Brasília: MinC, 2012b.

_____. Revista do MinC, n 1. Brasília: MinC, 2013. Disponível em: <<http://migre.me/qFfnW>> Acesso em 19 de março de 2015.

_____. Fundação Cultural Palmares divulga resultados da gestão 2011/2014. Brasília: MinC, 2014. Disponível em: <<http://migre.me/qN6hG>>. Acesso em 16 de julho de 2015.

_____. SalicNet: Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura. Brasília: MinC, 2015a. Disponível em <<http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php>>. Acesso em 23 de julho de 2015.

_____. Cerca de 3,3 mil projetos captaram recursos via Lei Rouanet em 2014. Brasília: MinC, 2015b. Disponível em <<http://migre.me/qFeoO>>. Acesso em 7 de março de 2015.

_____. Cultura Viva. Brasília: MinC, 2015c. Disponível em <<http://migre.me/qPSMj>>. Acesso em 19 de julho de 2015.

_____. É muito importante pensar em uma política cultural para o campo, diz ministro. Brasília: MinC, 2015d. Disponível em: <<http://migre.me/qNVFN>>. Acesso em 17 de março de 2015.

_____.; MEC. Programa Mais Cultura nas Escolas: manual de desenvolvimento das atividades. Brasília: MinC, MEC, 2014. Disponível em: <<http://migre.me/qPVyT>>. Acesso em 19 de julho de 2015.

MIRANDA, E.; GOMES, E.; GUIMARÃES, M. Mapeamento e estimativa da área urbanizada do Brasil com base em imagens orbitais e modelos estatísticos. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005. Disponível em: <<http://www.urbanizacao.cnpm.embrapa.br>>. Acesso em: 6 jul. 2015.

MOLINA, M. [et al.] (org.). Educação do campo e formação profissional: a experiência do Programa Residência Agrária. Brasília: MDA, 2009. (NEAD Experiências 2).

MOREIRA, J. R. Cultura, a política e o mundo rural na contemporaneidade. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, número 20, abril 2003, 113-143. [pdf] Disponível em: <<http://migre.me/hurht>>. Acesso em 9 de janeiro de 2014.

MP. Relatório de Avaliação do Plano Plurianual 2004-2007: exercício 2008 - ano base 2007 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. (Ministério da Cultura, Caderno 4). Brasília: MP, 2008.

_____. Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015: ano base 2013. vol. II. Brasília: MP, 2014. Disponível em: <<http://migre.me/rqErQ>>. Acesso em: 23 de julho de 2015.

MST. Lutar, construir Reforma Agrária Popular! [Filme-vídeo]. Produção de Brigada de Audiovisual Eduardo Coutinho. Brasil: MST, 2014. Disponível em: <<http://migre.me/qGp2U>>. Acesso em 3 de maio de 2015.

MULLER, P.; SUREL, Y. A análise das políticas públicas; traduzido por Bavaresco, A.; Ferraro, A. Pelotas: EDUCAT, 2002.

PASSOS, C. Cristiano Passos: entrevista concedida à autora em 9 de janeiro de 2015. Brasília: s.n., 2015.

PRADO JUNIOR, C. História e Desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RIBEIRO, M. Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RUBIM, A. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: Rubim, A.; Barbalho, A. (org.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 11-36.

_____. As políticas culturais e o governo Lula. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. (Brasil em debate; v.5)

SANTOS, B.; AVRITZER, L. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: Boaventura de Souza Santos (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 39-82.

SANTOS, M. Território e sociedade: entrevista com Milton Santos; entrevistadores: Odette Seabra, Mônica de Carvalho e José Corrêa Leite. 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAUER, S. Reflexões esparsas sobre a questão agrária e a demanda por terra no século XXI. In: Stedile, J. (org.). *A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H.; COSTA, V. Tempos de Capanema. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

SEPPPIR. Programa Brasil Quilombola. Brasília: SEPPPIR, 2015a. Disponível em: <<http://migre.me/rtvOx>>. Acesso em 23 de julho de 2014.

_____. Comunidades tradicionais: o que são. Brasília: SEPPPIR, 2015b. Disponível em: <<http://migre.me/rs9kD>>. Acesso em 23 de julho de 2014.

SNJ. Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural (PAJUR). Brasília: SNJ, 2014.

SOUZA, M. Fascínio e Repulsa: Estado, Cultura e Sociedade no Brasil. In: Minc, *Cadernos do Nosso Tempo*. Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura, 2000.

TV NBR. Programa de educação na reforma agrária atendeu mais de 17 mil pessoas em 2014. Brasília: TV NBR, 2015. Disponível em: <<http://migre.me/qQh1b>>. Acesso em 20 de julho de 2015.

UNESCO. Cultural policy: a preliminary study. UNESCO: Paris, 1969.

_____. Declaracion do Mexico sobre las políticas culturales. In: *Conferencia mundial sobre las políticas culturales Mexico (Mondiacult), 6 de agosto de 1982*. México: UNESCO, 1982.

VASCONCELLOS, P. Pedro Vasconcellos: entrevista concedida à autora em 19 de dezembro de 2014. Brasília: s.n., 2014.

VEIGA, J. E. Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2 ed. Campinas/SP: Editores Autores Associados, 2003.

VILLAS BÔAS, R. Rafael Litvin Villas Bôas: entrevista concedida à autora em 23 de junho de 2015. Brasília: s.n., 2015.

WILLIAMS, R. Culture is ordinary. [1958] In: _____. *Resources of hope: culture, democracy, socialism*. London: Verso, 1989. p. 03-14.

____. Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade; tradução de Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

____. Base e superestrutura na teoria da cultura marxista. In: _____. *Cultura e Materialismo*; tradução de André Glaser. São Paulo: Ed. Unesp, 2011a. p. 41-68.

____. Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell; tradução de Vera Joscelyne. Rio de Janeiro: Vozes, 2011b.

____. O campo e a cidade: na história e na literatura; tradução de Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das letras, 2011c.



[Home](#) . [Lista de Programas](#)



Programa Cultura Afro-Brasileira

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), 45% da população tem raízes afro-brasileiras. A história desses brasileiros remonta ao século XVI, quando chegaram os primeiros negros da África, como escravos. De lá para cá, passaram a fazer parte da vida brasileira, em todos seus aspectos. Até 1888, quando a Princesa Isabel assinou a Lei que libertou os escravos, os negros eram a principal mão de obra. Mas houve aqueles que fugiram, formando comunidades livres e escondidas, os quilombos. O maior dos quilombos, o de Palmares, tornou-se símbolo da resistência contra a escravidão. A Fundação Palmares (ligada ao Ministério da Cultura), registrou, no final do século XX, perto de 700 remanescentes de quilombos. O artigo 215 da Constituição Federal assegura a posse definitiva da terra a essas comunidades. O programa Cultura Afro-Brasileira contribui no processo de reconhecimento destes remanescentes, além de promover iniciativas para valorizar a cultura negra no Brasil. Estão sendo construídas ou adequadas bibliotecas especializadas em cultura afro-brasileira e africanas de língua portuguesa, incluindo obras traduzidas de autores de diversas partes do mundo. O Projeto Formação Profissional e Promoção Cultural da População Negra, possibilitou a instalação de núcleos para realização de oficinas de ofícios o que beneficiará cerca de onze mil afro-brasileiros.

Principais ações

- Construção do Centro Nacional de Informações e Referência da Cultura Negra
- Reconhecimento, demarcação e titulação de áreas remanescentes de quilombos.
- Restauração e preservação de bens do patrimônio histórico, artístico e arqueológico afro-brasileiro.
- Fomento a projetos da cultura afro-brasileira.

Principais resultados

- Identificação de 724 comunidades remanescentes de quilombos, sendo 43 oficialmente reconhecidas e 18 tituladas.
- Criação do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Remanescentes de Quilombos.
- Inauguração da Vila dos Palmares, parque temático que reproduz trecho do que teria sido o mocambo de Macacos, capital do quilombo dos Palmares.
- Reconhecimento como território cultural afro-brasileiro o local onde se localizava a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em Pirenópolis (GO), edificação construída no final do século XVIII.
- Restauração da Casa da Flor (RJ), importante referência arquitetônica da cultura afro-brasileira.
- Realização de 8 pré-conferências temáticas sobre a Conferência Mundial da ONU Contra o Racismo.



- PRINCIPAIS AÇÕES
- PRINCIPAIS RESULTADOS
- PRINCIPAIS AVALIAÇÕES

Orgão Responsável

[Ministério da Cultura –
Fundação Cultural Palmares](#)

Valor PPA 2000-2003

R\$ 25,3 milhões

Gerente do Programa

[Carlos Alves Moura](#)

Buscar

por

Título

Conteúdo